

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CENTRO-OESTE DO PARANÁ – UNICENTRO**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA**

**CONSPIRAÇÃO DE ESTADO:**  
O DISCURSO DE GUERRA NA CONSTRUÇÃO DE UM PROJETO  
ANTICOMUNISTA DE BRASIL (1959-1979).

**IRATI/PR**  
**2021**

**ALCIR DE LIMA**

**CONSPIRAÇÃO DE ESTADO:**  
O DISCURSO DE GUERRA NA CONSTRUÇÃO DE UM PROJETO  
ANTICOMUNISTA DE BRASIL (1959-1979).

Dissertação apresentada como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em História, Curso de Pós-Graduação em História, Área de Concentração “História e Regiões”, Linha de Pesquisa “Espaços de Prática e Relações de Poder”, pela Universidade Estadual do Centro-Oeste – UNICENTRO-PR.

Orientador: Prof. Dr. José Miguel Arias Neto

**IRATI/PR**  
**2021**

Catálogo na Publicação  
Rede de Bibliotecas da Unicentro

L732c Lima, Alcir de  
Conspiração de Estado : o discurso de guerra na construção de um projeto anticomunista de Brasil (1959-1979) / Alcir de Lima . -- Irati, 2021.  
xiii, 133 f. : il. ; 28 cm

Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual do Centro-Oeste, Programa de Pós-Graduação em História, área de concentração em História e Regiões, 2021.

Orientador: José Miguel Arias Neto  
Banca examinadora: José Miguel Arias Neto, Helio Sochodolak, Eduardo Mei

Bibliografia

1. Guerra Revolucionária. 2. Ditadura Militar. 3. Luta Armada. 4. Anticomunismo. I. Título. II. Programa de Pós-Graduação em História.

CDD 981



## TERMO DE APROVAÇÃO

**Alcir de Lima**

### **Conspiração de Estado: o discurso de guerra na construção de um projeto anticomunista de Brasil (1959-1979)**

Dissertação aprovada em 24/11/2021, como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre, no Programa de Pós-Graduação em História, área de concentração em História e Regiões, da Universidade Estadual do Centro-Oeste, pela seguinte Banca Examinadora:

*Dr. Eduardo Mei*

Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho

*Dr. Helio Sochodolak*

Universidade Estadual do Centro-Oeste  
Titular

*Dr. José Miguel Arias Neto*

Universidade Estadual de Londrina  
Orientador e Presidente da Banca Examinadora

Irati – PR  
2021

## AGRADECIMENTOS

A conclusão desta dissertação encerra uma longa e difícil jornada iniciada ainda nas carteiras escolares em que, provavelmente imaturo, mas com alguma razão, acreditava que o passado era um lugar nostálgico, inspirador e uma referência para lidar com os desafios que nos cercam, sobretudo para lidar com nossas próprias contradições. Fui ingênuo. O passado é um lugar sombrio, repleto de injustiças, de violência, de dor e deve ser exposto para sensibilizar e confrontar nossa própria realidade, sem que esqueçamos do que fomos/somos capazes de fazer.

Há dois anos, quando iniciei a escrita desta dissertação, lembro com carinho do exato momento em que os primeiros parágrafos foram concluídos. A sensação era de que havia muito trabalho pela frente, mas havia também um alívio por tudo estar ocorrendo conforme o planejado. A facilidade em escrever me deu segurança para iniciar uma nova carreira profissional. Mas fui ingênuo. Quando o surto epidêmico da Covid-19 se tornou uma pandemia, vi tudo o que era sólido se desmanchar no ar. Senti como se eu estivesse à beira do abismo.

De fato, foram meses muito difíceis preenchidos com dias, noites, feriados e finais de semana de dedicação e abdicção de muitos prazeres. Certa vez eu ouvi alguém dizer que o mestrado seria uma jornada solitária e confesso que por muito tempo acreditei nisso, afastando-me das pessoas importantes para mim. Fui ingênuo. Cheguei ao final desta dissertação com a certeza de que não teria conseguido sem o apoio, a atenção e o carinho imensurável dessas pessoas que são bravos escudeiros, encorajando-me a transformar dragões em moinhos de vento.

Eu sempre tive muita dificuldade para acreditar que eu fosse capaz de realizar algo com competência e a minha exigência de realizar tudo com muita qualidade sempre fez com que as cobranças mentais destruíssem com a minha autoestima. Se hoje esta dissertação existe, é graça a todos que estiveram ao meu lado, então, merecidamente, remeto minha gratidão a cada um:

À minha família, nas figuras das mulheres que sempre estiveram no cuidado, na doação de suas vidas e, por vezes, na negação de suas próprias para criarem seus filhos, sobrinhos e netos. À minha vó, Dona Maria Luiza, à minha mãe, Maria Solange, e à minha tia Gesa, que pelo afeto, carinho e cuidado deram o seu melhor para que jamais me faltasse algo. Meu mais profundo agradecimento às mulheres da minha vida por sua bravura, zelo, resistência e amor.

Ao professor Dr. José Miguel Arias Neto, primeiramente por ter aceitado o desafio de me orientar, mas principalmente pelo cuidado, compreensão e paciência no enfrentamento das minhas dúvidas, incoerências, desacertos, incluindo minhas crises existenciais. Com você

aprendi que o trabalho intelectual requer sempre um olhar cuidadoso e um posicionamento crítico, investigativo, sempre coerente, com uma escrita distanciada e próxima ao mesmo tempo. Seu entusiasmo com a minha pesquisa, seu incentivo e dedicação não me deixaram desistir. Espero que o resultado desta dissertação corresponda aos seus anos de orientação. Sou eternamente grato pelo seu apoio e cultivo uma profunda admiração pela sua militância, pela seriedade intelectual e pela sua empatia que se estendem para além dos muros da Universidade.

Ao Luis Fernando Vedana, meu amigo de longa data e uma figura de referência para minha vida. Agradeço imensamente pelo seu companheirismo, pelas boas conversas, por sua preocupação e compreensão diante da minha ausência. Sou eternamente grato pelo seu suporte financeiro e por todo apoio emocional. Sua amizade foi e sempre será muito valiosa para mim.

Aos meus colegas de mestrado, Rodrigo Mello Campos e Mateus Araújo Rafael Silva, por me receberem em suas casas e tornarem possível a minha participação nas aulas presenciais, mas principalmente pela amizade, pelas discussões inteligentes, pelas indicações de leitura, pelo companheirismo e pela consciência de classe nesses dias de lutas. Sou eternamente grato!

Ao Professor e amigo, Dr. Ismael Antonio Vannini, por ter confiado a mim o seu acervo documental. Sem essas fontes esta pesquisa não teria sido possível. Foi a sua seriedade que incentivou mais um aluno a contribuir com a ciência brasileira e estudar um tema espinhoso, em disputa e tão árduo de ser tratado atualmente, no qual defender o óbvio se tornou necessário.

Aos professores do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Estadual do Centro-Oeste (PPGH), que apesar das dificuldades em ser professor no Brasil, jamais perderam a seriedade intelectual, o entusiasmo, a didática e a qualidade do ensino. Agradeço pelas discussões inteligentes e instigantes que ajudaram na minha formação como historiador.

Aos funcionários do Campus de Irati da Universidade Estadual do Centro-Oeste (UNICENTRO/Irati) que sempre foram receptivos, atenciosos e prestativos com todas as minhas solicitações, em especial a Cibele Helena Zwar, pelo seu trabalho ético e profissional.

À Kauane Caroline da Silva Oliveira, que mesmo com a distância, sempre esteve presente, com seu carinho fraterno e suas palavras doces para me tranquilizar. Ninguém melhor do que você conheceu os desafios pelos quais enfrentei ao longo desta jornada, mas se hoje concluo esta dissertação, foi graças a sua cumplicidade, seus conselhos, sua torcida e todo o seu entusiasmo incomparável. Obrigado por sempre acreditar em mim. Espero um dia ser capaz de retribuir toda essa generosidade a você e a pequena Alice, sempre curiosa, inteligente e amável.

## RESUMO

Essa dissertação trata da história da política militar nos anos de ditadura e das discussões sobre guerra revolucionária no Brasil, tendo como foco os estudos militares desenvolvidos pelas Forças Armadas. Nas doutrinas militares, a noção de guerra serve para organizar as características e os princípios norteadores das instituições armadas, pelas quais articula as estratégias de ação e o uso de suas forças militares, de acordo com as condições de cada época. Nos anos que vieram após 1945, quando encerrada a guerra contra as forças nazifascistas, o efeito simbólico da destruição causada pelas armas nucleares reabriu as discussões públicas sobre os limites da guerra enquanto instrumento político. A possibilidade de uma nova guerra entre os países que disputavam a hegemonia política e ideológica global colocou a comunidade internacional em alerta sob os conflitos regionais que poderiam se desdobrar em uma guerra nuclear. A crise internacional reverberou o anticomunismo nas crises nacionais. A teoria de conspiratória de que haviam inimigos infiltrados no país, agindo clandestinamente para realizar a revolução, foram ideias que tiveram origens nas doutrinas francesas de guerra revolucionária e foram incorporadas pelas instituições armada por volta dos anos de 1960. Quando os militares interpretaram a crise política nacional como uma etapa da ação revolucionária, conforme os indicativos prescritos pela doutrina francesa, as Forças Armadas tomaram o poder, em 1964, e impuseram uma ditadura militar sob o pretexto de impedir a revolução comunista. A doutrina também sublinhava a necessidade de fortalecer as estruturas morais e psicológicas da população, pois o combate aos comunistas também deveria ocorrer pelas vias ideológicas, sugerindo um projeto de poder anticomunista que encontrou um “campo fértil” no imaginário social brasileiro. Assim, esta dissertação é uma contribuição tanto para a história da política nacional, quanto para a história das relações de poder e das violências praticadas pelo Estado.

**Palavras-chave:** Guerra Revolucionária; Ditadura Militar; Luta Armada; Anticomunismo.

## ABSTRACT

This dissertation deals with the history of military policy in the years of dictatorship and discussions on revolutionary war in Brazil, focusing on military studies developed by the Armed Forces. In military doctrines, the notion of war serves to organize the characteristics and guiding principles of armed institutions, through which it articulates action strategies and the use of its military forces, according to the conditions of each period. In the years after 1945, when the war against Nazi-fascist forces ended, the symbolic effect of the destruction caused by nuclear weapons reopened public discussions about the limits of war as a political instrument. The possibility of a new war between countries that disputed the global political and ideological hegemony put the international community on alert for regional conflicts that could develop into a nuclear war. The international crisis reverberated anti-communism in national crises. The conspiracy theory that enemies infiltrated the country, acting clandestinely to carry out the revolution, were ideas that had their origins in French doctrines of revolutionary war and were incorporated by armed institutions around the 1960s. When the military interpreted the political crisis as a stage of revolutionary action, according to the indications prescribed by French doctrine, the Armed Forces took power in 1964 and imposed a military dictatorship under the pretext of preventing the communist revolution. The doctrine also underlined the need to strengthen the population's moral and psychological structures, as the fight against communists should also take place through ideological channels, suggesting an anti-communist power project that found a "fertile field" in the Brazilian social imagination. Thus, this dissertation is a contribution both to the history of national politics, as well as to the history of power relations and violence practiced by the State.

**Keywords:** Revolutionary War; Military dictatorship; Armed Fight; Anticommunism.

**LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS**

5º GAC AP (5º Grupo de Artilharia de Campanha Autopropulsado)  
AAL (Arquivo Ana Lagôa)  
AI (Ato Institucional)  
ALTE ESQ (Almirante de Esquadra)  
AP (Ação Popular)  
BIBLEX (Biblioteca do Exército)  
C-ALTE (Contra-Almirante)  
CAP (Capitão)  
CEL (Coronel)  
CMT (Comandante)  
CNBB (Conferência Nacional de Bispos do Brasil)  
CENIMAR (Centro de Informação da Marinha)  
CIE (Centro de Inteligência do Exército)  
CIEX (Centro de Informações do Exterior)  
CISA (Centro de Informações de Segurança da Aeronáutica)  
DOPS (Delegacias de Ordem Política e Social)  
DSN (Doutrina de Segurança Nacional)  
ELN (Exército de Libertação Nacional)  
EMA (Estado-Maior da Armada)  
EMAER (Estado-Maior da Aeronáutica)  
EMC (Educação Moral e Cívica)  
EME (Estado-Maior do Exército)  
EMFA (Estado-Maior das Forças Armadas)  
EPB (Estudos de Problemas Brasileiros)  
ESG (Escola Superior de Guerra)  
EUA (Estados Unidos da América)  
FA (Forças Armadas Brasileiras)  
FBI (Frente Brasileira de Informações)  
FLN (Frente de Libertação Nacional)  
GEN (General)  
GR (Guerra Revolucionária)  
JCP (Plano Geral em Esboço do Poder Nacional)  
*KTB* (KGB - Comité de Segurança do Estado)  
MEB (Movimento de Educação de Base)  
MEC (Ministério da Educação e Cultura)  
MESP (Movimento Escola Sem Partido)  
OSPB (Organização Social e Política Brasileira)  
ONU (Organização das Nações Unidas)  
PCB (Partido Comunista Brasileiro)  
PCC (Partido Comunista Chinês)  
PCdoB (Partido Comunista do Brasil)  
PTB (Partido Trabalhista Brasileiro)  
QEMA (Quadro de Estado-Maior da Ativa)  
SIAN (Sistema de Informação do Arquivo Nacional)  
SNI (Serviço Nacional de Informação)  
UNE (União Nacional dos Estudantes)  
URSS (União das Repúblicas Socialistas Soviéticas)  
TCOR (Tenente-Coronel)

**LISTA DE QUADROS**

<b>Quadro 1</b> - Documentos selecionados para o estudo da guerra revolucionária no Brasil.....	22
<b>Quadro 2</b> - Classificações da Guerra adotada pela Escola Superior de Guerra.....	38
<b>Quadro 3</b> - Esquema programático das fases da guerra revolucionária.....	90
<b>Quadro 4</b> - As categorias e subcategorias de auxiliares subversivos.....	109

**LISTA DE IMAGENS**

<b>Imagem 1</b> – Ilustração da Terminologia Básica da Guerra Moderna.....	66
<b>Imagem 2</b> – Resumo do conceito de GR apresentado pelo Cel. Fragoso.....	68
<b>Imagem 3</b> – Normas para o reconhecimento das propagandas.....	73
<b>Imagem 4</b> – Quadro da Hierarquia Paralela do Partido Comunista.....	114

## SUMÁRIO

<b>LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS.....</b>	<b>X</b>
<b>LISTA DE QUADROS.....</b>	<b>XI</b>
<b>LISTA DE IMAGENS.....</b>	<b>XII</b>
<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>13</b>
<b>CAP 1. TENSÕES E CONTRADIÇÕES NA GÊNESE DA GUERRA FRIA.....</b>	<b>28</b>
1.1 A ASCENÇÃO SOVIÉTICA NO DESFECHO DA SEGUNDA GUERRA.....	28
1.2 A DIPLOMACIA ATÔMICA.....	34
1.3 CRISE MILITAR E A DECADÊNCIA DA GUERRA REGULAR.....	38
1.4 A GUERRA REVOLUCIONÁRIA: UMA GUERRA OU UMA REVOLUÇÃO?.....	43
1.4.1 A REVOLUÇÃO É UMA GUERRA: O MARXISMO-LENINISMO.....	45
1.4.2 A GUERRA REVOLUCIONÁRIA CHINESA.....	48
<b>CAP 2. GUERRA REVOLUCIONÁRIA E A POLÍTICA BRASILEIRA.....</b>	<b>52</b>
2.1 AS LUTAS ANTICOLONIAIS.....	52
2.2 A “GUERRA DO BRASIL”: A DOCTRINA DE GUERRA REVOLUCIONÁRIA.....	57
2.3 PRIMEIRA FASE: A ADAPTAÇÃO DOS CONCEITOS FRANCESES.....	63
2.4 SEGUNDA FASE: A PROPAGAÇÃO DOS CONCEITOS DE GUERRA.....	76
<b>CAP. 3 O ANTICOMUNISMO COMO PROJETO DE PODER.....</b>	<b>87</b>
3.1 O MODELO DE ESTADO MILITAR.....	87
3.2 A OPERAÇÃO DE COMBATE AOS SUBVERSIVOS.....	96
3.2.1 MANOEL DA CONCEIÇÃO: DE CAMPONÊS À SUBVERSIVO.....	98
3.2.2 A OPERAÇÃO BÚFALO: UM CAPÍTULO DA REPRESSÃO.....	102
3.3 A ESTRATÉGIA DE ELIMINAÇÃO DE ADVERSÁRIOS.....	108
3.4 O CONGRESSO CULTURAL DE HAVANA.....	112
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>121</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>125</b>

## INTRODUÇÃO

Desde que venceu as eleições presidenciais em 2018, a gestão de Jair Messias Bolsonaro (PSL) como Presidente da República não só manteve aquela retórica agressiva da campanha eleitoral, como também transformou suas ideias autoritárias, autocráticas e inconstitucionais em um plano de governo que vem desmantelando as instituições públicas e tornando o Brasil num país cada vez mais hostil àqueles que defendem o bom andamento do Estado democrático.

Nesse sentido, as informações e saberes cientificamente construídos, geralmente contraditam e até mesmo invalidam as ações de governo consideradas inconstitucionais, antidemocráticas ou nocivas a população. Consequentemente, cientistas, professores, intelectuais, artistas e todo formador de opinião que se opunha à visão político-ideológica do presidente ou que simplesmente defenda os direitos humanos e a constitucionalidade, foram perseguidos pelo governo na tentativa de cercear a sua liberdade profissional e intelectual. Por meio de falsas acusações do presidente e de seus correligionários, os opositores do governo foram qualificados como comunistas e colocados como inimigos públicos que teriam a suposta intenção de destruir os valores da família tradicional brasileira e assim promover o comunismo.

Em pronunciamento transmitido aos seus eleitores durante um ato público mobilizado para defender o retorno do voto impresso, Jair Bolsonaro aparece ameaçando o sistema eleitoral e sugerindo intervir nas futuras eleições presidenciais para impedir que houvesse fraude no sistema eletrônico de votação. Apesar da retórica agressiva, nenhuma evidência ou argumento racional é demonstrado para dar legitimidade as suas acusações, restando-lhe somente a propagação de ideias conspiratórias, de boatos e mentiras sobre uma suposta infiltração comunista que estaria ameaçando o país. Pela transcrição da gravação, Bolsonaro afirma que:

Sem eleições limpas e democráticas não haverá eleição. Nós, mais que exigimos, pode ter certeza, juntos, porque vocês são, de fato, o meu exército. [...] O nosso entendimento, a minha lealdade ao povo brasileiro, o meu temor a Deus, a nossa união nos libertará da sombra do comunismo e do socialismo”<sup>1</sup>

O discurso conspiratório de Jair Bolsonaro dispensa a apresentação de fatos ou de indícios lógicos que comprovem suas acusações públicas, pois a sua estratégia retórica não se sustenta na dimensão racional. Isto é, quando seu discurso dá ênfase a necessidade de liberdade e afirma existir um inimigo comunista ameaçando a vida e os valores dos cidadãos brasileiros,

---

<sup>1</sup> BOLSONARO, Jair Messias. **Vídeo-Pronunciamento**. In: ADAD, Lelia. *PR @jairbolsonaro* : “*Vcs são o meu exército! Nós juntos somos a expressão da democracia no Brasil! O nosso entendimento, a minha lealdade ao povo brasileiro, o meu temor à Deus, a nossa união, nos libertará da sombra do comunismo e do socialismo!*” #BrasilPeloVotoAuditavel. Brasília, 01 ago 2021. Twitter: @AdadLelia. Disponível em: <https://twitter.com/AdadLelia/status/1422163741303611397>. Acesso em: 05 ago. 2021.

sua intenção é obter o apoio da opinião pública pelo uso político das emoções, temores, das paixões e ódios que fazem parte dos seres humanos, os quais não requerem de provas racionais.

De acordo com o sociólogo francês Pierre Ansart, existe uma dimensão afetiva da política, onde as paixões, os desejos, o ódio, o medo e todas as emoções que fazem parte da experiência humana, também são encontradas nas interações cotidianas, nas instituições sociais, nos processos decisórios, administrativos, políticos e em todas as formas de relações de poder. No entanto, o autor emite um alerta sobre o uso estratégico dessa dimensão afetiva da vida política e destaca não haver dúvidas de que “esses afetos tenham consequências múltiplas, às vezes decisivas, no incessante desencadeamento da vida em comunidade. Aliás, não se pode duvidar das consequências, eventualmente dramáticas, provocadas pelos ódios interéticos”<sup>2</sup>.

Ao se analisar a política nacional, o alerta feito por Ansart encontra uma certa legitimidade, pois, para conseguir aprovar os projetos do governo no Congresso Nacional ou reverter as decisões dos tribunais superiores, o Presidente Jair Bolsonaro tem propagado ideias conspiratórias na opinião pública, que repercutem entre seus simpatizantes para fazer pressão sobre os parlamentares e magistrados. Palavras como socialismo e comunismo aparecem frequentemente no seu vocabulário como recursos retóricos para atacar os adversários sempre que as relações políticas se intensificam. Para exemplificar, foi desarquivado no ano de 2019 o projeto de lei nº 1595/2016, criado por Jair Bolsonaro quando ainda era Deputado Federal. O objetivo desse projeto foi intimidar os opositores através da tipificação dos movimentos sociais como um crime de terrorismo, ampliando, portanto, o aparato repressivo de segurança nacional.

Para conquistar o apoio da opinião pública a favor desse projeto, parlamentares alinhados à Bolsonaro fizeram uso de um discurso que coloca ênfase sobre a urgência de uma nova legislação criminal para evitar potenciais ataques terroristas, tais como os ataques contra os edifícios do *World Trade Center*, ocorridos nos Estados Unidos (EUA), em setembro de 2001.

Vejam que o Brasil, simplesmente, demorou 15 anos, depois do ataque às Torres Gêmeas, em 11 de setembro de 2001, para criar o tipo penal de terrorismo. Mas ainda não temos uma legislação que ampare profundamente e de maneira mais detalhada o emprego e a integração dos diversos órgãos envolvidos, ou potencialmente envolvidos, na prevenção e no combate ao terrorismo no País<sup>3</sup>.

---

<sup>2</sup> ANSART, Pierre. Em defesa de uma ciência social das paixões políticas. **História: questões e debates**. v.17, n.33, p.145-164, jul./dez. 2001, p. 146.

<sup>3</sup> HUGO, Vitor. **Importância da aprovação do Projeto de Lei nº 1.595, de 2019, a respeito do estabelecimento de ações contraterroristas, e da alteração das Leis de nºs 10.257, de 2001, e 9.807, de 1.999. Apelo ao Presidente Arthur Lira de reinstalação da Comissão Especial destinada ao exame da propositura**. Discurso – Sessão 57.2021. Brasília: Câmara dos Deputados: DETAQ, 26 de maio, 2021, s/p. Disponível em: [https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop\\_discursos?idProposicao=2194587&nm=VITOR+HUGO&p=PSL&uf=GO#](https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_discursos?idProposicao=2194587&nm=VITOR+HUGO&p=PSL&uf=GO#) Acesso em: 13 out. 2021.

Na época, os ataques de 11 de setembro tiveram uma enorme repercussão jornalística e, de acordo com Denise Cristine Paiero, se tornaram um referencial de terror no imaginário ocidental.<sup>4</sup> Nesse sentido, quando o líder do governo na Câmara dos Deputados faz a defesa do projeto de lei, ele cita em seu discurso algumas manchetes de jornais com informações de que membros de organizações terroristas estariam agindo no Brasil, fazendo crer que somente após a aprovação do projeto desejado pelo governo, o país estaria protegido de um eventual ataque.

Vou ler algumas notícias que justificam o debate do tema nesta Casa. [...] Em 17 de junho de 2016, “O Estado Islâmico agora tem um recrutador de brasileiros” [...] Em julho de 2016 “Brasil dorme de olhos abertos ante ameaça de ataques de ‘lobos solitários’. Serviços de inteligência não temem possibilidade de grande atentado durante os jogos” - mas fazem o alerta [...] Em 10 de maio de 2021, “Bomba é entregue em lar de idosos em Uberlândia”.<sup>5</sup>

A ideia é fazer com que o ouvinte seja convencido de que há um risco eminente de ataque terrorista no país, sugerindo haver um inimigo interno pronto para atacar. Para isso, o autor do discurso recorre às manchetes de jornais para dar um teor de legitimidade e urgência na aprovação de sua proposta legislativa. Contudo, basta analisar a redação do projeto de lei em questão para verificar que alguns dos dispositivos que regulamentam a proposta antiterrorista carregam flagelos da ditadura militar brasileira, conforme o destaque dado ao trecho a seguir:

**Art. 1º** [...]

§2º Esta Lei será aplicada também para prevenir e reprimir a execução de ato que, embora não tipificado como crime de terrorismo:

a) seja perigoso para a vida humana ou potencialmente destrutivo em relação a alguma **infraestrutura crítica**, serviço público essencial ou recurso-chave;<sup>6</sup>

Há também um trecho desse projeto que regulamenta a atuação dos agentes contraterroristas e concede-lhes uma ampla liberdade diante de uma condição que foi chamada de “atos preparatórios”, mesmo sem apresentar uma definição clara sobre o que isso significa:

<sup>4</sup> Para a autora, “a opção ocidental [de] congelar na memória o momento do ‘estar sendo atacado’, ajuda a alimentar um tempo ‘gerúndio’, que traz a ideia de que o ataque ‘ainda está acontecendo’”. Cf. PAIERO, Denise Cristine. **Mídia e Terror: A construção da imagem do terrorismo no jornalismo**. 259 f. Tese de Doutorado em Comunicação e Semiótica. Universidade Católica de São Paulo, São Paulo: PUC-SP, 2012. p. 110.

<sup>5</sup> HUGO, Vitor, 2021, Op. Cit. [Nota 3]. Grifos do texto original.

<sup>6</sup> BRASIL. Câmara dos Deputados. **Projeto de Lei nº 1.595, de 19 de março de 2019**. Dispõe sobre as ações contraterroristas, altera as Leis nº 10.257, de 10 de julho de 2001, e nº 9.807, de 13 de julho de 1.999, e dá outras providências. Brasília: Câmara dos Deputados, 2019, p. 02. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/propostas-legislativas/2194587>. Acesso em: 13 de out. 2021. Grifos meus.

**Art. 11. [...]**

II - a infiltração em organizações terroristas será autorizada se houver **indícios de condução de atos preparatórios** em relação ao crime de terrorismo ou do descrito no §2º do art. 1º desta Lei;<sup>7</sup>

Por ser uma proposta de lei criminal, os dispositivos que a regulamentam não possuem clareza, nem objetividade, pois possuem definições abertas e com múltiplas possibilidades de serem interpretados. Sem uma definição específica, fica criado as condições para que esses agentes da repressão possam reprimir quaisquer protestos, movimentos sociais e atos políticos de oposição ao governo. Basta que sejam rotulados como terroristas e que suas práticas sejam consideradas “indício de condução de atos preparatórios” ao crime. Afinal, sem ter clareza e objetividade sobre o significado desses “atos preparatórios”, então poderia ser qualquer coisa.

O dispositivo que tipifica como crime de terrorismo os atos que apresentem risco à “infraestrutura crítica, serviço público essencial ou recurso-chave”, é tão mais vago quanto os demais componentes normativos do projeto de lei. Sem uma base interpretativa sólida, cria-se uma insegurança jurídica pela potencial assimilação de movimentos sociais ao conceito de terrorismo. Além do mais, o fortalecimento dos mecanismos de controle e repressão social do Estado torna exequível a repressão e perseguição política de grupos sociais contrários aos interesses do governo de ocasião, visto que em uma das cláusulas foi concedida a autorização para que o Presidente da República regulamente os dispositivos dessa lei por meio de Decreto.<sup>8</sup>

Embora o Conselho de Direitos Humanos da Organização das Nações Unidas (ONU) tenha emitido um parecer técnico que desqualifica a proposta legislativa por identificar normativas inconstitucionais, com definições imprecisas, ambíguas e justificadas por argumentos sem nenhuma base racional, classificados pela ONU como “puramente especulativos” e “hipotéticos”.<sup>9</sup> Na realidade, esses argumentos são construções puramente ideológicas de inimigos imaginários, visando encontrar apenas um pretexto para expandir os mecanismos repressivos do Estado e impedir a mobilização social dos adversários políticos.

Propostas de caráter autoritário começaram a ganhar força nos espaços de poder, gerando um sentimento de incerteza em relação ao futuro da democracia brasileira, pois, quanto

---

<sup>7</sup> Ibidem, p. 08. Grifos meus.

<sup>8</sup> E considerando os posicionamentos públicos assumidos por Jair Bolsonaro e seus apoiadores, é notória a intenção de usar a lei contraterrorismo justamente para reprimir e desacreditar os movimentos sociais, políticos, culturais ou qualquer outro que simplesmente não concordam, como o Movimento Sem Terra (MST). Cf.: BOLSONARO, Jair. **Live de quinta-feira com o Presidente Bolsonaro (18/04/2019)**. Youtube, 18 de abr. 2019. Disponível em: <https://youtu.be/J9u1Cl49xlw>. Acesso em: 13 de out. 2021.

<sup>9</sup> ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. Conselho de Direitos Humanos. **Análise do Projeto de Lei nº 1595/2019**. Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos (ACNUDH-ROSA), Santiago, 25 de maio de 2021. p. 06. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-permanentes/cdhm/arquivos/onu-pl-terrorismo/view>. Acesso em: 13 de out. 2021.

mais se observa, mais se vê um presente que se parece com o passado. Um passado autoritário e sangrento de um país que viu a sua democracia ser transformada numa ditadura, onde as elites políticas e militares usaram dos recursos do Estado para violar sistematicamente os direitos fundamentais e cometerem arbitrariedades sem nem responder pelos crimes cometidos, visto que a Lei da Anistia concedeu-lhes absolvição e impunidade, apesar de uma farta historiografia que desafina o coro dos contentes e se vê diariamente confrontada pelo negacionismo histórico.

De todo modo, talvez essa seja a essência do saber, que também é poder, porque gera lutas, disputas, confrontos e dominação, mas também resistência e negação. Por sua vez, quando o saber historiográfico põe em evidência a tortura, o assassinato e os atos que violaram os princípios éticos, democráticos e constitucionais cometidos por governos e suas lideranças, esses são saberes que arrepiam, geram desgostos, produzem indignação e revolta, porque deixaram rastros, vítimas e culpados que nem sempre são punidos. Dar luz a essas atrocidades é tocar numa ferida sempre aberta. É produzir um saber que machuca, que ferre, porque, afinal, como diria Michel Foucault, esse saber “não é feito para compreender, ele é feito para cortar”<sup>10</sup>.

Por isso, quando se observa a negação sistemática do passado ditatorial para preservar não apenas uma memória seletiva e fragmentária, mas também o ódio, o autoritarismo e a mentira como instrumentos políticos de Estado, é porque o saber cortante da historiografia retira o conforto daqueles que ainda hoje se beneficiam direta ou indiretamente com o silenciamento do passado. Esse é o momento para que os historiadores, no seu ofício, aprofundem o seu corte.

Nesse sentido, ao se analisar a estratégia retórica utilizada pelo Presidente Bolsonaro para mobilizar a população em torno de projetos de poder, percebe-se que ela não é uma criação da atualidade e pode ser vista em outros momentos históricos. Hoje ela recebe o nome de “*fake-news*”, “especulação”, “distorção”, “desinformação” e tantos outros termos que poderiam ser resumidos como aquilo que ela realmente é: uma mentira manipulada para se parecer com a verdade e neutralizar o senso crítico da população. Nos anos de ditadura militar, por exemplo, a mentira se fixou nos conceitos de “ideia-força”, “intoxicação ideológica”, “ação psicológica”, “desmoralização” e outros termos pomposos que fizeram parte do vocabulário militar para dar uma aparência de legitimidade aos seus discursos igualmente conspiratórios. Afirmava-se que o Brasil estaria em uma guerra contra os supostos comunistas que estariam infiltrados para realizar uma revolução socialista no país, aos moldes do que teria ocorrido em Cuba em 1959.<sup>11</sup>

<sup>10</sup> FOUCAULT, Michel. **Microfísica do Poder**. 24ª ed. Rio de Janeiro: Editora Graal, 2007, p 28.

<sup>11</sup> Em janeiro de 1959, a ilha cubana viu um movimento revolucionário, liderado por Fidel Castro e Che Guevara, tomar conta das ruas do país para combater o governo antidemocrático e autoritário de Fulgêncio Batista e afastar a influência do capitalismo e do imperialismo estadunidense. Cf. REIS, Daniel Aarão. A Revolução e o Socialismo em Cuba: ditadura revolucionária e construção do consenso. In: QUADRAT, Samantha; ROLLEMBERG, Denise

Pelo que as fontes documentais do período indicam, o discurso conspiratório de que havia uma guerra interna contra comunistas se desenrolando no país, rapidamente ganhou adeptos entre militares e setores da classe média-alta. Estrategicamente, a imprensa anticomunista deu ampla visibilidade a essas ideias conspiratórias para alcançarem repercussão na opinião pública. Em um documento intitulado de “*Introdução ao Estudo da Guerra Revolucionária*”, produzido pela Escola Superior de Guerra (ESG), em 1959, e transcrito pelo Estado-Maior das Forças Armadas (EFMA), encontra-se um dos primeiros registros históricos dessa estratégia de poder.

Pela descrição, o objetivo desse documento seria incluir nos currículos de oficiais militares uma visão técnica das novas formas de se fazer guerra no contexto das armas nucleares. Por outro lado, o discurso utilizado nesse documento revela uma outra intenção: a de ampliar o controle e o poder de repressão do Estado para combater um inimigo tão formidável e flexível que facilmente poderia se passar por qualquer pessoa. Ou seja, qualquer pessoa que não compartilha das mesmas concepções ideológicas das elites políticas e militares poderia ser considerada como um inimigo de Estado, abrindo um leque de possibilidades para a repressão.

O historiador João Roberto Martins Filho foi um dos primeiros a ter contato com essa fonte documental. No seu artigo *A conexão francesa: da Argélia ao Araguaia*<sup>12</sup>, publicado em 2012, Martins Filho põe ênfase na guerra revolucionária para demonstrar como o seu ideário, conceitos e definições foram construídos em paralelo com a chamada *doctrine de la guerre révolutionnaire*, elaborada pelos militares franceses para compreender o que teria acontecido para que seus exércitos, com toda estrutura e potência bélica, acabassem derrotados por camponeses do Viet Minh,<sup>13</sup> que lutaram para se libertar do colonialismo francês na Indochina.

A partir da derrota para os vietnamitas em Dien Bien Phu (1954) e da subsequente eclosão da luta da Frente de Libertação Nacional na Argélia, militares que combateram ou combatiam nessas últimas frentes coloniais, construíram um corpo de ideias destinado a unificar o pensamento e estimular a ação de seus homens. Tal doutrina foi batizada de *guerre révolutionnaire*.<sup>14</sup>

Essa doutrina de guerra elaborada pelos militares franceses é composta por análises imprecisas dos conceitos do marxismo-leninismo, além de buscarem fragmentos e recortes de

---

(org.). **A Construção Social dos Regimes Autoritários – Brasil e América Latina**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010, p. 363-392.

<sup>12</sup> MARTINS FILHO, João Roberto. *A conexão francesa: da Argélia ao Araguaia*. **VARIA HISTÓRIA**, V. 28, nº. 48, p. 519-536: jul/dez, Belo Horizonte, 2012.

<sup>13</sup> Viet Minh é uma abreviação para Liga Revolucionária para a Independência do Vietnã, um grupo de resistência organizado pelos vietnamitas e que se formou para expulsar as tropas japonesas que ocuparam a região durante a Segunda Guerra Mundial e também para lutar pela independência do Vietnã contra a exploração colonial francesa. Cf. MINH, Ho Chi. **A Resistência do Vietnã: Textos Políticos (1922-1967)**. 1ª ed. Trad. Edio Vieira. Rio de Janeiro: Gráfica Editora Lammert, 1968.

<sup>14</sup> *Ibidem*, p. 520.

ideias nos escritos de Ho Chi Min e de Mao Tse-Tung para construir uma narrativa fantasiosa sobre os fatos, usando de argumentos falaciosos, ilógicos e sem respaldo na realidade, como se observa em *Les guerres insurrectionnelles et revolutionnaires de l'Antiquité à nos jours*<sup>15</sup>, escrito em 1963, pelo cel. francês Gabriel Bonnet, que apresenta a guerra revolucionária como:

A guerra de partisans, na terminologia militar atual, evoca a idéia de bandos organizados ou semi-organizados, realizando incessantes operações surpresas sobre as retaguardas do inimigo. [...] Se a guerra de partisans mobiliza também os espíritos e impõe àquêle que suporta, uma carga psíquica que desgasta suas forças mais pesadamente que um combate, passa a chamar-se de *guerra revolucionária*.<sup>16</sup>

Dessa forma, Bonnet faz uma síntese da sua reflexão e expressa em forma da equação:

GUERRA DE PARTISANS + GUERRA PSICOLÓGICA = GUERRA REVOLUCIONÁRIA.

Com esta equação formula-se uma lei válida para todos os movimentos revolucionários que agitam o mundo, hoje em dia.<sup>17</sup>

Gabriel Bonnet dá ênfase aos aspectos psicológicos da guerra revolucionária, um tipo de artifício ideológico para o combate indireto e que também aparece nos textos de outros militares franceses, como é o caso do cel. David Galula, que escreve o livro *Pacification in Algeria 1956-1958*<sup>18</sup>, publicado em inglês no ano de 1963, onde relata que depois dos exércitos franceses terem sido pegos de surpresa pelo Viet Minh, durante a Guerra da Indochina, os oficiais elaboraram duas estratégias básicas para identificar e combater os inimigos na Argélia.

De um lado, escreveu Galula, haviam os “guerreiros”, compostos por oficiais militares que “desafiavam a própria ideia de que a população era o verdadeiro objetivo, que sustentavam que a ação militar realizada com meios e vigor suficientes por um tempo suficientemente longo derrotaria os rebeldes”.<sup>19</sup> Do outro lado, haviam aqueles considerados ideólogos porque acreditavam que a derrota do inimigo só viria pela luta armada junto com as ações psicológicas.

Para eles, a ação psicológica era a resposta para tudo, não apenas a simples propaganda e a guerra psicológica adjunta a outros tipos de operações, convencionais ou não. “Você usa a força contra o inimigo”, um de seus líderes me disse, “não tanto para destruí-lo, mas para fazê-lo mudar de ideia sobre a necessidade de prosseguir na luta. Em outras palavras, você realiza uma ação psicológica”. Eles estavam

<sup>15</sup> Traduzida para o português como *Guerra Insurrecionais e Revolucionárias*, a obra de Gabriel Bonnet se tornou referência nos estudos militares da guerra revolucionária e foi incorporada à literatura militar brasileira. Cf. BONNET, Gabriel. **Guerras insurrecionais e revolucionárias**. 1º ed. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 1963.

<sup>16</sup> Ibidem, p. 49.

<sup>17</sup> Ibidem, p. 50.

<sup>18</sup> GALULA, David. **Pacification in Algeria 1956-1958**. Santa Monica: RAND Corporation, 1963.

<sup>19</sup> No original: *At one extreme stood the “warriors,” officers who had learned nothing, who challenged the very idea that the population was the real objective, who maintained that military action pursued with sufficient means and vigor for a sufficiently long time would defeat the rebels*. Ibidem, p. 64. Tradução livre.

convencidos de que a população poderia ser manipulada por meio de certas técnicas adaptadas dos métodos comunistas.<sup>20</sup>

Com a doutrina de guerra revolucionária, os franceses colocaram a guerra ideológica em um novo pedestal. O medo provocado pelas ações psicológicas deixou os militares sob a paranoia de que haveriam inimigos em todos os lugares. Estes supostos inimigos estariam promovendo propagandas ideológicas com a intenção de desmoralizar e desacreditar as autoridades políticas, as forças constitucionais e ainda recrutar novos membros para o seu exército revolucionário, incluindo militares do próprio exército francês. Quando os grupos nacionalistas conseguiram consolidar uma Frente de Libertação Nacional (FLN) para lutar contra os franceses e pela liberdade da Argélia, vários soldados argelinos que lutaram ao lado das tropas francesas na Segunda Guerra Mundial foram incorporados pelo exército revolucionário, em parte pelo sucesso das forças do Viet Minh contra a França na Indochina.<sup>21</sup>

Nesse sentido, a doutrina de guerra revolucionária foi criada para oferecer aos oficiais militares algumas estratégias para identificar e combater esses inimigos internos, os chamados subversivos, que estariam infiltrados na sociedade argelina para explorar suas fraquezas, seus antagonismos, além de intoxicar a população com propagandas e ideias revolucionárias para estimular o ódio e a revolta da população contra a França. Essas ações seriam parte de um todo, uma espécie de *checkpoints*, ou seja, objetivos específicos que, na visão dos militares, contribuiriam para alcançar a finalidade principal: o recrutamento e a mobilização da população contra as autoridades, visando tomar o poder de Estado e reconstruí-lo aos moldes socialistas.

Apesar das contradições, o fato é que o discurso militar sobre a guerra revolucionária explorou o imaginário anticomunista das elites políticas e militares francesas, que, pelo contexto da guerra fria, estavam ameaçadas com o avanço da influência soviética no Leste Europeu. Nesse sentido, os militares buscaram pretextos que legitimassem a violência contra os movimentos e protestos sociais anticoloniais e anti-imperialistas nas colônias francesas, acusando-as de terem influência e apoio dos soviéticos. Esse discurso militar de guerra revolucionária criou a imagem do inimigo interno, um inimigo sem rosto, sem fardas, sem armas, mas, aparentemente, com ideologias e objetivos bem definidos: a vitória do comunismo.

---

<sup>20</sup> No original: *To them, psychological action was the answer to everything, not merely the simple propaganda and psychological warfare adjunct to other types of operations, conventional or otherwise. "You use force against the enemy," one of their leaders told me, "not so much to destroy him but in order to make him change his mind on the necessity of pursuing the fight. In other words, you do a psychological action." They were convinced that the population could be manipulated through certain techniques adapted from communist methods.* Ibidem, p. 65. Tradução livre.

<sup>21</sup> As inspirações da FLN aparecem descritas na obra meticulosa do historiador argelino Mohammed Harbi e também do historiador francês, Gilbert Meynier. Cf. HARBI, Mohammed. **Les archives de la révolution algérienne**. Paris: Éditions Jeune Afrique, 1981; MEYNIER, Gilbert. **Histoire intérieure du FLN 1954-1962**. Paris: Librairie Arthème Fayard, 2002.

Os conceitos de guerra e de revolução encontrados nas teorias marxista-leninistas foram usados para compor essa doutrina de guerra revolucionária, produzindo, dessa forma, um militante comunista idealizado pelo imaginário militar, de modo que as suas características não se enquadrariam nas ideias de Karl Marx, Engels, Lenin, Mao Tse Tung, entre outros autores que são referências para os estudos do socialismo. De todo modo, isso se explica, em parte, pelo contexto geopolítico formado ainda antes do término da Segunda Guerra, quando o mundo foi dividido em dois polos muito bem consolidados, onde cada um dos lados buscou explorar politicamente suas diferenças e antagonismos históricos para conquistar uma hegemonia global.

Na década de 1950, quando a teoria da guerra revolucionária foi inserida no Brasil, o país ainda se recuperava de uma experiência ditatorial ocorrida nas décadas anteriores e enfrentava uma nova turbulência social, em razão das disputas políticas internas e do contexto da guerra fria. Essa instabilidade no país favoreceu as ideias golpistas. A doutrina francesa foi rapidamente adotada pelos militares do alto-oficialato brasileiro por oferecer um discurso convincente, no qual afirmava que o país estava vivendo uma guerra contra grupos comunistas supostamente infiltrados na sociedade e em suas instituições. Por meio desse discurso belicoso, construiu-se uma retórica de fachada para sustentar a intervenção de militar em assuntos do ordenamento político, jurídico e, portanto, legitimar publicamente a perseguição de adversários.

Para o historiador Rodrigo Patto Sá Motta,<sup>22</sup> o anticomunismo no Brasil foi um ponto de consenso entre as elites civis e militares, entre grupos políticos com projetos diversos, entre conservadores, liberais, nacionalistas e outras correntes político-ideológicas heterogêneas, mas reunidas sobre o mesmo ponto para legitimar o golpe de 1964. Considerando essa análise, teria sido a doutrina de guerra revolucionária e o seu discurso anticomunista o estopim para o golpe? A fantasia discursiva criada pelos militares franceses para justificar a repressão dos movimentos sociais argelinos, teria convencido os militares brasileiros? Em que medida essa doutrina teve influência na concepção de guerra revolucionária construída pelos militares brasileiros? Sem os fundamentos da guerra revolucionária, os militares teriam conseguido sustentar um governo antidemocrático? De que maneira essa doutrina contribuiu e em que medida essa contribuição serviu para transformar as instituições de Estado em uma máquina de guerra anticomunista?

Para encontrar as respostas destas e outras questões que surgiram ao longo da pesquisa, o objetivo desta dissertação foi analisar o discurso da guerra revolucionária no Brasil, em

---

<sup>22</sup> O anticomunismo é tão antigo quanto o comunismo no Brasil, mas o autor defende a tese de que existem vários “anticomunismos” e sua ofensiva ganhou força a partir da década de 1930, quando o Partido Comunista Brasileiro protagonizou movimentos sociais memoráveis no imaginário das elites conservadoras. Cf. SÁ MOTTA, Rodrigo Patto. **Em guarda contra o perigo vermelho: o anticomunismo no Brasil (1917-1964)**. São Paulo : Perspectiva, 2002.

especial nos documentos produzidos pelas Forças Armadas Brasileiras<sup>23</sup>, e a sua relação com a construção de um projeto anticomunista de Brasil. Com a escolha da guerra revolucionária como objeto dessa pesquisa, o período temporal fixado para a análise foi de 1959 à 1979, conforme as fontes documentais encontradas no processo de garimpagem permitiram analisar.

Como uma das propostas para essa pesquisa foi analisar a construção de um projeto anticomunista de Brasil, a prioridade foi encontrar fontes documentais produzidas pelos agentes e instituições de Estado, pressupondo que, por serem documentos oficiais, fizeram parte de políticas públicas, de atos de governo e tiveram alguma consequência direta ou indireta na vida pública da população que viveu no Brasil nesse período. Isso também se justifica porque foi a partir das instituições armadas que o discurso da guerra revolucionária foi inserido no Brasil. Portanto, o foco da “garimpagem” foi encontrar documentos de Estado sobre a guerra revolucionária produzidos pelas instituições militares de formação, informação e de comando.

**Quadro 1** – Documentos selecionados para o estudo da guerra revolucionária no Brasil.

<b>Título:</b>	<b>Produzido por:</b>	<b>Data Publicação:</b>	<b>Arquivado em:</b>
<b>Introdução ao Estudo da Guerra Revolucionária</b>	Cel. Augusto Fragoso/EMFA	1959	AAL
<b>Conceituação de guerra insurrecional, guerra revolucionária, subversão (guerra subversiva), ação psicológica, guerra psicológica e guerra fria</b>	EMFA	1961	AAL
<b>Ação Educativa Contra a Guerra Revolucionária</b>	EME	1963	SIAN
<b>Concepção de Guerra</b>	EMFA	1963	AAL
<b>Manual de Campanha Guerra Revolucionária</b>	EME	1968	Arquivo Pessoal
<b>Informação nº 2.448</b>	CIE	1969	SIAN
<b>Estágio de Aspirantes R-2: Guerra Revolucionária</b>	5º GAC AP/Núcleo de Bia Escolar	1970	Arquivo Pessoal
<b>Informe nº 349</b>	CISA	1970	SIAN
<b>Ação com MANOEL CONCEIÇÃO DO SANTOS “Operação Búfalo”</b>	CIE	1972	SIAN
<b>Relatório Periódico</b>	CIE	1972	SIAN

<sup>23</sup> Doravante denominado pela sigla “FA”.

<b>Informação n° 2.338</b>	CIE	1972	SIAN
<b>INFORMAÇÃO N° 208/AFZ/SNI</b>	SNI	1972	SIAN
<b>PARECER e Operação Búfalo II</b>	CIE	1972	SIAN
<b>Informação n° 897</b>	CIE	1973	SIAN
<b>Relatório Especial de Informação n° 1</b>	CISA	1973	SIAN
<b>Informação n.º 2.119</b>	CIE	1974	SIAN
<b>Doutrina Básica</b>	Escola Superior de Guerra	1979	SIAN
<b>Informação n° 589</b>	CIE	1980	SIAN

**Fonte:** Autoria Própria.

As fontes que compõe esta dissertação foram encontradas e selecionadas em bancos de dados digitais de propriedade pública e privada. É correto também mencionar que a escolha desses documentos em meio a tantos outros possíveis não foi por acaso. O critério para a seleção das fontes que aparecem no quadro 1, foi presença do termo “guerra revolucionária” em seu corpo textual, facilmente identificado pelas ferramentas de buscas do Sistema de Informações do Arquivo Nacional (SIAN), que possui um módulo de rastreamento de informações integrado a vários outros bancos de dados eletrônicos, abrangendo acervos de diferentes arquivos do país.

Desde a implantação do recurso de “pesquisa digital 2.0”, em 2019, o SIAN se tornou um importante aliado dos pesquisadores. Através de um algoritmo de filtragem de busca, o pesquisador insere os códigos de referências e seleciona os critérios temporais, temáticos e tipológicos das fontes desejadas, aumentando a precisão e a probabilidade de resposta. Desse modo, o mecanismo de busca verifica, simultaneamente, os mais de 1 milhão de documentos armazenados nos fundos e coleções de seu arquivo. Os resultados podem ser consultados na íntegra e totalmente na forma digital, sem que o pesquisador precise se deslocar até o Arquivo.<sup>24</sup>

Além dos documentos obtidos no SIAN, as fontes que aparecem no quadro 1 com a descrição de *Arquivo Pessoal*, na sua maioria, foram obtidas em plataformas virtuais de comercialização de livros usados. Também foram selecionados outros quatro documentos produzidos pelas forças armadas e armazenados no acervo de Política e Estratégia Militar do Arquivo Ana Lagôa (AAL), que é administrado pela Universidade Federal de São Carlos. O acervo reúne recortes de jornais e documentos de Estado, com acesso integralmente por meio eletrônico.<sup>25</sup>

Embora esta dissertação seja composta principalmente por fontes documentais oficiais, é importante destacar que o conceito de documento na construção do conhecimento histórico é

<sup>24</sup> Para mais informações, conferir o portal do Arquivo Nacional, disponível em: <http://sian.an.gov.br/>.

<sup>25</sup> Para mais informações, conferir o portal Arquivo Ana Lagôa, disponível em: [arqanalagoa.ufscar.br/](http://arqanalagoa.ufscar.br/).

muito mais abrangente e não se limita aos documentos oficiais, como faziam crer os historiadores do século XIX.<sup>26</sup> Todavia, desde que os historiadores da chamada *École des Annales* inauguraram novas abordagens historiográficas, a partir de 1929, o conceito de documento tornou-se muito mais abrangente e não se restringe apenas ao que foi escrito, mas a todo e qualquer vestígio do passado, sejam eles iconográficos, audiovisuais, materiais ou imateriais, produzidos direta ou indiretamente, consciente ou não, pelos seres humanos ao longo do tempo.<sup>27</sup>

Como método, as fontes selecionadas nesta dissertação passaram pelos procedimentos básicos de uma análise documental. Num primeiro momento, foram submetidas ao interrogatório historiográfico, pelo qual se procurou a resposta das seguintes questões: quando, onde, por quem, para quem, por quê e de que maneira a fonte foi produzida, quais os seus aspectos materiais, estéticos e organizacionais. Em seguida, essas fontes foram submetidas a uma análise do discurso com a finalidade de identificar seu quadro teórico, os conceitos utilizados e como esses conceitos estão interconectados entre si para produzir determinados enunciados, significados e sentidos. Por meio desta operação analítica, a intenção é colocar em evidência os elementos que constituem o discurso, as relações de poder em torno dele e como essas interações se combinam para produzir um discurso de verdade e legitimador de práticas.

Por serem fontes com eixo temático em comum e com datas de publicações diferentes, é importante considerar que cada contexto possui suas próprias regras de formação e enunciação, o que permite identificar nesses discursos a modificação dos argumentos, princípios, ideias e o modo como as informações foram vinculadas na imprensa para sustentar a narrativa ideológica das Forças Armadas. Esses fragmentos discursivos aparecem com maior frequência na imprensa após o Golpe de Estado, em 1964, quando os militares se apropriaram das instituições e utilizaram-nas, estrategicamente, contra seus adversários políticos, acusando-os de praticarem atos terroristas, subversivos e ações ilícitas de risco para a segurança nacional.

Esta dissertação, portanto, está dividida em três capítulos. O primeiro traz uma análise panorâmica do desfecho da Segunda Guerra Mundial e o processo de ascensão soviética, bem como as tensões, contradições e incertezas que se formaram na dimensão militar. Outro fator foi o surgimento das armas nucleares, algo que provocou mudanças nas relações militares internacionais e na concepção clássica da guerra como um instrumento mediador dos interesses políticos, pois, o medo de um confronto armado escalar as tensões para um confronto nuclear,

---

<sup>26</sup> LANGLOIS, Charles Victor; SEIGNOBOS, Charles. **Introdução aos estudos históricos**. São Paulo: Renascença, 1946.

<sup>27</sup> BLOCH, Marc. **Apologia da História ou O Ofício de Historiador**. Trad. André Telles. Jorge Zahar Editor Rio de Janeiro, 2002.

implicou na limitação da própria guerra em termos reais. Ou seja, de acordo com a visão de Clausewitz, que considera a guerra como um conjunto de vários duelos simultâneos, pelo qual os competidores fazem o emprego máximo da força para desarmar o inimigo e evitar a derrota.<sup>28</sup>

Essa crise nos paradigmas militares não impediu a ocorrência de novas guerras ao redor do mundo. Na região da Indochina, o confronto das tropas revolucionárias contra as forças militares francesas teria acabado com a vitória da França, caso as estratégias de luta anticolonial dos Viet Minh não tivessem enfraquecido os exércitos franceses, forçando-os a deixar a guerra e reconhecer a Independência da Indochina. A derrota francesa abriu espaço para que as teorias conspiratórias ganhassem força entre aqueles que não queriam admitir que a exploração colonial foi uma das principais razões para a derrota da França, pois, ainda que tivessem derrotado os Viet Minh, como poderiam derrotar o ideal de liberdade e o desejo revolucionário?

A resposta foi a construção de uma tese doutrinária de guerra revolucionária que pudesse não somente explicar a derrota, como também oferecer subsídios técnicos e táticos de repressão militar aos movimentos sociais. Para isso, os militares franceses fizeram observações da revolução desencadeada pelo Partido Comunista Chinês contra os nacionalistas na China. O objetivo foi entender os aspectos do movimento revolucionário, suas lideranças e agentes de subversão, suas táticas de guerrilha, entre outras ações que foram interpretadas pelos franceses como uma grande guerra revolucionária comunista. Na crença militar, somente uma doutrina de guerra contrarrevolucionária poderia impedir uma nova derrota do exército francês, mas dessa vez na Argélia, logo após a população se rebelar contra a exploração do regime colonial.

No segundo capítulo, é feita uma breve análise das lutas anticoloniais na Indochina e logo em seguida na Argélia para entender como a doutrina de guerra revolucionária foi construída. Por meio da bibliografia militar francesa, foram analisados os princípios, conceitos e táticas que estruturam as ideias militares sobre a guerra revolucionária. A intenção foi entender o jogo de forças e as relações de poder que se materializaram em torno desse discurso. O fato de receber o nome de “guerra” configurou o pensamento militar para o combate contra um tipo de inimigo construído por eles mesmos: um inimigo interno, sem rosto, sem farda, que estaria escondido entre a população e infiltrado nas instituições para sabotar o governo e intoxicar a opinião pública com propagandas comunistas e, dessa forma, produzir um clima revolucionário.

Quando essas teses conspiratórias chegaram ao Brasil, no final da década de 1950, encontram um país em crise política e social. Desde a ascensão do Presidente João Goulart ao

---

<sup>28</sup> CLAUSEWITZ, Carl von. **Da Guerra**. Trad. Luiz Carlos Nascimento e Silva do Valle. Versão online. Disponível em: <http://almanaque militar.com/site/wp-content/uploads/2014/02/Da-Guerra-Carl-Von-Clausewitz.pdf>. Acesso em: 14 fev. 2021

poder, grupos de oposição passaram a se articular para obstruir as reformas anunciadas pelo novo governo. A doutrina de guerra revolucionária se tornou oportuna pelo discurso de que haviam inimigos internos tentando provocar uma revolução, semelhante ao que teria acontecido com Cuba, em 1959. Esse discurso de guerra unificou o anticomunismo das elites políticas e militares para legitimar a intervenção das forças armadas em assuntos de competência política.

A guerra revolucionária no Brasil está dividida em dois momentos, onde se analisou o discurso militar antes e depois do golpe. Num primeiro momento, foram verificadas as principais bibliografias que aparecem nas referências das fontes documentais produzidas pelas instituições militares brasileiras. Essa bibliografia revela que os militares brasileiros se apropriaram dos conceitos da doutrina francesa, adaptando-os às características nacionais. Já num segundo momento, o período que veio depois do golpe, as fontes documentais, os recortes jornalísticos e livros de circulação pública foram analisados cuidadosamente para verificar como a guerra revolucionária se propagou entre os militares e se popularizou na opinião pública.

No terceiro capítulo, foi observado a guerra revolucionária nos anos de maior repressão no país. Os atos institucionais foram a expressão jurídica e administrativa da ditadura, por isso, foi verificado como o discurso da guerra revolucionária aparece na construção desse modelo de Estado militar, marcado pela violência institucionalizada. Para entender como as ideias contidas na doutrina de guerra revolucionária foram aplicadas, nesse terceiro capítulo há uma análise da chamada “operação búfalo”, uma operação militar que sequestrou, torturou e mutilou estrategicamente um camponês do sertão maranhense. O objetivo foi perseguir e deslegitimar a luta dos órgãos internacionais pela defesa dos direitos humanos, como a Anistia Internacional.

O uso dos recursos do Estado para perseguir e silenciar os adversários foi uma estratégia de solução imediata encontrada pelos militares, porém, a longo prazo, seria necessário ter o apoio da opinião pública para consolidar o seu poder. Quando vários intelectuais do mundo todo se reuniram no Congresso Cultural de Havana, em 1968, para discutir a democratização do programa comunista, as forças armadas passaram a considerar que os comunistas estariam promovendo uma espécie de revolução cultural. Ou seja, ao invés da luta armada, os militares produziram e divulgaram um discurso para afirmar que os supostos revolucionários infiltrados no país estariam investindo em uma transformação lenta e gradual no imaginário popular, nos seus valores sociais, nas suas instituições educacionais e culturais, nos centros comunicação e informação, com o objetivo de fazer uma transição do governo para o comunismo de maneira imperceptível e sutil, no qual as pessoas só tomariam consciência após já terem sido subjugadas.

Não há dúvida que esse discurso legitimou a imposição de censura aos meios de informações e cultura, considerados como produtos subversivos dessa tal revolução cultural.

Esse discurso também legitimou a institucionalização do anticomunismo nos currículos escolares, na forma de disciplinas temáticas e regras de condutas, com a intenção de impedir a suposta doutrinação comunista em salas de aula. Isso também intensificou a perseguição dos adversários e críticos de oposição, fato esse que escancarou a face ditatorial do governo militar depois que inúmeras denúncias de violência, abusos de poder, tortura e o desaparecimento de presos políticos se avolumaram nos tribunais internacionais, como o Tribunal Bertrand Russel II, organizado para investigar os crimes de guerra cometidos pelas ditaduras latino-americanas.

## CAPÍTULO 1. TENSÕES E CONTRADIÇÕES NA GÊNESE DA GUERRA FRIA

*“Agora, me transformei num companheiro da morte, um destruidor de mundos...”*

(Robert Oppenheimer – Diretor do Projeto Manhattan).

### 1.1 A ASCENÇÃO SOVIÉTICA NO DESFECHO DA SEGUNDA GUERRA

A Segunda Guerra Mundial foi um dos eventos mais impactantes do século XX e é apontado pelos historiadores como um dos conflitos mais sangrentos já registrados, porque em poucos anos de guerra provocou cerca de 45 a 50 milhões de mortos diretamente pelo combate, entre vítimas militares e civis, mas as estimativas apontam para mais 70 milhões de mortos, somando as vítimas da fome, das epidemias e doenças sistêmicas que foram agravadas no período<sup>29</sup>. A guerra que só encontrou o seu fim em 1945 teve início em conflitos regionais, como a disputa sino-japonesa pela região da Manchúria, em 1931; a invasão dos fascistas italianos na Etiópia, em 1935; a guerra civil espanhola, de 1936; além do avanço nazifascista sobre o Leste Europeu, que rapidamente escalou as tensões e deu formas ao confronto mundial.

Quando a Polônia e a França caíram em 1940, assim como os outros países ao seu redor, as forças militares inglesas foram retiradas do continente e a Alemanha emergiu como potência militar vitoriosa. Em 1941, após os nazistas conquistarem rapidamente os principais centros econômicos da Europa, suas forças militares extravasaram as fronteiras soviéticas, pondo um fim ao Pacto Molotov-Ribbentrop<sup>30</sup>, que estabelecia um acordo de não agressão entre as tropas germano-soviéticas, assinado secretamente em agosto de 1939, forçando Stalin a manter uma posição defensiva até reunir suas tropas militares que estavam dispersas nas fronteiras orientais.

Na primeira fase da guerra, o Exército Vermelho, forçado a recuar para o interior, manteve a defensiva estratégica, buscando (a) ganhar tempo para o desdobramento das principais forças, (b) embaraçar, gastar e enfraquecer o inimigo, (c) criar condições para passar à ofensiva geral. A defensiva foi ativa. Em cada linha houve luta feroz, acompanhada de poderosos contra-ataques.<sup>31</sup>

O relato do tenente-general Shilovsky, corresponde as assertivas do General Georgy Júkov, que foi nomeado chefe do Estado-Maior Geral do Exército Vermelho, em 1940, quando descreve a necessidade de modernização e ampliação das forças militares, demonstrando a sua

<sup>29</sup> MANDEL, Ernest. **O Significado da Segunda Guerra Mundial**. São Paulo, Ática, 1982.

<sup>30</sup> Este pacto assinado entre Adolf Hitler e Joseph Stalin, teve como protocolo secreto o interesse em comum a expansão dos domínios territoriais e políticos, como a divisão da Polônia e a influência soviética no Báltico, assegurando a não agressão entre si em eventual guerra declarada pelos países europeus, como ocorreu setembro de 1939. Cf. PONS, Silvio. **A revolução global: história do comunismo internacional, 1917-1991**. Rio de Janeiro: Contraponto Editora; Brasília, 2014.

<sup>31</sup> BENJAMIN, Cesar. *A fênix russa na Segunda Guerra Mundial*. In: JÚKOV, Georgy. **A Decisão da Segunda Guerra Mundial: Moscou, Stalingrado, Kursk, Berlim**. Rio de Janeiro: Editora Contraponto, 2020. p. 10.

preocupação com a indústria de defesa soviética que ficava localizada em áreas europeias do país. Em razão da dupla ameaça, visto que o Japão expandia seus domínios políticos e militares no Pacífico, o Exército Vermelho estava disperso nas fronteiras de seu imenso território. O cientista político Cesar Benjamin, identificou nos documentos de Estado soviético várias solicitações de oficiais, incluindo de Júkov, para que Stalin autorizasse a prontidão das tropas de defesa para uma eventual invasão nazista, como já era esperado desde os primeiros anos da guerra, sendo que o último pedido havia sido encaminhado ao Kremlin em 15 de junho de 1941.

A posição de Stalin foi preservar o pacto firmado com Hitler, em 1939, mas as evidências da invasão se avolumaram. Tanto o Comitê de Segurança de Estado (*КГБ*) quanto o sistema de inteligência soviético emitiram alertas de uma possível invasão após terem interceptado conversas de oficiais alemães tratando de uma alteração radical da frente militar nazista para a direção de Moscou. Mesmo assim, Stalin continuava a negar a autenticidade das evidências por atribuí-las a um “plano inglês”, com a finalidade de precipitar a guerra que ele queria evitar (ou pelo menos adiar) até que as suas tropas militares na frente oriental estivessem reagrupadas<sup>32</sup>. Sete dias após o último pedido de Júkov ser negado, os nazistas iniciaram o bombardeio aéreo e lançaram o fogo de artilharia de longo alcance, acompanhados do assalto da infantaria mecanizada e dos blindados, concentrados em uma direção principal, enquanto os flancos do inimigo eram atacados pelos escalões seguintes, como forma de garantir o terreno.<sup>33</sup>

A iniciativa estratégica da ofensiva nazista apresentava uma certa vantagem no campo de batalha e já acumulava um histórico de sucesso. A rápida ação da força aérea e o ataque coordenado das forças terrestres mecanizadas abriram caminho para que infantaria atacasse em uma única frente de batalha. Essa rápida e imprevisível ação militar deu vantagens para as tropas nazifascistas, garantindo-lhes a conquista de novos territórios e o desmantelamento da força de resistência inimiga, que não tinha tempo, nem espaço para realizar manobras de defesa.

A vitória de um exército sobre o outro pode ser atribuída ao sucesso de uma ou várias operações militares. No entanto, há todo um conjunto fatores internos e externos aos seres humanos, interagindo entre si e contra si, cujas probabilidades e possibilidades de vitória numa guerra é tão complexa que a torna quase determinada pela sorte, pelo acaso ou pela “fricção”, isto é, “uma grande quantidade de circunstâncias de pequena importância”, mas que afetam os rumos da guerra e a tornam mais parecida com “um verdadeiro camaleão, que adapta um pouco

---

<sup>32</sup> JÚKOV, 2020, op. cit. [Nota 30].

<sup>33</sup> Ibid.

as suas características a uma determinada situação”, como diria Clausewitz<sup>34</sup>, que destaca o fato de que uma guerra jamais será com as outras e os comandantes devem conhecer essa lição.

A França, no entanto, parece não ter aprendido. No livro *A estranha derrota*<sup>35</sup>, o historiador Marc Bloch fez um esforço para compreender a ocupação da França em 1940, pelas tropas nazifascistas. Em linhas gerais, Bloch apresenta duas razões para a derrota. O primeiro e principal argumento indica que a incompetência, o pragmatismo e a ortodoxia do alto-comando militar francês, foram fatores que os impediram de entender que a guerra de trincheiras e as estratégias utilizadas na Primeira Guerra Mundial não se aplicariam nesse novo conflito. Os franceses, portanto, foram surpreendidos pela tática militar da *Blitzkrieg* nazista, com suas ações rápidas de divisões de blindados *Panzer* e do intenso ataque aéreo da *Luftwaffe*.

Os generais franceses não eram apenas confusos estrategicamente; eram também tática e administrativamente incompetentes. Como demonstraram Bloch e muitos outros historiadores posteriores, o alto-comando francês revelou-se cronicamente incapaz de delegar responsabilidade, reagir à mudança de circunstâncias [...] Quando os Alemães atacaram, o Estado-Maior francês não sabia o que lhe estava a acontecer, e mesmo que soubesse não poderia ter ripostado<sup>36</sup>.

O argumento de Bloch também é reafirmado pelo historiador Tony Judt. Para ele, a França contava com força mecanizada e recursos tecnológicos à altura das forças militares germânicas. Porém, o raciocínio pragmático e inflexível dos generais franceses dificultou uma compreensão real da ameaça nazifascista. Enquanto a economia de guerra francesa foi preparada para enfrentar um combate lento e duradouro, tal como as batalhas de 1914-1918, as tropas militares de Hitler foram treinadas para uma ação ofensiva rápida, com o objetivo de ocupar o território inimigo e garantir a sua posição. Ou seja, para Judt, “os dois lados tinham tanques, mas generais alemães como Rommel e Heinz Guderian sabiam como aproveitá-los”.<sup>37</sup>

A segunda razão da derrota, de acordo com a análise de Marc Bloch, foi atribuída as instabilidades do cenário político interno da França, a qual enfrentava uma polarização ideológica no debate público. De um lado, haviam os representantes de uma esquerda insatisfeita com um programa de governo que negava a agenda revolucionária. Por outro, haviam os grupos burgueses e representados por uma direita política acostumada a comandar, mas que se via ameaçada pelo avanço das classes sociais nos espaços de poder. De acordo com

---

<sup>34</sup> Carl Von Clausewitz foi um analista da guerra franco-prussiana (1870) e escreveu a obra *Von Krieg*, traduzido como *Da Guerra*. Cf. CLAUSEWITZ, Carl von. **Da Guerra**. Trad. Luiz Carlos Nascimento e Silva do Valle. Versão online. 2014, p. 184. Disponível em: <http://almanaquemilitar.com/site/wp-content/uploads/2014/02/Da-Guerra-Carl-Von-Clausewitz.pdf>. Acesso em: 14 fev. 2021.

<sup>35</sup> BLOCH, Marc. **A estranha derrota**. São Paulo: Editora Schwarcz-Companhia das Letras, 2011.

<sup>36</sup> JUDT, Tony. **O século XX esquecido: lugares e memórias**. Lisboa: Edições 70, 2009. p. 192.

<sup>37</sup> *Ibid.*, p. 192.

Judt, Bloch teria observado a indiferença da população e das elites políticas diante do eminente colapso militar, pois, “a principal preocupação [francesa] quando a batalha esmorecia não era o Exército alemão, mas uma possível insurreição comunista em Paris logo após a derrota”.<sup>38</sup>

Essa ofensiva alemã contra a França encontrou uma resistência muito menor do que a demonstrada pelos soviéticos no Leste Europeu. Enquanto o Alto Comando Nazista havia se preparado para uma ação de guerra rápida, convictos de que não tardaria a conquista de Moscou, encontraram-se em uma posição errática, com uma série de erros estratégicos que prolongou o conflito. De acordo com Júkov, a inteligência soviética observou a movimentação de divisões mecanizadas em direção a Moscou, forçando uma retirada estratégica de suas tropas de infantaria para escapar de um cerco ou ficariam presos, como ocorreu em Vyazma e Bryansk<sup>39</sup>.

Subestimando a capacidade de resistência do Exército Vermelho, a ofensiva nazifascista contra Moscou encontrou seus limites. Em novembro de 1941, as extremas temperaturas de inverno e a retirada estratégica dos soviéticos deixaram as tropas alemãs com suas redes de abastecimento ainda mais fragilizadas, interrompendo o avanço e forçando o recuo. Após a derrota em Moscou, as forças nazifascistas foram reorganizadas para manterem os territórios conquistados e o esforço de guerra foi concentrado na busca pelo petróleo na região do Cáucaso.

A queda de Moscou prevista pelos Nazistas para 1941 não aconteceu e se tornou uma guerra inviável. A permanência prolongada no Leste Europeu consumiu tempo, recursos e energia de um exército preparado para a tática da guerra-relâmpago. Diante do acúmulo de derrotas, primeiro em Moscou, depois em Stalingrado, seguido das derrotas em Kursk, Orel e Belgorod, o Alto Comando Nazista foi forçado a adotar uma inflexão estratégica. Em dezembro de 1943, a União Soviética inverteu a situação e definiu sua estratégia de contraofensiva militar.

Sob as ordens de Júkov – a essa altura nomeado Marechal – o Exército Vermelho adotou uma ofensiva cuidadosa pelo temor de uma nova contraofensiva alemã sobre Moscou, optando, primeiro, pela libertação dos territórios ocupados pelos nazifascistas no Leste Europeu e só depois, quando o risco estivesse neutralizado, marchariam com destino a Berlim. Em maio de 1945, com a destruição da Alemanha, as lideranças do Alto Comando Nazista se suicidaram e só restaram os remanescentes de suas forças militares. A Segunda Guerra Mundial havia chegado ao fim, pelo menos na Europa, pois, no Pacífico, os japoneses mantinham sua ofensiva.

Mesmo antes do término da guerra no continente Europeu, a preocupação dos países aliados era impedir que a evidente derrota das forças nazifascistas representasse a expansão da zona de influência soviética pelo mundo e a ascensão do modelo do Estado Socialista. O medo

---

<sup>38</sup> Ibid., p. 198.

<sup>39</sup> JÚKOV, 2020, op. cit. [Nota 30].

anticomunista criou a necessidade de novos acordos internacionais. A Carta do Atlântico firmada inicialmente entre Estados Unidos (EUA) e Inglaterra, em 1941, foi uma das tentativas de restringir o rápido avanço da União Soviética (URSS). A carta estabelecia oito princípios que deveriam regulamentar os acordos multilaterais e as relações internacionais pós-guerra.

**Terceiro** – Respeitam o direito que assiste a todos os povos de escolherem a forma de governo sob a qual querem viver; e desejam que se restitua os direitos soberanos e a independência aos povos que deles foram despojados pela força.

[...]

**Sexto** – Depois da destruição completa da tirania nazista, esperam que se estabeleça uma paz que proporcione a todas as nações os meios de viver em segurança dentro de suas próprias fronteiras, e aos homens em todas as terras a garantia de existências livres de temor e de privações<sup>40</sup>.

Conforme o trecho em destaque, os princípios da Carta não faz menção explícita a URSS, mas o sentido e a ordem que o discurso foi expresso deixa subtendido ao leitor que os países, subscritos na Carta, não admitiriam que os soviéticos conservassem os territórios de guerra obtidos por anexação sem a anuência dos seus respectivos povos, tampouco permitiriam a expansão das suas fronteiras durante o pós-guerra. Stalin, contudo, sabia da influência que URSS exercia na comunidade internacional, sobretudo pelo protagonismo soviético na derrota da Alemanha. Do mesmo modo, os principais líderes dos países aliados, como o Primeiro Ministro Britânico Winston Churchill, tinham a consciência de que não havia como deixar de incluir a URSS e a toda sua estrutura de valores comunistas na nova organização internacional.

Durante as conferências dos aliados em El Cairo e em Teerã, no ano de 1943, os aliados tiveram que rever os termos da Carta do Atlântico e foram firmados novos acordos internacionais, mas, dessa vez, autorizando a conservação dos territórios anexados pela URSS durante o pacto germano-soviético. Durante as conferências de Yalta, Potsdam e Londres, no decorrer do ano de 1945, ficariam estabelecidos os princípios gerais da comunidade internacional. Porém, conforme o diplomata estadunidense Henry Kissinger, com a mudança de chefes de Estado e de Governo nos principais países aliados<sup>41</sup>, “muita coisa ficou ambígua e por fazer e, como ocorre com frequência quando chefes não conseguem se entender, as questões mais espinhosas passaram para os ministros do exterior discutirem posteriormente”.<sup>42</sup>

<sup>40</sup> UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO. **Carta do Atlântico – 1941**. Documentos Internacionais da Sociedade das Nações (1919 a 1945), Acervo da Biblioteca Virtual de Direitos Humanos, São Paulo, 2021. Disponível em: <http://www.direitoshumanos.usp.br/index.php/Documentos-Internacionais-da-Sociedade-das-Na%C3%A7%C3%B5es-1919-a-1945/carta-do-atlantico-1941.html>. Acesso em 15 de jun. 2021.

<sup>41</sup> Entenda-se por principais países àqueles que exerceram maiores influência decisória nos acordos internacionais, tais como Inglaterra, Estados Unidos, França, entre outros que tiveram protagonismo durante a guerra.

<sup>42</sup> KISSINGER, Henry. **Diplomacia**. São Paulo: Saraiva, 2012, p. 393.

Em março de 1946, em pronunciamento realizado na *Westminster College*, Winston Churchill, então Primeiro Ministro da Inglaterra, comentou sobre a situação do mundo pós-guerra, reconhecendo, enquanto chefe do Governo da Inglaterra, o lugar da Rússia entre as nações líderes mundiais e reforçou o seu apreço pelas boas relações entre os povos ingleses e soviéticos<sup>43</sup>. É claro que a falsa cordialidade de Churchill e a aceitação, a contragosto, da URSS ocupando um lugar de destaque na comunidade internacional, ocorreu pelo desfecho da segunda guerra e o inconclusivo consenso de interesses entre os países vencedores, deixando a Europa dividida em dois grandes blocos político-ideológicos antagônicos, mas muito bem consolidados.

Uma sombra desceu sobre os acontecimentos recentemente iluminados pela vitória dos Aliados. Ninguém sabe o que a Rússia Soviética e sua organização comunista internacional pretendem fazer no futuro imediato, ou quais são os limites, se houver, para sua expansão e proselitismos. [...] **De Stettin, no Báltico, a Trieste, no Adriático, uma cortina de ferro desceu no continente.** Atrás dessa linha, estão todas as capitais dos antigos estados da Europa Central e Oriental [...] estão no que devo chamar de Esfera soviética e todos estão sujeitos, de uma forma ou de outra, não apenas à influência soviética, mas a um nível muito alto e, em muitos casos, crescente medida de controle de Moscou<sup>44</sup>.

*Iron Curtain* (Cortina de Ferro) foi a expressão usada por Churchill para descrever o cenário de bipolarização que, embora já existisse desde muito antes da guerra, foi intensificada com o seu término. Não havia como os países ocidentais ignorarem a expansão da zona de influência soviética pelo Leste Europeu, África e Ásia, se aproximando, cada vez mais, dos países ocidentais. Também não havia como rejeitar a participação da Rússia na nova ordem mundial. A Guerra Fria havia começado. Não por uma decisão conscientemente tomada de modo unilateral, mas como um dilema que fez com que ambos os Estados hegemônicos interpretassem as políticas adversárias como uma ameaça aos princípios de paz que haviam sido estabelecidos, justificando, pois, a progressão técnica dos instrumentos de guerra e a expansão de suas forças militares pela crença de que a estabilidade mundial e a boa relação da comunidade internacional somente seriam garantidas pelo predomínio da sua visão de mundo.<sup>45</sup>

<sup>43</sup> CHURCHILL, Winston. **Churchill's "Iron Curtain" Speech, "Sinews of Peace"**. History and Public Policy Program Digital Archive, Washington: Digital Archive, march 05, 1946. Disponível em: <http://digitalarchive.wilsoncenter.org/document/116180>. Acesso em 16 de jun. 2021.

<sup>44</sup> No original: “*A shadow has fallen upon the scenes so lately lighted by the Allied victory. Nobody knows what Soviet Russia and its Communist international organisation intends to do in the immediate future, or what are the limits, if any, to their expansive and proselytising tendencies. [...] From Stettin in the Baltic to Trieste in the Adriatic, an iron curtain has descended across the Continent. Behind that line lie all the capitals of the ancient states of Central and Eastern Europe. [...] all are subject in one form or another, not only to Soviet influence but to a very high and, in many cases, increasing measure of control from Moscow.*”. Cf. CHURCHILL, 1946, op. cit., p. 6-7. Tradução livre. Grifos meus.

<sup>45</sup> SCHLESINGER JR., Arthur Meier. **Os Ciclos da História Americana**. Rio de Janeiro: Civilização Bra., 1992.

## 1.2 A DIPLOMACIA ATÔMICA

Até 1939, a obtenção de uma quantidade extraordinária de energia a partir da quebra de núcleos atômicos era extremamente especulativa e não recebeu muito crédito por físicos relevantes do período. Quando o físico húngaro Leó Szilárd obteve sucesso em sua pesquisa com o minério urânio, ainda em 1934, patenteou secretamente o processo de reação em cadeia nuclear e só deu publicidade em 1939, quando escreveu uma carta em conjunto com o físico Albert Einstein para presidente F.D. Roosevelt, informando a sua descoberta e alertando sobre a possibilidade dos alemães obterem o mesmo êxito em seus programas de armas nucleares.<sup>46</sup>

Com a pressão pública exercida por Szilárd, Einstein e outros nomes de referências na física mundial, foi criado o comitê consultivo do Urânio, em 1939, composto por um grupo de cientistas dedicados a estudar os efeitos nucleares. O êxito do programa nuclear nazifascistas funcionou como um importante estímulo para os EUA acelerarem a fabricação da bomba atômica, porém, foi o ataque japonês contra a base militar de Pearl Harbour no Pacífico, em 1941, que agilizou a construção das armas nucleares.<sup>47</sup> Com assistência da Inglaterra e do Canadá, foi criado o maior empreendimento da Segunda Guerra Mundial: o Projeto Manhattan.

Na busca de partículas atômicas com qualidade e facilidade de produzir grandes quantidades energéticas, o Urânio 235 e o Plutônio 239, dois elementos raros na natureza, foram selecionados e depois de vários experimentos apresentaram resultados satisfatórios, mesmo que ainda não houvesse um material capaz de fissioná-los em grande quantidade. Para isso, foi preciso criar todo um complexo industrial para enriquecer o potencial energético desses elementos em quantidades suficientes para o uso militar. Porém, só em 1942, quando o físico Enrico Fermi criou o primeiro protótipo de reator nuclear com capacidade de manter as reações em cadeia sob controle, foi quando o projeto da bomba atômica se tornou realmente possível.<sup>48</sup>

O primeiro protótipo de uma bomba atômica de plutônio obteve sucesso nos testes de explosão controlada no grande deserto do Novo México, em julho de 1945, dois meses após os soviéticos terem ocupado Berlim e Hitler ser declarado morto. Então por que bombardear o

---

<sup>46</sup> Para convencer Roosevelt, Szilárd precisava que sua carta fosse assinada por um homem de prestígio que pudesse fazer o presidente desconsiderar o conselho de seus generais sobre os estudos da bomba atômica. Havia apenas um homem assim: Albert Einstein. A carta ficou conhecida como “*Einstein-Szilard Letter*”. Cf. GRACE, Katja. **Danger of Nuclear Weapons: A Case Study in Risk Mitigation**. Berkeley, CA: Machine Intelligence Research Institute, 2015.

<sup>47</sup> Quando o Comitê do Urânio foi criado, em 1939, houve reclamação dos cientistas pelos poucos recursos disponíveis. Contudo, após o ataque japonês à Pearl Harbour, o governo estadunidense injetou bilhões de dólares para financiar o projeto *Manhattan Engineering District*, dedicado a fabricar armas nucleares. Cf. RHODES, R. **The Manhattan Project: Making the Atomic Bomb**. In: Touchstone Books, 1988.

<sup>48</sup> MOURÃO, Ronaldo Rogério de Freitas. Hiroshima e Nagazaki: razões para experimentar a nova arma. **Scientiae Studia**, v.3, n. 4, pp: 683-710, 2005.

Japão? Se a guerra encontrava seu fim na Europa e as forças nazifascistas no Pacífico estavam arrasadas, a queda do Imperador Hirohito, no Japão, não seria apenas uma questão de tempo? Poderia haver outra maneira de encerrar a guerra sem precisar recorrer ao holocausto atômico?

O bombardeio estadunidense sobre as cidades japonesas de Hiroshima e Nagasaki foi uma demonstração de força tão violenta que chocou a comunidade internacional pelos efeitos da destruição em massa. O resultado foi aproximadamente 150.000 mortes apenas nos primeiros minutos, mas milhares morreram depois, em função das complicações causadas pela radiação<sup>49</sup>. Ainda hoje, há historiadores que confrontam a versão pública dada pela Casa Branca em torno da decisão de lançar as bombas. Nos documentos do *National Archives*, o discurso do presidente H. S. Truman buscou justificar o holocausto nuclear, dizendo que a decisão do bombardeio salvou cerca de 200 mil vidas humanas.<sup>50</sup> De acordo com o historiador Gar Alperovitz, a mesma estratégia foi usada por Winston Churchill. Em sua biografia, Churchill diz que os ataques nucleares às cidades japonesas foram necessários para salvar cerca de 1,2 milhões de vidas.<sup>51</sup>

O historiador Alvin Coox, por sua vez, defende que o bombardeio nuclear pode ter sido uma medida para encerrar definitivamente o conflito no Pacífico após o Terceiro Reich ter sido derrotado na Europa, não havendo mais razões para se prolongar a Segunda Guerra. Contudo, o ataque teria sido uma demonstração de força premeditada para provocar terror psicológico nos inimigos dos EUA e para potencializar os seus interesses nos acordos internacionais do pós-guerra, visto que os soviéticos também haviam obtido êxito em seus programas nucleares.<sup>52</sup>

O lastro radioativo deixado pelo bombardeio estadunidense já havia provocado graves consequências ao ecossistema do arquipélago japonês e danos irreparáveis a saúde da população daquela região quando novos detritos radioativos foram detectados no extremo leste do Japão, no leste do Cazaquistão e na Sibéria Ocidental, decorrente das explosões geradas nos testes do programa nuclear soviético, ainda no final da década de 1940.<sup>53</sup> A comunidade internacional foi colocada em alerta diante da proliferação desordenada e irracional do conhecimento nuclear.

---

<sup>49</sup> TRUMAN LIBRARY. **Background Essay on Decision to drop the Atomic Bomb**. Harry S. Truman Library & Museum, Washington: online-collection, 2021. Disponível em: <https://www.trumanlibrary.gov/library/online-collections/decision-to-drop-atomic-bomb>. Acesso em: 15 set. 2021.

<sup>50</sup> TRUMAN LIBRARY. **Public papers of the presidents: Harry S. Truman, 1965**. Harry S. Truman Library & Museum, Washington: online-collection, 2021. Disponível em: <https://www.trumanlibrary.gov/library/online-collections/decision-to-drop-atomic-bomb>. Acesso em: 15 set. 2021.

<sup>51</sup> ALPEROWITZ, G. **Atomic diplomacy: Hiroshima and Potsdam**. The use of the atomic bomb and the American confrontation with the Soviet power. London: Secker and Warburg, 1965.

<sup>52</sup> COOX, Alvin. **Japan: The Final Agony**. New York: Ballantine Books Inc., 1970.

<sup>53</sup> Ibid.

Os principais programas soviéticos de desenvolvimento de armas atômicas resultaram no primeiro dispositivo nuclear somente em 1949, denominado RDS-1<sup>54</sup>, e talvez uma das principais razões tenha sido a ausência de uma coordenação unificada dos departamentos de Estado, que mantinham uma certa autonomia em relação ao Kremlin, diferente dos EUA, que desde o início manteve o seu programa nuclear e espacial centralizado, enquanto os soviéticos contavam com vários programas e múltiplas agências não unificadas que competiam entre si, como ficou evidente após a morte do principal engenheiro espacial soviético, Sergei Korolev.<sup>55</sup>

Mesmo com os alertas globais sendo emitidos cada vez mais frequentes por entidades públicas e privadas, além de organizações internacionais sobre os perigos da radiação e os efeitos catastróficos que uma eventual guerra nuclear poderia provocar, ainda assim, esses programas não foram desativados, mas, pelo contrário, foram sofisticados e seguiram com a produção em escala industrial de armas com capacidade cada vez mais destrutivas, como é o caso das bombas feitas de isótopos de hidrogênio (deutério e trítio), que liberam muito mais energia que as bombas de fissão nuclear e, logicamente, provocariam muito mais destruição.<sup>56</sup>

Pela crescente tensão entre os EUA e URSS, as relações internacionais passaram a contar com a diplomacia atômica mediando e pesando nas decisões de Estado, fazendo com que outros países fossem encorajados a desenvolverem seus próprios programas nucleares pela crença de que só um grande poderio militar poderia impedir a ameaça de uma nova guerra. Essa condição foi descrita pelo internacionalista Nilton C. F. Cardoso como o “dilema de segurança”.

Dilema de segurança é a ideia de que, para sobreviver, os Estados devem maximizar seu poder devido à incerteza e às pressões de um sistema internacional anárquico. Ao buscarem maior segurança para si, através do aumento de poder militar e de poder latente, entendido como riqueza e tamanho da população, os Estados geram uma sensação de insegurança em outros Estados, que repetem o mesmo processo também em busca de maior segurança, o que frequentemente resulta em uma corrida armamentista.<sup>57</sup>

A corrida armamentista foi um capítulo de tensões e contradições na história das disputas por hegemonia<sup>58</sup> internacional, especialmente quando diversos conflitos regionais

<sup>54</sup> KHALTURIN, Vitaly I. et al. A review of nuclear testing by the Soviet Union at Novaya Zemlya, 1955–1990. *Science and Global Security*, v. 13, n.º. 1-2, pp.: 1-42, 2005. p. 02.

<sup>55</sup> O Programa liderado por Korolev foi o principal programa espacial soviético e ficou paralisado após sua morte, porque além de suas instituições de Estado serem descentralizadas, havia muito pouco diálogo entre os desenvolvedores, que até competiam pelo prestígio em obter êxito com seus programas nucleares e espaciais. Cf. KHALTURIN, 2005, op. cit.

<sup>56</sup> DE GEER, Lars-Erik. The radioactive signature of the hydrogen bomb. *Science & Global Security*, v. 2, n.º. 4 pp.: 351-363, 1991.

<sup>57</sup> CARDOSO, Nilton César Fernandes. *Dilema de Segurança*. In: SAINT-PIERRE, Héctor Luis; VITELLI, Marina Gisela. (Org). **Dicionário de segurança e defesa**. São Paulo: Editora Unesp Digital, 2018, p. 374.

<sup>58</sup> Entende-se por hegemonia a posição de supremacia ocupada por uma classe através da construção de consensos e consentimentos políticos, econômicos, ideológicos e culturais na sociedade, de modo que a hegemonia só pode ser exercida entre as classes aliadas, cooptadas e coniventes com a posição dirigente da classe hegemônica, o que

começaram a desabrochar ao redor do mundo. O risco de uma guerra nuclear com potencial para aniquilar todos os envolvidos no conflito, gerou a necessidade de novos acordos diplomáticos, pois além do temor da guerra, as armas nucleares provocaram uma crise nas concepções militares tradicionais. Se em um dado momento a guerra foi praticada por ser “o árbitro definitivo e impiedoso nos conflitos internacionais”, então como torná-la praticável nesse contexto que mais se parece com um “xadrez apocalíptico”? Conforme Hannah Arendt:

O progresso técnico dos instrumentos da violência alcançou agora o ponto onde objetivo político algum poderia corresponder ao seu potencial de destruição ou justificar o seu emprego real em conflitos armados. Portanto, a guerra – árbitro definitivo e impiedoso nos conflitos internacionais – perdeu muito de sua eficácia e quase que todo o seu glamour. O xadrez apocalíptico que se desenrola entre as superpotências, isto é, entre aquelas que se movimentam nos níveis mais altos de nossa civilização, está sendo jogado de acordo com a regra “se qualquer um dos dois ‘vencer’, é o fim de ambos”<sup>59</sup>;

A rápida progressão técnica das armas nucleares aumentou o seu potencial destrutivo, colocando a comunidade internacional em alerta para o possível fracasso da diplomacia na resolução dos conflitos, pois em uma eventual guerra, a devastação nuclear seria tão grande que não haveria um vencedor. Por esse mesmo raciocínio, a sensação de terror provocada pela eminência de um extermínio mobilizou organizações e grupos sociais contra as armas nucleares. Um desses ativistas foi o historiador Edward Palmer Thompson, que formulou o conceito de *Exterminismo* como forma de explicar o contexto de irracionalidade no pós-guerra, segundo o qual as elites políticas e militares produziram uma atmosfera social de permanente guerra, de modo a reafirmar seu controle social, seus privilégios, sua dominação e seus poderes.

O Exterminismo designa aquelas características de uma sociedade - expressas, em diferentes graus, em sua economia, em sua política e em sua ideologia - que a impelem em uma direção cujo resultado deve ser o extermínio de multidões. [...] O Exterminismo é uma configuração desse tipo, cuja base institucional é o sistema de armamento e todo o sistema de apoio econômico, científico, político e ideológico a esse sistema de armamentos - o sistema social que o pesquisa, o "escolhe", o produz, o polícia, o justifica e o mantém vivo<sup>60</sup>.

Para Noam Chomsky<sup>61</sup>, desde que a Segunda Guerra chegou ao fim, o novo sistema de disputas serviu de argumento para justificar fórmulas de controle ideológico e ações repressivas que privilegiaram determinadas visões de mundo, pelo falso discurso de segurança nacional. Segundo o autor, a guerra fria favoreceu a ascensão dos EUA, que, por meio do discurso de segurança nacional, encontrou argumentos e pretexto para expandir a sua influência política e

---

torna possível a existência de classes opositoras, pelo qual a classe dirigente usa da força para contê-la. Cf. PORTELLI, Hugues. **Gramsci e o bloco histórico**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

<sup>59</sup> ARENDT, Hannah. **Da violência**. (1964). Brasília: ed. da Universidade de Brasília, 1970. p. 4.

<sup>60</sup> THOMPSON, Edward Palmer. **Exterminismo e guerra fria**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1985. p 43-44.

<sup>61</sup> CHOMSKY, Noam. **Novas e Velhas Ordens Mundiais**. São Paulo: Scritta, 1996.

ideológica em praticamente todas as partes do planeta, garantindo-lhe a hegemonia global e impedindo que a URSS promovesse o avanço de seus sistemas de governo de base socialista.

Mesmo sem haver um confronto militar direto, o discurso de guerra introjetado nas ações políticas de Estado funcionou como um mecanismo de contradição necessária para reafirmar os interesses das elites políticas e militares de ambos os lados do planeta. Os anos da guerra fria condicionaram a percepção social para a dicotomia: a aniquilação ou a subserviência, permitindo que as classes dominantes se apropriassem dos recursos do Estado para garantir a sua posição de poder e, assim, impedir que os seus privilégios e interesses fossem ameaçados.

Nos países ocidentais, o imaginário da guerra fria foi capitalizado pela indústria cultural estadunidense, que alimentou as utopias e distopias sociais para desconstruir a influência e a legitimidade dos movimentos reformistas considerados incompatíveis com os valores e com o sistema de funcionamento do capitalismo. Logicamente, pelo instinto de autopreservação, o imaginário anticomunista serviu de instrumento político para mobilizar as forças institucionais e construir uma coesão popular em torno da defesa da ordem estabelecida. Ordem esta que foi construída historicamente na recusa em corrigir as desigualdades e misérias produzidas pela sua própria dinâmica socioeconômica, mas obrigada a se readaptar pelo abalo sísmico que os regimes socialistas, os movimentos revolucionários e anti-imperialistas provocaram no mundo.

### 1.3 CRISE MILITAR E A DECADÊNCIA DA GUERRA REGULAR

Quando a tecnologia nuclear foi incorporada nos arsenais de guerra, as instituições militares viram seus paradigmas fundamentais serem abalados. Se antes a guerra era utilizada para impor, mediante o uso da força, as vontades políticas aos adversários, então a única certeza que um confronto nuclear entre as superpotências militares poderia provocar era o extermínio de multidões. A guerra perdeu o seu *glamour* e seu conceito foi bagunçado pela ascensão das chamadas “guerra irregulares”, um tipo de confronto que se contrapõe a ordem e subverte as “regras clássicas” de batalha. O mesmo ocorreu com o uso desordenado do conceito de guerra em debates político-partidários, pelo qual se produziu uma realidade discursiva e performática para inibir o senso crítico da opinião pública enquanto os direitos da população foram violados.

**Quadro 2.** Classificações da Guerra adotada pela Escola Superior de Guerra.

<b>Tipos</b>	<b>Formas</b>
<i>Guerra Clássica ou Regular</i>	Guerra Convencional Guerra Nuclear
<i>Guerra Não-Clássica ou Irregular</i>	Guerra Insurrecional Guerra Revolucionária

Fonte: Adaptado de BRASIL, 1979, p. 207.

No **quadro 2**, o conceito de guerra está classificado em dois “tipos” e possui quatro “formas”, de acordo com os critérios da Escola Superior de Guerra (ESG), que dividiu o conceito em decorrência da dupla crise de paradigmas nas instituições militares. De um lado, havia a crise das armas nucleares, algo que forçou uma reorganização estratégica nos programas de defesa e no universo de atuação militar. Por outro lado, haviam os movimentos revolucionários anticoloniais e anti-imperialistas desabrochando ao redor do mundo, cujas táticas e estratégias de luta armada eram incompatíveis com a classificação da guerra regular.

De acordo com o *Glossário de Termos e Expressões para uso no Exército*<sup>62</sup>, elaborado pelo Estado-Maior do Exército (EME) em 2009, com a finalidade de “apresentar conceitos sintéticos e objetivos de termos e expressões amplamente utilizados no âmbito das Forças Armadas”,<sup>63</sup> no trecho referente ao grupo de conceitos com a letra G, a guerra é descrita como:

1. Conflito no seu grau máximo de violência. Em função da magnitude do conflito, pode implicar a mobilização de todo o Poder Nacional, com predominância da expressão militar, para impor a vontade de um ator ao outro. 2. No sentido clássico, caracteriza um conflito, normalmente entre Estados, envolvendo o emprego de suas forças armadas. Desencadeia-se de forma declarada e de acordo com o Direito Internacional<sup>64</sup>.

Por guerra regular, esse mesmo manual de conceitos apresenta uma definição semelhante, mas coloca a guerra inteiramente subordinada ao “conflito armado entre Estados ou coligação de Estados no qual as operações militares são executadas, predominantemente, por forças regulares, podendo ser convencional ou nuclear”<sup>65</sup>. Essa subordinação da guerra aos desígnios políticos, em formato de “Direito Internacional”, assim como a interpretação de que em uma guerra deve se mobilizar “todo o Poder Nacional” em seu “grau máximo de violência”, são claras referências retiradas da obra *Da Guerra*<sup>66</sup>, escrita por Carl Von Clausewitz, em 1832.

Na sua obra, Clausewitz afirma que a guerra é “um ato de força para obrigar o nosso inimigo a fazer a nossa vontade”,<sup>67</sup> estabelecendo um paralelo indissociável entre o “conflito de vontades” e o uso da violência como “um ato de força”, tornando a guerra somente um produto das vontades e dependente delas. Afinal, só existe conflito onde há vontades múltiplas e divergentes, pois, se não houvessem essas vontades diversas, então não haveria política – tal como se conhece: composta por visões e desejos diversos, plurais e subjetivos, frutos das

<sup>62</sup> ESTADO-MAIOR DO EXÉRCITO. *Glossário de termos e expressões para uso no Exército*. Manual de Campanha C 20-1, 4ª ed, Brasília, 2009. p. 158.

<sup>63</sup> Ibid. p. 11.

<sup>64</sup> Ibid. p. 158.

<sup>65</sup> Ibid. p. 163.

<sup>66</sup> CLAUSEWITZ, 2014, op. cit.

<sup>67</sup> Ibid., p. 75.

relações de poder. A guerra, portanto, será sempre um produto das relações políticas e jamais ao contrário. Caso a política fosse um produto dos interesses militares, então a guerra deixaria de ser o meio para se tornar o fim, algo que, para Clausewitz, só existe como “fantasia lógica”.<sup>68</sup>

A teoria e a prática da guerra estão em permanente conflito, pois a guerra real dificilmente se mantém conforme foi idealizada no papel ou na teoria. Para Clausewitz, a razão dessa diferença está na “fricção” – isto é, uma infinidade de situações imprevisíveis que ocorrem no contato entre dois corpos conflitantes –, que percorre todo o processo de planejamento até a condução das tropas e pode mudar o rumo da guerra. Caso a guerra ocorresse exatamente como foi idealizada, então não haveria “qualquer limite lógico”<sup>69</sup> para que o emprego desta força fosse limitado, além da possibilidade de combinar “a totalidade de meios à sua disposição e a força da sua determinação”<sup>70</sup> para dissuadir ou destruir os seus adversários.

Ou seja, sem esses limites lógicos, sem a fricção influenciando e modificando os rumos da guerra, o resultado seria uma forma de conflito com capacidade de unificar as forças militares em torno da sua própria essência: a pura violência. Clausewitz chama isso de “guerra absoluta”, embora reconheça que essa condição não passa de abstração teórica. O conjunto de forças que atua sobre a guerra absoluta formam uma tríade, que ele chamou de “trindade paradoxal”<sup>71</sup>, composta pelo **governo** (com suas relações políticas), pelo **povo** (com as inimizades primordiais, a violência, as paixões e ódios) e pelos **militares** (com o jogo de imprevisibilidade e o acaso que formam a fricção). Combinadas, essas três forças interagem entre si, ora se atraem, ora se repelem, com maior ou menor intensidade, como numa dança para dar formas à guerra.

Mesmo que seus escritos tenham sido formulados há quase dois séculos e dedicado a teorizar a guerra a partir dos estados europeus, Clausewitz ainda ocupa uma verdadeira posição paradigmática<sup>72</sup> nas forças armadas. Seus conceitos ainda são utilizados como referência para os estudos militares e para fundamentar a condução das tropas em condições de guerra regular.

Com base na *Doutrina Básica*, um livro que foi elaborado pelos militares da ESG, em 1979, onde reuniu conceitos, análises e temas diversos relacionados ao universo político e militar, cuja finalidade foi oferecer um panorama amplo da realidade em que se situa, é possível

---

<sup>68</sup> Ibid., p. 79.

<sup>69</sup> Ibid., p. 77.

<sup>70</sup> Ibid., p. 78.

<sup>71</sup> Ibid., p. 93

<sup>72</sup> De acordo com o filósofo Thomas Kuhn, em diálogo com as teorias de Karl Popper, a noção de paradigma é pensada como uma categoria de regras ou uma estrutura simbólica de referência para uma organização e ordenamentos social, composta por teorias, leis, técnicas instrumentais, métodos, experiências, saberes conceituais ou filosóficos que são compartilhados por um grupo ou comunidade como uma unidade de valor consensual partilhada entre seus membros. Cf. KUHN, T.S. *A estrutura das revoluções científicas*. São Paulo: Perspectiva, 1998. p. 219.

identificar no capítulo intitulado de “guerra contemporânea”, uma concepção da guerra atrelada a uma leitura equivocada dos conceitos propostos por Clausewitz, conforme o trecho a seguir:

Dentre os inúmeros estudos sobre a guerra, cabe considerar principalmente os que são de autoria do General Karl von Clausewitz. Por sua influência e dos intérpretes de sua obra póstuma, durante mais de um século, tornou-se norma básica da Doutrina Militar que a destruição das forças principais do inimigo, no campo de batalha, constitui o único e verdadeiro objetivo da guerra. A obra de Clausewitz, pelo menos em suas concepções essenciais, permanece válida na era nuclear<sup>73</sup>.

O texto traz uma explicação que contradiz a própria advertência deixada por Clausewitz, onde diz que a sua teoria deve ser um estudo, não uma doutrina com métodos e normas categóricas, pois “devemos lembrar-nos de que é simplesmente impossível elaborar um modelo para a arte da guerra que possa servir como um andaime”.<sup>74</sup> Todavia, o texto da doutrina básica indica que a teoria proposta por Clausewitz tornou-se uma “norma básica” para os estudos da guerra, afirmando que suas concepções permanecem válidas mesmo no contexto das armas nucleares, algo que contraria as reflexões de Clausewitz sobre a singularidade de cada guerra.

Clausewitz é mencionado para reafirmar que “a destruição das forças principais do inimigo, no campo de batalha, constitui o único e verdadeiro objetivo da guerra” e logo em seguida, o documento cita que essa noção “permanece válida na era nuclear”. Esse discurso desconsidera as tensões globais da guerra fria e não menciona os perigos que uma eventual guerra atômica poderia provocar, pois, se o objetivo da guerra for destruir o inimigo usando o máximo de força e recursos em sua disposição, então as chances de um exterminismo, conforme a definição conceitual de Thompson, deixa de ser metáfora para se torna uma possibilidade real.

Analisando a submissão da guerra aos desígnios políticos por uma perspectiva mais ampla e integradora, observa-se que a fricção interfere nas dinâmicas e nos desfechos das guerras reais, sendo possível concluir que a guerra não só é afetada pelas decisões políticas de Estado, como também é condicionada pelos aspectos sociais, culturais, geográficos, militares, entre outros fatores que tornam a guerra um fenômeno vivo, mutável, “indomesticável” e um produto histórico, com valores que não servem como receituário, dogma ou paradigma militar.

Sendo assim, a inércia dos comandantes em preparar seus exércitos aos novos modelos de guerra e resistência em substituir os velhos saberes, com é caso as teses de Clausewitz, poderia provocar a derrota de suas tropas, tal como ocorreu com os exércitos franceses contra os revolucionários anticoloniais do Viet Mihn, na batalha de Dien Bien Phu, em 1954. O historiador Marc Bloch já havia apontado para a incapacidade dos comandantes franceses em

---

<sup>73</sup> BRASIL. Escola Superior de Guerra. **Doutrina Básica**, Rio de Janeiro: ESG, 1979, p. 202.

<sup>74</sup> CLAUSEWITZ, op. cit, p. 154.

se adaptar aos novos conflitos, o que custou a queda da França diante das tropas nazifascistas, em 1940, e o mesmo argumento é defendido pelos teóricos e ideólogos militares, como o cel. David Galula, que atribuiu a derrota da França na Indochina, aos vários desacertos militares e a incapacidade dos generais franceses em conduzir uma guerra contra as forças revolucionárias.

[...] louco seria o rebelde se reunisse todas as forças ao seu dispor e atacasse o adversário de um modo convencional, tomando como objetivo a destruição das forças do inimigo e a conquista do território. Ao invés disso, a lógica força-o a levar a luta para um terreno diferente, onde ele tem melhor possibilidade de equilibrar suas desvantagens físicas<sup>75</sup>.

Se o modo de luta dos revolucionários não pode ser enquadrado nas classificações e definições convencionais da guerra, como é caso da guerra regular, então que tipo de guerra seria essa? Qual seria esse “terreno diferente” em que o combate seria travado? Quais seriam as estratégias utilizadas pelos revolucionários para “equilibrar suas desvantagens físicas”? Como um exército treinado para lutar uma guerra regular poderia enfrentar a guerra irregular?

Para cel. David Galula e outros militares ideólogos franceses, a guerra fria desestabilizou as instituições militares e restringiu as formas habituais de se fazer guerra, criando um novo modelo de disputas, onde a luta armada seria apenas uma extensão estratégica da verdadeira guerra, a qual estaria sendo travada no “terreno humano”. Os militares acreditavam que os grupos revolucionários estariam utilizando de estratégias ideológicas para aterrorizar, intoxicar e provocar desordem na sociedade, alimentando os conflitos internos entre população e sabotando as instituições de poder. Para tal feito, haveriam inimigos – sempre descritos como comunistas – infiltrados no país, fazendo uso de propagandas revolucionárias, mentiras, boatos e criando uma base de apoio, mas não como a intenção de conquistar novos territórios, como era típico nas guerras regulares, pois o objetivo dessa guerra revolucionária seria dismantelar as autoridades instituídas e assim conquistar o corpo e alma da população<sup>76</sup>.

Desde que os revolucionários venceram a Guerra da Indochina contra as forças militares da França, a guerra revolucionária passou a ocupar o imaginário militar e conquistou as atenções dos países ocidentais. Porém, o abalo decisivo foi quando os povos argelinos também iniciaram sua luta por independência, usando de táticas de batalha inspiradas no Viet Minh e inspirada no sucesso da Revolução Comunista Chinesa. A guerra revolucionária, além de ser classificada como uma guerra do tipo irregular, é também uma guerra política e ideológica que forjou o guerreiro subversivo, do mesmo modo que pariu os contrarrevolucionários militares.

---

<sup>75</sup> GALULA, D. **Teoria e prática da contra-rebelião**. Rio de Janeiro: GRD, 1966. p. 19.

<sup>76</sup> *Ibidem*.

#### 1.4 A GUERRA REVOLUCIONÁRIA: UMA GUERRA OU UMA REVOLUÇÃO?

A teoria da guerra revolucionária está sustentada por dois conceitos básicos: guerra e revolução. Cada um desses conceitos é independente e funcionam como uma unidade semântica, isto é, carregam significados, ideias e noções construídas historicamente. Porém, ao serem unidos para formarem um novo conceito, perdem algumas de suas propriedades e dão sentidos a outras representações. Em outras palavras, quando se utiliza o conceito de “guerra revolucionária” para designar um fenômeno social, incorporam-se outros enunciados, os quais não estão presentes nem nos conceitos mais consolidados de guerra, nem mesmo de revolução. Dessa forma, a junção desses dois conceitos produz um discurso totalmente único e singular, mas que para ser compreendido, o leitor precisa deixar de lado, brevemente, as suas suposições conceituais para, só então, acessar as regras de formação desse conceito, seus aspectos ideológicos, sua função dentro dos enunciados e o jogo de força para legitimar o discurso.

Revolução é um conceito que atravessa diferentes saberes e possui muitos significados dos quais não serão analisados em sua dimensão filosófica, pois o foco é compreender, a partir de uma análise histórica, qual a sua relação com a guerra. Para isso, é fundamental analisar a concepção da palavra revolução e como ela foi interpretada em certos momentos. Nesse sentido, o cientista político Hector Luis Saint-Pierre recupera algumas expressões da Antiguidade Clássica. Aquilo que os gregos chamaram de “*epístrofe*” e “*anaciclosis*”, os romanos deram o nome de “*revolutio*” e “*conversio*”. Em ambos os casos, “tanto em grego quanto em latim, esses termos indicam um retorno, uma volta sobre si mesmo, uma restauração do estado inicial”.<sup>77</sup>

Por volta do ano 1500, o astrônomo renascentista Nicolau Copérnico encontrou evidências para contestar o sistema geocêntrico, que até então era predominante na sociedade. Para explicar seu modelo heliocêntrico, Copérnico fez uso da palavra revolução para designar o movimento cíclico dos corpos celestes em torno do sol. Porém, expressar uma ideia que não estivesse de acordo com a crença tradicional, poderia provocar a ira da Igreja Católica Romana, que não aceitava ter seus ensinamentos e a sua autoridade questionada. Apesar da censura e perseguição, a propagação do heliocentrismo também fez o conceito de revolução se popularizar. O conceito foi sendo incorporado e ressignificado pelo vocabulário político, que passou a designar situações onde ocorrem ações cíclicas, seja na sociedade ou em suas recorrentes formas de governos, tal como o movimento realizado pelos astros ao redor do sol.

A palavra revolução, originalmente, era um termo da astronomia que ganhou importância nas ciências naturais com o texto *De revolutionibus orbium coelestium*

---

<sup>77</sup> SAINT-PIERRE, 2000, op. cit., p. 35.

[Sobre as revoluções dos corpos celestes], de Copérnico, publicado em 1543, para designar o movimento regular e necessário dos astros em suas órbitas, ou seja, cíclico e recorrente<sup>78</sup>.

Embora o conceito de revolução tenha sido usado nas Ciências Naturais para designar fenômenos que passam por uma transformação natural, com mudança lenta, circular, com a noção de que algo irá retornar para seu lugar pré-estabelecido, um tipo de refluxo para uma ordem já determinada, foi com os eventos políticos desencadeados pela Revolução Puritana – liderada por Oliver Cromwell, que destituiu a família real inglesa do poder para instaurar a República na Inglaterra do século XVII – que a palavra revolução passou a ser utilizada no vocabulário político. Isto é, a palavra não está associada diretamente as ações de Cromwell, mas é usado para designar o processo de restauração da monarquia inglesa após a sua morte<sup>79</sup>.

Para o historiador Christopher Hill, os ingleses só foram utilizar o conceito de revolução para designar o movimento de mudança política e social na Inglaterra do século XVII a *posteriori*, pois enquanto o movimento estava ocorrendo, o conceito de revolução carregava outros significados. Esse argumento de Hill é compartilhado pelo historiador Peter Laslett, que questiona se o significado que a palavra revolução adquiriu durante a Revolução Francesa (1789-1799) também poderia ser usado para explicar os eventos da Inglaterra do século XVII.<sup>80</sup>

Diferentemente dos ingleses, os responsáveis pelo movimento que derrubou o chamado Antigo Regime na França possuíam consciência de que “aquilo” do qual estavam participando era uma revolução.<sup>81</sup> Por outro lado, enquanto a conquista do poder pelos puritanos na Inglaterra foi chamada naquele momento de sublevação, insurreição, motim e rebelião, a conquista do poder pelos burgueses na França do século XVIII, foi conscientemente descrita como uma revolução, fazendo o conceito se popularizar e adquirir os significados mais contemporâneos.<sup>82</sup>

A ebulição política e social causada pela Revolução Francesa, a partir de 1789, não representou o retorno cíclico de um sistema ao seu estado de ordem “natural”, tal como sugeria o conceito de revolução na Inglaterra da época de Cromwell; mas representou a inauguração de

---

<sup>78</sup> DA SILVA, Ricardo Oliveira. Revolução, história e tempo. **História: Debates e Tendências** – v. 15, n. 1, p. 251-267, jan./jun, 2015, p. 255.

<sup>79</sup> O historiador inglês, Christopher Hill, destaca em sua obra que o conceito de revolução, durante a Revolução Inglesa, tinha sentido diferente da Revolução Francesa, pois, nesta última, o conceito já incorporava algumas das propriedades que conhecemos nos dias de hoje. Cf. HILL, Christopher. **A Revolução Inglesa**. São Paulo: Cia. das Letras, 1990. p. 91.

<sup>80</sup> Para o historiador, o uso do conceito de revolução para designar o movimento inglês do século XVII é apenas uma estratégia revisionista, pois não havia qualquer desejo de oposição à Coroa, nem de mudança política ou social. Cf. In: LASLETT, Peter. **The world we have lost: further explored**. London: Routledge, 2000, p. 183.

<sup>81</sup> HILL, 1990, op. cit.

<sup>82</sup> DA SILVA, 2015, op. cit.

um futuro inédito, singular, que rejeita o passado e cristaliza o conceito de revolução como denominador simbólico desses acontecimentos. De acordo com o historiador Reinhart Koselleck:

Revolução torna-se um conceito meta-histórico, separando-se completamente de sua origem natural e passando a ter por objetivo ordenar historicamente as experiências de convulsão social [...] Todas as características posteriores do conceito moderno de revolução sustentam-se a partir desse *background* meta-histórico.<sup>83</sup>

Após a queda do Antigo Regime, a revolução passou a ser interpretada como um mecanismo de acesso a uma nova ordem política, social e uma realidade totalmente diferente da anterior, pelo qual o revolucionário instrumentaliza seus desejos de mudança e busca recriar um mundo novo. Essa noção se popularizou e foi potencializada pelo marxismo e pelas teorias socialistas formuladas no século XIX, às quais atribuíram ao processo revolucionário o poder de irromper com a exploração de classe, com as desigualdades e injustiças socioeconômicas.<sup>84</sup>

#### 1.4.1 A REVOLUÇÃO É UMA GUERRA: O MARXISMO-LENINISMO

Para Marxismo, o processo revolucionário é legitimado por um horizonte de esperança, pelo desejo de liberdade, pela expectativa de reconstruir uma sociedade que enfrente as desigualdades entre classe. Por isso, a insurreição popular, a desobediência, a rebeldia, a luta armada e até mesmo a guerra civil, se necessária, são ações que apesar de terem a violência como um produto certo, são justificadas no processo revolucionário. Segundo Friedrich Engels, a violência é um fenômeno resultante das circunstâncias econômicas e é usualmente praticada por aqueles que desejam conquistar bens materiais quanto por aqueles que desejam preservá-los.

O revólver triunfará da espada e até a criatura mais cheia de axiomas terá de reconhecer que, neste caso, a violência não é um mero ato de vontade, pressupondo, pelo contrário, condições prévias bastante reais para o seu exercício, a saber: instrumentos, entre os quais, o mais perfeito esmaga o mais imperfeito. Estes instrumentos, que não brotam do solo por si sós, tiveram de ser produzidos, o que equivale [sic] a dizer que o produtor dos mais perfeitos instrumentos de violência, que são as armas, triunfa sobre o produtor dos mais imperfeitos. Daí temos de reconhecer, em resumo, que a vitória da violência se reduz à produção de armas e que esta, por sua vez, se reduz à produção em geral, e, portanto, ao "poderio econômico", à "situação econômica", aos meios materiais colocados à disposição da vontade de violência<sup>85</sup>.

Essa reflexão de Engels surge em sintonia com outras ideias inauguradas pelo Marxismo, que promove uma chave de leitura para compreender as relações de poder, as divisões e disputas sociais, e como elas seriam determinadas pelos fatores econômicos que

---

<sup>83</sup> KOSELLECK, Reinhart. **Futuro passado**: contribuição à semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro: Contraponto: Ed. PUC-Rio, 2006, p. 69.

<sup>84</sup> MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Manifesto comunista**. São Paulo: Boitempo, 2010.

<sup>85</sup> ENGELS, Friedrich. **Anti-dühring**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2017. p. 86.

estruturam as sociedades capitalistas. Para Engels, o capitalismo é um sistema que incentiva o consumo predatório, a acumulação de bens, o individualismo, a propriedade privada e legitima a exploração de classe. Logo, é impossível eliminar as desigualdades econômicas, políticas, sociais sem combater o capitalismo. Por isso, a violência no processo revolucionário é a força motriz da história, a “mola propulsora” utilizada para superar as desigualdades econômicas através da luta de classe. É a concepção da violência como a “parteira de toda a sociedade velha que está prenhe de uma sociedade nova” reconhecida por Karl Marx, em seu livro *O Capital*.<sup>86</sup>

Se o capitalismo produz um ordenamento social que se ampara nas desigualdades históricas e numa violência burguesa que explora, despoja e agride a classe operária para manter seus privilégios, então somente por meio da revolução os proletariados poderiam romper com essa ordem. Para os marxistas, essa violência burguesa se expressa de várias formas e se adapta a diferentes circunstâncias, inclusive como alienação. Um caso particular de alienação é o chamado “fetichismo da mercadoria”<sup>87</sup>, que oculta as relações sociais de exploração, as injustiças e desigualdades pela adoração excessiva dos bens materiais. Portanto, a alienação pode ser percebida como uma forma sutil de violência que tem origem na sociedade capitalista.

Diante ao exposto, nota-se que a sociedade capitalista é preservada por várias formas de violência, visto que a sua existência depende de uma constituição social, política e econômica que reproduz as desigualdades e injustiças históricas. Por isso, a violência possui uma função extremamente relevante no processo revolucionário. Para os marxistas, é preciso realizar um duplo processo revolucionário, conforme aparece na “fórmula” proposta por Marx, pelo qual “toda revolução dissolve a velha sociedade, assim considerada uma revolução social. Toda revolução derruba o antigo poder, neste sentido é uma revolução política”.<sup>88</sup> Esta dualidade foi reproduzida e mais bem detalhada por outros intelectuais do processo revolucionário, como Mao Tse-Tung, que encontrou sólidas referências para fundamentar cada um desses conceitos.

De uma perspectiva panorâmica, a revolução política pode ser entendida como o ato abrupto, um processo de breve duração, em que a insurreição popular, a subversão e a luta de classe são movimentos que rompem com o sistema político vigente, dissolvendo o antigo poder e as instituições que lhe dão legitimidade, pois o objetivo é reorganizar o modelo político da sociedade. A revolução social, por sua vez, seria uma transformação lenta da sociedade,

---

<sup>86</sup> MARX, K. *O Capital*. Livro I. São Paulo: Boitempo, 2013, p. 821.

<sup>87</sup> O fetichismo da mercadoria, para Marx, é a tendência da sociedade capitalista em “coisificar” o mundo, as coisas e até mesmo as pessoas, tornando-as um produto comercializável. Além do mais, esse fetichismo faz com que as mercadorias ganhem um valor social que tira a atenção e oculta as relações sociais de exploração do trabalho, impedindo que os proletários tomem consciência de classe. Cf. *Ibid*.

<sup>88</sup> MARX, Karl. *Glosas críticas marginais ao artigo “O rei da Prússia e a reforma social. De um prussiano”*. (1844). Domínio Público, online. 2012, p. 13. Disponível em: <https://url.gratis/5Tst7o> Acesso em: 11 nov. 2020.

projetada para criar uma história inédita. É a busca pelo utópico, cujo objetivo é destruir com os velhos emblemas políticos e romper com as tradições, hábitos, costumes e todo simbolismo que perpetua as desigualdades e injustiças sociais. É, portanto, uma revolução das bases sociais e do espírito humano para criar uma sociedade livre da exploração do homem pelo homem.<sup>89</sup>

Vladimir Lenin, que desde o início do século XX já fazia a leitura dos textos de Clausewitz<sup>90</sup>, escreve que a “revolução é uma guerra. É, de todas as guerras conhecidas na história, a única legítima, legal e justa verdadeiramente grande guerra”,<sup>91</sup> afirmando, portanto, a necessidade de confrontar o pacifismo que perpetua a autoridade política burguesa no poder.

Uma revolução é certamente a coisa mais autoritária que existe, um acto [sic] pelo qual uma parte da população impõe a sua vontade à outra parte por meio de espingardas, baionetas e canhões - meios todos eles muito autoritários; e o partido que triunfou tem de afirmar o seu domínio por meio do medo que as suas armas inspiram aos reacionários [sic].<sup>92</sup>

Mao Tse-Tung também reconhece a função da violência como procedimento de ruptura com a classe dominante, visto que uma insurreição política não ocorre de maneira pacífica, pois visa o uso máximo da força para tomar o poder concentrado nas classes dominante e pela destruição das autoridades enraizadas. Afinal, se a revolução é como uma guerra, então como seria possível derrubar com o império da exploração de classe sem a violência revolucionária?

Uma revolução não é o convite para um jantar, a composição duma obra literária, a pintura dum quadro ou a confecção dum bordado; ela não pode ser assim tão refinada, calma e delicada, tão branda, tão afável e cortês, comedida e generosa. Uma revolução é uma insurreição, é um acto [sic] de violência pelo qual uma classe derruba outra. [...] Sem empregar um máximo de força, os camponeses não podem liquidar a autoridade dos senhores de terras, autoridade milenária e profundamente enraizada<sup>93</sup>.

Em outras palavras, a formação de uma sociedade mercantil-capitalista também deu origem ao regime institucional do Estado Burguês, o qual determina as regras de conduta que constituem o campo da legalidade burguesa, sob os marcos jurídicos da democracia. Nesse caso, fica evidente a necessidade de uma ação revolucionária fora dos marcos da legalidade e, portanto, fora dos marcos da democracia burguesa, pois as contradições históricas do capitalismo e a exploração burguesa são mais do que razões legítimas para que a violência seja usada pelos proletários na luta de classe. É a ilusão jurídica da qual Engels e Kautsky se referem:

<sup>89</sup> COTRIM, Livia Cristina de Aguiar. **Marx: política e emancipação humana 1848-1871**. f. 1024. Tese de Doutorado, Programa de Estudos Pós-Graduados em Ciências Sociais, São Paulo: PUC-SP, 2007.

<sup>90</sup> A influência de Clausewitz aparecem nos textos de Lenin em 1915, mas o filósofo marxista, Henri Lefebvre, afirma existir fortes evidências de que Lenin tenha tido contato com os textos de Clausewitz desde o início do século XX. Cf. LEFEBVRE, H. **O Pensamento de Lenin**, 2ª ed., Lisboa: Moraes, 1975, p. 273.

<sup>91</sup> LENIN, Vladimir I. **1905 – Jornadas Revolucionárias**. Trad. Contagem: História, 1980, p. 10-11.

<sup>92</sup> ENGELS *apud* LENIN, Vladimir I. **O Estado e a Revolução: a doutrina do marxismo sobre o Estado e as tarefas do proletariado 1917**. Obras Completas de V. Lenine, 5ª ed, São Paulo: Ed. Avante, 1977. p. 34.

<sup>93</sup> TSE-TUNG, Mao. **Obras Escolhidas de Mao Tse-Tung**. V. 1, 3ª. Ed, São Paulo: Alfa Ômega, 1969. p. 18.

A classe trabalhadora – despojada da propriedade dos meios de produção no curso da transformação do modo de produção feudal em modo de produção capitalista e continuamente reproduzida pelo mecanismo deste último na situação hereditária de privação de propriedade – não pode exprimir plenamente a própria condição de vida na ilusão jurídica da burguesia. Só pode conhecer plenamente essa condição se enxergar a realidade das coisas, sem as coloridas lentes jurídicas<sup>94</sup>.

Há, por outro lado, a visão burguesa que somente considera a luta proletária como legítima quando ela acontece dentro do reino da legalidade, de modo que atos só devem ser praticados se forem previstos em leis e quando renunciarem qualquer ação não autorizada pelo Estado Burguês. A consequência lógica é a submissão da luta popular aos limites estreitos do jogo político, que tem suas regras determinadas pela ordem legal burguesa. Ou seja, o processo considerado legal pelas regras do Estado de Direito condiciona as lutas populares aos seus representantes eleitos. Estes, por sua vez, estão presos a sensibilidade da opinião pública, geralmente amplificada pelas mídias de comunicação em massa. Devido a esses entraves legais, a vontade popular ficaria prisioneira do jogo político, perdendo sua voracidade revolucionária e, ainda mais grave, a revolução poderia ser rejeitada por alegações de inconstitucionalidade.<sup>95</sup>

Em suma, as teses socialistas, em especial o marxismo-leninismo, ratificaram o papel da violência como mecanismo fundamental no processo revolucionário. Lenin é mais categórico ao afirmar que a revolução é uma guerra e somente através dela seria possível derrotar as forças imperialistas (seja o Estado e a democracia burguesa ou o Estado Absolutista “pré-burguês”, como foi o caso da Rússia Czarista) e então reconstruir uma sociedade insubmissa ao modo de produção capitalista, tal como ocorreu nas revoluções russa, chinesa e a cubana. Na China, o movimento revolucionário liderado por Mao Tse-Tung, em nome do Partido Comunista Chinês (PCC) adotou novas táticas de luta e ressignificou o conceito de revolução. Por isso, foi objeto de estudo dos militares franceses após terem sido derrotados na Indochina.

#### 1.4.2 A GUERRA REVOLUCIONÁRIA CHINESA

Durante o século XX, a China passou por um longo e contraditório processo de transformação, alimentado pelo nacionalismo de movimentos sociais contra a ocupação do território chinês pelo imperialismo europeu. Quando população chinesa irrompeu contra as forças militares do imperador Xuantong, o movimento revolucionário colocou um fim a dinastia Qing e proclamou a República da China, em 1911.<sup>96</sup> Sun Yat-sen, líder do *Kuomitang*, o

<sup>94</sup> ENGELS, Friedrich; KAUTSKY, Karl. **O socialismo jurídico**. São Paulo: Boitempo, 2012, pp. 25-26.

<sup>95</sup> SAINT-PIERRE, Héctor Luis. **A política armada: fundamentos da guerra revolucionária**. UNESP, 2000.

<sup>96</sup> COGGIOLA, Osvaldo. **A revolução chinesa**. São Paulo: Moderna, 1985.

principal partido nacionalista chinês, foi colocado na presidência e precisou enfrentar a instabilidade política no imenso território chinês quando eclodiram os movimentos separatistas.

Esses movimentos, de acordo com o historiador Osvaldo Coggiola, foram comandados e financiados pelos “senhores da guerra”<sup>97</sup>, um grupo de aristocratas do sul da China que detinham as forças remanescentes dos exércitos imperiais, provocando vários confrontos com os nacionalistas do *Kuomintang*, que lutavam por uma unificação nacional desde a proclamação da república.<sup>98</sup> Enquanto os confrontos ocorriam, surgiram grupos de intelectuais com o objetivo em comum de conduzir a China ao Socialismo. Ficou criado o Partido Comunista Chinês (PCC), em 1921, tendo em suas fileiras os sindicalistas e operários urbanos, apesar da maioria da população ser camponesa e estar concentrada em torno do *Kuomintang*, forçando uma relação amistosa entre os partidos, o que, de certa forma, atrasou o projeto de revolucionário na China.<sup>99</sup>

Com a morte de Sun Yat-sen, em 1925, os nacionalistas foram forçados a estabelecerem acordos com o PCC, que crescia rapidamente nas grandes cidades chinesas.<sup>100</sup> Por meio de um acordo com Moscou, o comando da China passou ao militar nacionalista, Chiang Kai-shek, que precisou enfrentar as tropas japonesas que se expandiam pelo Pacífico e já ocupavam a região chinesa da Manchúria desde 1931. O acordo de colaboração firmado por Stalin com o *Kuomintang* suspendia o confronto entre os partidos e determinava que o PCC se submeteria a direção nacionalista, admitindo, inclusive, a ajuda dos EUA para enfrentar o Japão, mas o resultado mais tangível desse acordo foi a repressão dos operários e comunistas pelo *Kuomintang*.

O acordo de submissão do PCC ao *Kuomintang*, o partido dos latifundiários e da burguesia simpatizante ao programa econômico liberal, foi criticada por Leon Trotsky e outros membros de oposição a Stalin dentro da direção do Partido Comunista, que defendiam a autonomia do PCC para que o programa socialista de revolução agrária pudesse ser retomado.

A chave do problema é que a conquista do movimento camponês incumbe já inteiramente ao proletariado, diretamente ao partido comunista; para abordar a verdadeira solução dos problemas burgueses democráticas da revolução seria necessário que todo o poder estivesse em mão do proletariado [...] Não existe na China uma casta de senhores feudais que se opõe à burguesia. O tipo de explorador mais odiado, no campo é o agiota, agente do capitalismo financeiro urbano. Por conseguinte, a revolução agrária tem tanto um caráter antifeudal como antiburguês<sup>101</sup>

Com a submissão do PCC, o *Kuomintang* expulsa os comunistas de Xangai, em 1927 e intensifica a perseguição pelo país, forçando um movimento de fuga, que ficou conhecido como

---

<sup>97</sup> REIS FILHO, Daniel Aarão. **A revolução Chinesa**. 2ª ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1981.

<sup>98</sup> Ibid.

<sup>99</sup> Ibid.

<sup>100</sup> Ibid.

<sup>101</sup> TROTSKY, Leon. **La Internacional comunista despues de Lênin**. La Paz: Biblioteca socialista, 1993, p. 220.

a Longa Marcha (1934-1935). O massacre dos operários em Xangai foi o estopim para a guerra civil chinesa entre nacionalistas e comunistas. De acordo com o historiador Daniel Aarão Reis Filho, o PCC se aproximou da população camponesa (maioria no país) e dos operários urbanos para criar a chamada “base vermelha”, uma forma de resistência armada contra as forças nacionalistas, baseada na teoria de guerra revolucionária propostas por Mao Tse-Tung, um dos ideólogos que viria a ser alçado ao poder, em 1949, após os nacionalistas serem derrotados.<sup>102</sup>

Em seus escritos, Mao Tse-Tung explica que a principal estratégia de condução da guerra de guerrilhas, em alguns casos, tinha por objetivo “dividir as forças em ordem a mobilizar as massas” e “concentrar forças para assentar golpes ao inimigo”. Eram táticas da guerra revolucionária, um tipo de guerra irregular usada extensivamente pelas ligas camponesas das bases vermelhas. Entretanto, haviam os “oportunistas e os dogmáticos” que insistiam nas táticas da guerra regular por não compreenderem os desafios peculiares da luta proletária contra as forças burguesas. Essa contradição é relatada por Chen Po-ta, um dos membros dirigentes do PCC que participou da luta popular chinesa ao lado de Mao Tse-tung e das ligas camponesas.

Mao Tsé-tung aplicou a dialética marxista-leninista aos problemas estratégicos da guerra revolucionária com excepcional brilho e passo a passo provou que esta análise era correta. Porém, os oportunistas e os dogmáticos sempre ignoraram a correlação de forças entre nós e o inimigo, e insistiram unilateralmente na “guerra regular”. Eles ignoraram a dialética na vida e, como consequência, a vida lhes trouxe somente sofrimentos.<sup>103</sup>

Mao Tse-Tung compreendeu que o sucesso da luta armada não seria suficiente para derrotar a influência do imperialismo, do modo de produção capitalista e do liberalismo burguês sobre a China, pois mesmo que os revolucionários obtivessem a vitória armada, não haveria como consolidar uma sociedade aos moldes socialistas sem antes um processo de transformação ideológica. Para isso, a guerra revolucionária foi uma estratégia militar alternativa teorizada por Mao Tse-Tung para derrotar o *Kuomitang* no campo de batalha e também no campo ideológico, com o objetivo de readequar o sistema de referências simbólicas da população chinesa aos fundamentos do marxismo-leninismo e promover uma vasta transformação cultural no país.<sup>104</sup>

Com o fim da Segunda Guerra Mundial no Pacífico e a ascensão soviética na comunidade internacional, o apoio militar recebido dos EUA pelos nacionalistas para combater os japoneses e principalmente para evitar o avanço do programa socialista sobre a China foi prejudicado pela bipolaridade da guerra fria. No final da década de 1940, o *Kuomitang* foi derrotado no campo de batalha e a cúpula do PCC passou a comandar a China, dando início a

---

<sup>102</sup> FILHO, 1981, op. cit.

<sup>103</sup> PO-TA, Chen; **Mao Tsé-tung na Revolução Chinesa**. 2ª ed. São Paulo: Edição Nova Cultura, 2018, p. 56.

<sup>104</sup> Ibid.

um movimento formalmente conhecido como a Revolução Comunista Chinesa (1949-1976), que teve como principais objetivos: a reorganização da política-administrativa, visando a “transformação da China, politicamente oprimida e economicamente explorada, numa China politicamente livre e economicamente próspera”<sup>105</sup>; e a reeducação social para “construir uma China nova. Na esfera cultural, o nosso objetivo é construir a cultura nova da nação chinesa”.<sup>106</sup>

Conforme Saint-Pierre, “assim como Lênin é o teórico da revolução e Che Guevara a imagem do amor revolucionário, Mao Tsé-Tung pode ser considerado o formulador da guerra revolucionária dentro da corrente do pensamento marxista.”<sup>107</sup> Em razão dos seus métodos de mobilização social, a guerra revolucionária chinesa se tornou referência para os movimentos revolucionários anticoloniais que eclodiram ao redor do mundo, pois oferecia uma alternativa viável e altamente eficaz para superar as suas desvantagens militares contra as forças inimigas.

---

<sup>105</sup> TSE-TUNG, Mao. **Obras Escolhidas de Mao Tse-Tung**. V. 2, 2ª. Ed, São Paulo: Alfa Ômega, 1975. p. 269.

<sup>106</sup> Idem.

<sup>107</sup> SAINT-PIERRE, Héctor Luis. Considerações sobre a teoria da guerra revolucionária de Mao Tsé-Tung. **Revista Crítica Marxista**, v. 1, p. 162-177, São Paulo, 1997, p. 164. Disponível em: [http://www.unicamp.br/cemarx/criticamarxista/4\\_Saint\\_Pierre.pdf](http://www.unicamp.br/cemarx/criticamarxista/4_Saint_Pierre.pdf). Acesso em: 07 jun. 2020.

## CAPÍTULO 2 – GUERRA REVOLUCIONÁRIA E A POLÍTICA BRASILEIRA

“Os pobres-diabos dos franceses talvez consigam manter a ocupação se os chineses não vierem ajudar os vietminhs. Uma guerra com selva, montanhas e pântanos, arrozais alagadiços onde você afunda até os ombros e o inimigo simplesmente desaparece, enterra as armas, veste roupas de camponês. Mas dá para apodrecer confortavelmente no bafio de Hanói. Lá não jogam bombas. Sabe Deus por quê. Não se pode chamar esta guerra de normal.”

Thomas Fowler

### 2.1 AS LUTAS ANTICOLONIAIS

A epígrafe acima foi retirada do romance *O Americano Tranquilo*<sup>108</sup>, do escritor inglês Graham Greene (1904-1991), que viajou por diversos países asiáticos enquanto trabalhava no serviço de inteligência britânica durante a Segunda Guerra Mundial, incorporando elementos culturais e um forte teor político em suas obras literárias. No romance em questão, a história é narrada por Thomas Fowler, um repórter em confronto consigo mesmo para não tomar um lado diante da Guerra da Indochina (1946-1954), enquanto divide seu tempo nas casas de ópio ou com Phuong, sua amante vietnamita. Em um dado momento, Fowler conhece Saigon Alden Pyle, um jovem americano idealista, enigmático e que se apaixona por Phuong. Os três passam a viver um triângulo amoroso enquanto lidam com dilemas morais e com os dramas da guerra.

O relato contido na epígrafe, embora seja uma ficção literária, é formada por elementos da realidade. Fowler descreve a situação dos exércitos franceses que, àquela altura, tentavam reconquistar o controle da Indochina. No entanto, encontraram um adversário extremamente hábil e com estratégias de combate fora do comum, levando Fowler a escrever que “não se pode chamar esta guerra de normal”. E, de fato, não era! O vigor, a mobilidade na selva e a rápida ação de um inimigo que, segundo cel. francês Roger Trinquier, era “invisível, fluido, não capturável”<sup>109</sup>, forçou a retirada do *Corps expéditionnaire français en Extrême Orient* (CEFEO), encerrando o colonialismo francês na região da Indochina. A França e a comunidade internacional foram obrigadas a admitir a independência do Camboja, Laos e Vietnã, em 1954.

Na busca por razões que pudessem explicar a derrota do exército francês, o cel. Charles Lacheroy, veterano da Guerra da Indochina, escreve sobre a confusão dos militares franceses pelo total desconhecimento das formas de luta do inimigo que estavam enfrentando. “Porque não ainda não ganhamos? [...] Onde está o inimigo?”<sup>110</sup>, relata Lacheroy, se referindo à

<sup>108</sup> Thomas Fowler, um personagem do romance inglês *O Americano Tranquilo*. Cf. GREENE, G. **O americano tranquilo**. Tradução de Cássio de Arantes Leite. 2. ed. São Paulo: Biblioteca Azul, 2016, p. 164.

<sup>109</sup> No original: *Invisible, fluide, insaisissable*. Cf. TRINQUIER, Roger. **Modern warfare: A French view of counterinsurgency**. Greenwood Publishing Group, 2006, p. 92.

<sup>110</sup> LACHEROY *apud* VILLATOUX, Marie-Catherine. Aux origines de la 'guerre révolutionnaire': le colonel Lacheroy parle. **Revue historique des armées**, n.º. 268, pp. 45-53. 2012. p. 49.

agilidade com que as forças do Viet Minh realizavam seus ataques-surpresa. Sem as condições para confrontar diretamente as divisões de infantaria e as forças mecanizadas do exército francês, as tropas revolucionárias optaram pelas táticas de guerrilhas, de sabotagem, de infiltração e da propaganda anti-imperialista para enfraquecer a moral dos soldados franceses.

Quando a batalha de Dien Bien Phu foi vencida pelo Viet Minh, em 1954, as lápides francesas continuariam a aumentar, dessa vez no Norte da África, após a eclosão da Guerra pela Independência da Argélia no final daquele mesmo ano. Assim como ocorreu na região da Indochina, a máquina imperialista francesa chegou ao Norte da África ainda no século XIX, carregando toda infraestrutura básica para exploração e extração de recursos, motivada pelos avanços da industrialização da Europa. De acordo com o historiador Mustafa Yazbek, “coube à Argélia ser a primeira região ocupada pelos franceses no século XIX, com um custo humano considerável, embora compensador do ponto de vista econômico”,<sup>111</sup> pois, além da matéria-prima em abundância, das terras férteis e da localização territorial privilegiada de acesso ao Mediterrâneo, a “Argélia cumpria o modesto papel de complemento da economia francesa.”<sup>112</sup>

Durante a Segunda Guerra Mundial, quando as forças nazifascistas ocuparam Paris, a França teve suas vulnerabilidades expostas e ficou evidente para os povos coloniais que o império francês não era invencível. Em 1945, após um desfile popular nacionalista ter sido violentamente reprimido pela polícia francesa na cidade de Sétif, um novo protesto eclodiu, mas na cidade de Kabylie, onde a população entrou em confronto com a polícia e o exército francês precisou intervir. Segundo o africanista Ali Al'amin Mazrui, “a repressão exercida pelo exército e pela polícia francesa provocou cerca de 10.000 mortos na população argelina. Um martírio de tamanha envergadura somente poderia reacender a chama da tradição da *jihad*”.<sup>113</sup>

O massacre argelino em Kebylie reacendeu a chama anticolonial e recuperou o pan-africanismo na Argélia, reunindo partidos, lideranças e diversos agrupamentos políticos para criar a Frente de Libertação Nacional (FLN), em 1955, para lutar pela independência dos povos africanos. De acordo com Mazrui, a FLN se tornou a suprema organização política do povo argelino na luta por independência anticolonial e foi considerada, durante um certo tempo, como aliada da causa socialista. Contudo, na Conferência de Bandung, realizada em 1955 entre 29 países afro-asiáticos, foi formada uma terceira força em meio a bipolarização da guerra fria.

---

<sup>111</sup> YAZBEK, Mustafa. **A Revolução Argelina**. Ed.Unesp, São Paulo. 2010, p. 22.

<sup>112</sup> Ibid., p. 24.

<sup>113</sup> MAZRUI, Ali Al'amin. “Procurai primeiramente o reino político...”. Capítulo 5. pp. 125-149. In: MAZRUI, A.A.; WONDJI, C. **História geral da África, VIII**: África desde 1935. Brasília: UNESCO, 2010, p. 137.

O fato é que a FLN se tornou uma conveniente aliada dos soviéticos, porque desde a sua criação, não se contrapôs diretamente as teses socialistas, nem mesmo aderiu a campanha anticapitalista<sup>114</sup>. Por outro lado, foi um movimento irredutivelmente anti-imperialista, anticolonial e através desses ideais unificadores, a FLN manteve a união entre os nacionalistas, as facções regionais, as coligações políticas e religiosas dentro e fora da Argélia, muitas delas com rivalidades históricas, como os messalitas – seguidores de Messali Hadj – e os antimessalitas, que apesar de suas divergências, renunciaram a disputa para preservar a unidade do Exército de Libertação Nacional (ELN) quando a guerra contra os franceses se iniciou.<sup>115</sup>

A Guerra da Argélia é um acontecimento que pode ser observado por uma infinidade de maneiras, mas dentre as várias possibilidades, duas grandes visões antagônicas ganharam destaque: 1) a de que o levante popular argelino estaria cumprindo uma agenda global comunista, tal como acreditavam os ideólogos militares franceses; e 2) a de que a luta por independência africana seria um processo legítimo e necessário para enfrentar a exploração, o racismo, a violência e a desigualdade entre os povos, conforme explica o médico martinicano Frantz Fanon, que vivenciou a experiência revolucionária na Argélia e escreveu suas decepções, ilusões e críticas ao colonialismo francês no seu livro *Em Defesa da Revolução Africana*.<sup>116</sup>

Não é apenas fim do colonialismo, mas desaparecimento, nesta parte do Mundo, de um gérmen de gangrena e de uma fonte de epidemia. A libertação do território nacional argelino é uma derrota para o racismo, para a exploração do homem; inaugura o reino incondicional da justiça.<sup>117</sup>

Fanon faz uma análise-crítica sobre a insistência francesa em permanecer no território africano enquanto outras nações colonizadoras, igualmente pressionadas pelos povos originários, aos poucos deixaram a África. Ao mesmo tempo em que a França insistia em manter a Argélia como parte do seu território, não reconhecia o argelino como cidadão francês, porque, de acordo com Fanon, havia um sistemático e duplo processo de inferiorização imposto pelos colonizadores, sendo um de ordem econômica: pelo processo de perda de autonomia sobre suas terras, suas propriedades e suas riquezas; e outro de ordem ideológica: pela imposição da

<sup>114</sup> A FLN tinha como ideal a independência da África, mas havia divergências em relação ao modelo de sociedade pós-independência e entre essas diferentes visões estavam os defensores de um nacionalismo-industrial, que aceitavam a luta anticolonial, anti-imperialista, mas não era anticapitalista. Cf. YAZBEK, 2010, op. cit. [Nota 80].

<sup>115</sup> O FLN era a expressão política e o ELN era a expressão militar, composto pelos *mudjahidin*: guerreiros uniformizados; pelos *mussebilin*: sabotadores em operações de terrorismo; pelos *fedayin*: guerreiros suicidas; e pelos combatentes de origem camponesa, que formavam a maioria. Cf. YAZBEK, 2010, op. cit., p. 44.

<sup>116</sup> FANON, Frantz. **Em Defesa da Revolução Africana**. Trad. Isabel Pascoal, Lisboa: Editora Livraria Sá da Costa, 1980.

<sup>117</sup> Ibid., p. 71.

linguagem do colonizador, pela negação dos valores e da identidade cultural do colonizado, a desumanização que coisifica o sujeito negro pela falsa supremacia racial do sujeito branco.<sup>118</sup>

Desde meados do século XIX, a ocupação francesa na África espoliou o território do povo argelino, explorando e pilhando suas riquezas, desnaturalizando seus valores, costumes e sua identidade, submetendo-os a um extensivo processo de violência colonial<sup>119</sup>. Ao escrever o prefácio da obra de Fanon, Jean-Paul Sartre reafirma que o imperialismo francês foi um processo extremamente desumano e deixou um rastro de violência por onde passou. Para conseguir manter os domínios na África, os colonos foram amparados pelas forças militares, impondo o controle e a submissão da população argelina através de uma violenta repressão social, pelo qual Sartre sintetiza em uma única fórmula: “o colono só tem um recurso: a força, quando esta ainda lhe sobra; o indígena só tem uma alternativa: a servidão ou a soberania.”<sup>120</sup>

Por meio da exploração racial e ideológica, os franceses procuraram desumanizar os povos argelinos, destruindo suas tradições, costumes, identidades e práticas culturais, visando mantê-los sob o controle do governo francês e impedir uma insurreição popular, tal como havia ocorrido em outras regiões da África. Contudo, o enfraquecimento político e econômico dos principais centros comerciais europeus após a Segunda Guerra Mundial, tornou as colônias ainda mais valiosas para financiar a reconstrução da França. Por outro lado, esse enfraquecimento foi a oportunidade para que os argelinos se rebelassem contra os franceses.

De acordo com Fanon, quando a população se rebelou, a justificativa francesa para reprimir os movimentos sociais e impedir a revolução argelina foi afirmar que havia uma conspiração comunista contra a França, com a intenção de transformar os países do continente africano, começando pela Argélia, em Estados satélites do socialismo soviético. Contudo, Fanon afirma que a guerra franco-argelina não foi um movimento revolucionário comunista, como acreditava o cel. francês David Galula,<sup>121</sup> mas foi, sobretudo, uma revolução social com o objetivo de combater o imperialismo e a exploração racial, pois, “os povos coloniais não são especialmente comunistas, mas são irredutivelmente anticoloniais”<sup>122</sup>. Por isso, Fanon alerta:

É preciso que os Americanos saibam que, se querem lutar contra o comunismo, devem, em certos setores, adotar atitudes comunistas. Para os povos coloniais escravizados pelas nações ocidentais, os países comunistas são os únicos que em

<sup>118</sup> FANON, Frantz. **Pele negra máscaras brancas (1952)**. Título original: "Peau noire, masques blancs". Salvador: EDUFBA, 2008, p. 27.

<sup>119</sup> YAZBEK, Mustafa. **Argélia, a guerra e a independência**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1983.

<sup>120</sup> SARTRE, Jean-Paul. Prefácio. In: FANON, Frantz. **Os Condenados da Terra**. Trad. José Laurênio de Melo. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1968. p. 7.

<sup>121</sup> Galula considerou que os argelinos estariam utilizando das mesmas técnicas chinesas de propaganda, de persuasão ideológica, de agitação social e do terrorismo como estratégia da guerra revolucionária. Cf. GALULA, 1963, op. cit.

<sup>122</sup> FANON, 1968, op. cit., p.114.

qualquer ocasião tomam a sua defesa. Os países coloniais não têm de se preocupar com saber se esta atitude é ditada pelo interesse da estratégia comunista; verificam sobretudo que este comportamento geral vai no sentido dos seus próprios interesses<sup>123</sup>.

Apesar disso, boa parte da literatura militar francesa insiste que os confrontos na Indochina e na Argélia foram travados contra inimigos comunistas altamente preparados para sabotar as forças francesas e manipular a população para lutarem contra as autoridades coloniais. O medo e delírio dos militares franceses foram alimentados pelas dificuldades em localizar e contra-atacar as forças do ELN, fazendo-lhes crer que o inimigo estaria infiltrado em todos os lugares. Para o cel. David Galula, seguido pelo raciocínio de Charles Lacheroy, Gabriel Bonnet, Roger Trinquier, Jacques Hogard, Lionel-Max Chassin – entre outros militares que contribuíram com a *doctrine de la guerre révolutionnaire*, a partir de 1954 – haviam inimigos infiltrados na sociedade para sabotar os sistemas de defesa, intoxicar a imprensa com propagandas ideológicas, desconstruir os valores ocidentais de democracia, religião e família, além de manipular as informações para convencer a população a aderir ao movimento comunista e, assim, vencer o que foi chamado de “batalha pelo silêncio”<sup>124</sup>, um pré-requisito da revolução.<sup>125</sup>

De acordo com o sociólogo François Dieu, é possível considerar o gen. Lionel-Max Chassin como o precursor da corrente doutrinária da guerra revolucionária. Nos artigos publicados na *Revue Militaire d'Information*, organizado pelo Ministério de Defesa Nacional da França entre os anos de 1949 a 1964, o gen. Chassin aparece como o correspondente militar e autor dos estudos sobre a China Maoísta, o que lhe rendeu a publicação da obra *La Conquete De La Chine Par Mao Tse-Tung*.<sup>126</sup> Nessa obra, gen. Chassin escreveu suas impressões do movimento que ficou popularmente conhecido como a Revolução Cultural Chinesa (1949-1964), em razão da massiva campanha ideológica do PCC para que o desejo revolucionário movimentasse a população chinesa contra a burguesia nacionalista e o imperialismo no país.<sup>127</sup>

Como alerta, os textos escritos pelo gen. Chassin, em 1954, relataram a sua preocupação com os países do “*monde libre*”, sugerindo que as forças militares tomassem as estratégias dessa guerra revolucionária e aplicassem-na como ação contrarrevolucionária, pois, depois da derrota na Indochina, aqueles que ainda acreditassem estar lutando numa guerra regular na Argélia, continuariam sendo o “*Grande Muette*”. A proposta de Chassin foi elaborar um rascunho do

<sup>123</sup> FANON, 1968, op. cit., p.114.

<sup>124</sup> GALULA, 1963, op. cit., p. 15.

<sup>125</sup> DIEU, François. La doctrine de la guerre révolutionnaire. **Res Militaris: revue européenne d'études militaires** v. 6, n.º. 2, 2016.

<sup>126</sup> CHASSIN, Lionel-Max. **A conquista da China**. Trad. Flávio Pinto Vieira, São Paulo: Editora Saga, 1966.

<sup>127</sup> SAINT-PIERRE, 2000, op. cit.

que viria a ser a doutrina de guerra revolucionária, uma espécie de manual de instrução militar contendo técnicas de repressão social, incluindo táticas de doutrinação ideológica em massa.

Esta formação deveria ter duas partes: uma “cívica”, enfatizando o estudo crítico do marxismo-leninismo; a outra “patriótica”, que se baseava no ensino de história francesa. “É hora”, escreveu ele de forma incisiva e quase provocativa, “para o exército deixar de ser o *Grande Muette*” Chegou a hora de o mundo livre, se não quiser ter uma morte violenta, aplicar alguns dos métodos de seu oponente. Um desses métodos - e provavelmente o mais importante - reside no papel ideológico que está por trás da Cortina de Ferro nas forças armadas.<sup>128</sup>

Essa doutrina de guerra foi projetada, idealizada e colocada em prática para lidar com uma ameaça interna, o chamado subversivo, um inimigo que não usa uniformes, emblemas e distintivos que o diferencie da população em geral, podendo estar infiltrado em qualquer lugar, podendo ser qualquer pessoa. Aliás, o inimigo não precisa necessariamente ser uma pessoa ou um grupo, mas pode simplesmente ser uma ideia. Basta que essa ideia esteja “intoxicada” por ideologias consideradas como subversivas ou nocivas a ordem política existente. A questão, portanto, é como separar a população em geral desse substrato subversivo? Como se luta contra um inimigo que não se pode ver? De que forma se combate as ideias tidas como subversivas?

A resposta, é claro, foi absorver a guerra revolucionária, suas táticas de combate, seus conceitos fundamentais e reformulá-los como estratégia militar em forma de doutrina de guerra. Ou seja, se a teoria da guerra revolucionária é o instrumento que norteia as ações desse inimigo comunista, então o processo diretamente oposto a revolução seria a contrarrevolução, que, nesse caso, seria representada pela doutrina de guerra revolucionária<sup>129</sup>. O problema é que a falta de clareza nos textos militares e a visão caricata de uma guerra com capacidade sobre-humana, criou diversas brechas conceituais que permitiu rotular qualquer pessoa como inimigo, qualquer contexto como guerra, incluindo a própria divergência natural e fundamental nas democracias.

## 2.2 A “GUERRA DO BRASIL”: A DOCTRINA DE GUERRA REVOLUCIONÁRIA

No final da década de 1940, a Escola Superior de Guerra (ESG) estabeleceu os parâmetros de elaboração de uma Doutrina de Segurança Nacional (DSN), com o objetivo de

<sup>128</sup> No original: “*Cet entraînement devait comporter deux volets: l’un “civique”, insistant sur l’étude critique du marxisme-léninisme; l’autre “patriotique”, qui reposait sur l’enseignement de l’histoire de France. “Il est temps, écrivait-il de manière incisive et presque provoquante, que l’armée cesse d’être la ‘Grande Muette’. Le moment est venu pour le monde libre, s’il ne veut pas mourir de mort violente, d’appliquer certaines des méthodes de son adversaire. L’une de ces méthodes – et sans doute la plus importante – réside dans le rôle idéologique qui est, derrière le rideau de fer, dévolu aux militaires”* CHASSIN, L. M. *apud* DIEU, 2016, op. cit. [Nota 93], p. 4. Tradução livre.

<sup>129</sup> Por *teoria de guerra revolucionária* se entende o conjunto teórico de ideias que surgem a partir das correntes ideológicas socialistas e comunistas ao longo do século XX; e por *Doutrina de Guerra Revolucionária* se entende a construção teórica dos militares para justificar os seus atos políticos e militares.

criar um sistema de defesa integrado entre a inteligência de Estado e as forças militares. Essa integração deveria preparar as instituições brasileiras para identificarem os possíveis inimigos e se defenderem de uma eventual guerra, em razão das tensões provocadas pela bipolarização mundial, algo que gerou inúmeras mudanças na sociedade, no exército e em suas instituições.

Na primeira metade do século XX, após a França ser uma das nações que saíram vitoriosas da Primeira Guerra Mundial, as forças armadas de vários países do continente americano contrataram militares franceses para realizarem cursos em conjunto com as forças armadas regionais<sup>130</sup>. A missão francesa no Brasil é registrada desde os anos de 1920 e a influência francesa pode ser identificada no método de raciocínio e na estrutura de construção das doutrinas militares brasileiras. De acordo com Bellintani, os militares franceses defendiam a profissionalização dos combatentes, o tecnicismo de atuação, o planejamento estratégico para o uso dos recursos de inteligência do Estado em conjunto com as forças armadas e no aspecto psicossocial, a conduta do militar deveria estar baseada nos valores da caserna, isto é, no patriotismo, fidelidade, disciplina e, em especial, na submissão completa à hierarquia militar.<sup>131</sup>

Em 1949, quando a ESG se consolidou, o contexto geopolítico teve um papel importante na formulação de estudos estratégicos para a segurança nacional. A DSN foi um desses produtos teóricos criados para orientar as forças armadas e servir de base para as políticas de Estado agirem contra as novas ameaças. Por um lado, a DSN pode ser interpretada como um recurso teórico criado para legitimar a repressão institucional contra as forças anticapitalistas e, assim, manter a participação do Brasil no modelo de desenvolvimento econômico mercantil-capitalista, em que seus recursos e meios produtivos são colocados à serviço do mercado internacional, deixando-o dependente do capital estrangeiro para custear suas políticas internas.

Por outro lado, a DSN pode ser o resultado de um esforço teórico em conjunto com os militares franceses, os quais tiveram suas ideias circulando entre os militares brasileiros desde antes da Segunda Guerra Mundial. Nesse sentido, a hipótese de que havia uma ameaça revolucionária dentro do país, assim como acreditavam os militares franceses após terem sido derrotados na Indochina e na Argélia, foi sintetizada pela DSN e provocou a reestruturação teórica, técnica e institucional das forças armadas, de modo que o campo de atuação militar foi expandido para outras regiões que, habitualmente, são regulamentadas pelas decisões políticas.

---

<sup>130</sup> BELLINTANI, Adriana Iop. **O Exército Brasileiro e a Missão Militar Francesa: instrução, doutrina, organização, modernidade e profissionalismo (1920-1940)**. 700 f. Tese (doutorado) em História, PPGH/Universidade de Brasília, Brasília, 2009.

<sup>131</sup> Ibid.

Ambas as interpretações são razoáveis e não se anulam mutuamente. Porém, a articulação política dos militares brasileiros entre os anos de 1950 e 1980, e a presença da guerra revolucionária nas fontes documentais, são indícios de que as ideias e hipóteses conspiratórias elaboradas pelos franceses ocuparam o imaginário militar, em especial quando o socialismo foi escolhido como o regime de governo na ilha cubana, em 1959, e a crise dos mísseis, de 1962.

Esses eventos aumentaram a crise política e social que se alastrava no Brasil. O medo das elites políticas e militares em ver o programa socialista avançar sobre o continente americano foi o estopim para o Golpe de Estado de abril de 1964. Esse acontecimento produziu algumas interpretações. De um lado, os ideólogos negacionistas, geralmente pró-militares, tentaram justificar o golpe e os crimes militares recorrendo ao discurso conspiratório da doutrina de guerra revolucionária, pelo qual afirmam que o golpe teria sido uma “contrarrevolução militar”, realizada com apoio popular para impedir a revolução no Brasil.<sup>132</sup>

Por outro lado, há o discurso produzido pelos historiadores, que recorrem aos vestígios e aos fatos históricos para sustentar o argumento de que o Golpe de Estado foi articulado pelos militares para consolidar um projeto de poder anticomunista. Após o golpe, a cúpula militar institucionalizou a repressão jurídica e policial no país, conforme prescrito na DSN, como meio de combater os inimigos internos, isto é, os movimentos sociais e os seus adversários políticos.

Contudo, o teólogo Joseph Comblin<sup>133</sup> entende que a geopolítica internacional foi um fator preponderante na construção da DSN, de modo que o anticomunismo e o modelo de defesa estadunidense teriam influenciado na criação de doutrinas de segurança nos países americanos.

Se a guerra atômica é uma ameaça, a guerra fria é, esta sim, atual. Para a Doutrina de Segurança Nacional, o grande fato atual é a grande novidade da guerra contemporânea: apresenta-se sob a forma de guerra fria. Suas formas são novas, mas é preciso aplicar-lhes todas as características de uma guerra, e responder a esta nova situação por uma estratégia apropriada. A guerra fria é uma guerra permanente: trava-se em todos os planos – militar, político, econômico, psicológico –, porém evita o confronto armado. A segurança nacional é exatamente uma resposta a esse tipo de guerra<sup>134</sup>.

Um dos principais responsáveis pela formulação da DSN brasileira foi o General Golbery de Couto e Silva, que ganhou o protagonismo pelo papel de ideólogo das forças armadas no contexto pré-1964. Para o historiador Paolo Marconi, o gen. Couto e Silva foi um

---

<sup>132</sup> Não é difícil encontrar relatos ou bibliografias que apontem para a narrativa de que os eventos de 1964 foi uma contrarrevolução militar. A composição mais evidente dessa interpretação está no relatório organizado por militares que participaram do golpe, chamado de Projeto Orvil. Cf. MACIEL, Lício; NASCIMENTO, José Conegundes. **ORVIL - Tentativas de tomada do Poder**. São Paulo: Schoba, 2012.

<sup>133</sup> COMBLIN, Joseph. **A Ideologia da Segurança Nacional: O Poder Militar na América Latina**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

<sup>134</sup> *Ibid*, p. 39

dos principais militares a insistir na tônica da guerra revolucionária, pois diante do crescente avanço dos movimentos sociais no país, a intenção seria propagar na opinião pública que a revolução teria um plano comunista global para se contrapor aos valores liberais e ocidentais.<sup>135</sup>

Além do gen. Couto e Silva, outros militares brasileiros se aprofundaram na guerra revolucionária – sobretudo a estratégia da guerra psicológica – que foi um dos principais temas de estudo da “Escola das Américas”, localizada na região do Panamá e criada pelos Estados Unidos para preparar oficiais e soldados dos países americanos, como é apontado por Comblin:

Foi também nos Estados Unidos que se formou a ideia de guerra revolucionária, que vai tornar-se o prato predileto dos militares latino-americanos, a partir do momento em que entram em funcionamento os colégios militares destinados a preparar os oficiais e soldados na região do Canal do Panamá, 1961 e 1962<sup>136</sup>.

Para Comblin, a preocupação dos militares e burocratas estadunidenses estava concentrada na sua segurança interna e na defesa do modelo de mercado liberal, colocando o Pentágono<sup>137</sup> na coordenação de uma ampla defesa ocidental contra o avanço soviético. Para isso, o governo Kennedy (1961-1963) garantiu que os Estados Unidos dariam suporte logístico e enviariam armamentos, recursos militares e toda uma rede de apoio regional para que os países do continente americano combatessem todos os focos revolucionários de viés anticapitalista.<sup>138</sup>

Maria Helena Morais Alves, por sua vez, ao escrever *Estado e oposição no Brasil (1964/1984)*<sup>139</sup>, defende que a DSN nasceu submetida aos interesses econômicos, de modo que os seus parâmetros de defesa teriam por objetivo a proteção econômica e a preservação do modo de produção capitalista. Para isso, os militares teriam divulgado a existência de um suposto inimigo interno e por meio do discurso anticomunista, teriam conseguido apoio das classes dominantes para combater os adversários e também para preservar os seus privilégios elitistas.

O estudo de Alves identificou muitos indícios da ideologia anticomunista presente nas diretrizes consideradas “técnicas” pela DSN, de modo que a defesa da população justificaria uma intervenção militar nos assuntos políticos. Contudo, Alves também destaca que além da violência militar, a narrativa da DSN ajudaria a preservar o sistema de dominação econômica.

Trata-se de abrangente corpo teórico constituído de elementos ideológicos e de diretrizes para infiltração, coleta de informações e planejamento político-econômico de programas governamentais. Permite o estabelecimento e avaliação dos

---

<sup>135</sup> MARCONI, Paolo. **A censura política na imprensa brasileira (1968-1978)**. São Paulo: Global Editora e Distribuidora LTDA, 1980.

<sup>136</sup> COMBLIN, 1978, op. cit. p. 44.

<sup>137</sup> Pentágono é usado metonimicamente para designar o Departamento de Defesa dos Estados Unidos.

<sup>138</sup> COMBLIN, 1978, op. cit.

<sup>139</sup> ALVES, Maria Helena Moreira. **Estado e Oposição no Brasil (1964-1984)**. Petrópolis: Editora Vozes, 1985.

componentes estruturais do Estado e fornece elementos para o desenvolvimento de metas e o planejamento administrativo periódicos<sup>140</sup>.

Na análise feita por Alves, a DSN teria sido criada pela necessidade de proteger os interesses da alta burguesia nacional que, historicamente, adotaram um alinhamento de dependência econômica ao sistema mercantil-capitalista e viam seus privilégios ameaçados pela ascensão soviética no mundo pós-guerra. O argumento central de Alves é que os países que viveram processos históricos de profunda desigualdades sociais e econômicas – às vezes causado pelo próprio Estado – são apenas epifenômenos políticos, sociais e culturais de menor relevância, pois a real causa dos problemas seria a disputa histórica por acumulação material.<sup>141</sup>

Ela [a Doutrina de Segurança Nacional] prevê que o Estado conquistará certo grau de legitimidade graças a um constante desenvolvimento capitalista e a seu desempenho como defensor da nação contra a ameaça de inimigos internos e da guerra psicológica. A legitimação é vinculada aos conceitos de desenvolvimento econômico e segurança interna. (...) Dessa maneira, dissensão e antagonismos de classe podem ser controlados pelo terror. Trata-se por isso mesmo de uma ideologia de dominação de classe, que tem servido para justificar as mais violentas formas de opressão classista<sup>142</sup>

Sem anular o estudo de Alves, os indícios encontrados nas pesquisas dos historiadores João Roberto Martins Filho<sup>143</sup> e Raquel da Silva da Fonseca<sup>144</sup>, demonstraram que existe um forte vínculo entre a DSN e a doutrina de guerra revolucionária. Porém, a DSN não seria um produto teórico de influência exclusiva das escolas de guerra estadunidenses – como alega a análise de Joseph Comblin – mas, pelo contrário, teria influência direta da doutrina de guerra revolucionária criada pelos militares franceses, visto que o conteúdo da DSN contém elementos teóricos e conceituais similares, que foram incorporados para fundamentar o anticomunismo.<sup>145</sup>

O problema da análise de Comblin sobre a doutrina guerra revolucionária foi desconsiderar as especificidades locais onde ela foi aplicada e pela sua definição simplificada da complexidade estratégica que ela possui, fazendo parecer que a guerra revolucionária foi simplesmente uma doutrina incorporada pelos militares brasileiros. Martins Filho<sup>146</sup>, em sua análise, demonstra o contrário. Em janeiro de 1962, o presidente Kennedy, nos Estados Unidos, publicou o *National Security Action Memorandum n° 124* (NSAM-124), determinando a

---

<sup>140</sup> Ibid., p. 35.

<sup>141</sup> Ibid.

<sup>142</sup> Ibid., p. 26-27.

<sup>143</sup> MARTINS FILHO, João Roberto. A Influência doutrinária francesa sobre os militares brasileiros nos anos de 1960. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. Vol. 23 n° 67. Junho de 2008.

<sup>144</sup> FONSECA, Raquel da Silva da. *Guerré Revolutionnaire: fundamentos da doutrina e sua presença no Brasil. Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH*, São Paulo, julho/2011.

<sup>145</sup> Ibid.

<sup>146</sup> MARTINS FILHO, 2008, op. cit.

criação um grupo especial de contrainsurgência para obter informações da ação subversiva dentro e fora dos EUA, e propor medidas de contenção e uma rede de enfrentamento regional.

Conforme consta na descrição, o NSAM-124 foi criado “para garantir os recursos dos EUA com a máxima eficácia na prevenção e resistência a insurgência subversiva em países amigos, um Grupo Especial (contrainsurgência) é estabelecido”<sup>147</sup>. Esse documento representa o início, ao menos oficialmente, das políticas de Estado do governo Kennedy para o combater a influência soviética dentro e fora dos Estados Unidos. No Brasil, essa ajuda estadunidense aos “países amigos” pode ser verificada quando a Marinha e a Força Aérea dos EUA prestaram apoio aos militares brasileiros durante o movimento golpista em 1964, além das trocas de informações entre os membros oficiais do governo Kennedy com o seu embaixador no Brasil.<sup>148</sup>

Martins Filho, por sua vez, identifica nos documentos das forças armadas o discurso de contrainsurgência desde antes da Revolução Cubana, em 1959. Isso não significa que a política de contrainsurgência estadunidense não tenha influência na DSN, mas, ao que tudo indica, quando essas ideias chegaram ao Brasil, já havia um “terreno fértil” entre os militares, pois a teoria da guerra revolucionária já vinha sendo estudada pelos militares argentinos e brasileiros.

No processo de importação das idéias francesas, o pioneirismo coube à Argentina. Como mostrou Ernesto López, o então coronel Carlos J. Rosas, que acabava de regressar da França, assumiu em 1956 a subdireção da *Escuela Superior de Guerra*, em Buenos Aires, dando início a um processo de redefinição doutrinária calcado nos ensinamentos de veteranos franceses da Indochina e da Argélia. [...] No caso do Brasil, o coronel Augusto Fragoso pronunciou em maio de 1959 no curso de Estado-Maior e Comando da Escola Superior de Guerra a palestra “Introdução ao estudo da guerra revolucionária”, fruto aparentemente de seus próprios estudos diretos da produção francesa, que evidentemente começaram algum tempo antes<sup>149</sup>.

A pesquisa de Martins Filho identifica a Argentina como precursora dos estudos da literatura militar francesa e do processo de ressignificação da guerra revolucionária nas Américas. Ao que tudo indica, o tema da guerra revolucionária surge em consonância com a DSN. Contudo, foi somente em 1959 que se teve os primeiros registros da guerra revolucionária sendo discutida no Brasil, inserida através das conferências realizadas pelo cel. Augusto Fragoso, no seu curso – “*Introdução ao estudo da guerra revolucionária*” – realizado na ESG.

<sup>147</sup> No original: ““To assure the U.S. resources with maximum effectiveness in preventing and resisting subversive insurgency in friendly countries, a Special Group (Conter-Insurgency) is established”. Cf. BUNDY, McGeorgy. Memorandum to members of the special group. In: National Security Files. **Meetings and Memoranda nº 124 [NSAM-124]**. Washington DC: John F. Kennedy Presidential Library and Museum, 1962. p. 3. Tradução livre.

<sup>148</sup> Conhecida como Operação Brother Sam, o suporte estadunidense ao golpe foi determinante para pressionar a o Presidente João Goulart a desistir da retomada ao poder. Cf. FICO, Carlos. **O grande irmão. Da Operação Brother Sam aos anos de chumbo: o governo dos Estados Unidos e a ditadura militar brasileira**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

<sup>149</sup> MARTINS FILHO, 2008, op. cit., p. 40-41.

Isso entrou pelo canal da nossa ESG, e foi ela que lançou as idéias sobre as guerras insurrecional e revolucionária e passou a nelas identificar o quadro da nossa própria possível guerra. Para nós ainda não havia guerra nuclear, a guerra convencional já estava ultrapassada. Mas havia uma guerra que nos parecia estar aqui dentro<sup>150</sup>.

Os militares franceses acreditavam que guerra revolucionária havia criado um novo campo de disputa, onde os agentes revolucionários substituiriam a luta armada pela luta ideológica, pela qual poderiam agir de modo sutil, infiltrados no “subsolo” social, apenas esperando a oportunidade para sabotar as autoridades e subverter o apoio da opinião pública. Para o tcor. Hermes de Araújo Oliveira, a guerra revolucionária teria por objetivo “substituir a actual sociedade, baseada no indivíduo, por uma nova sociedade, baseada na ‘*massa*’. Procura, pois, num primeiro momento, ‘*apagar tudo*’ para, num segundo tempo, ‘*tudo recomeçar*’”.<sup>151</sup>

Pelas características históricas e culturais da sociedade brasileira, essa concepção de guerra encontrou um campo fértil no Brasil e produziu, de imediato, a aceitação da guerra revolucionária como a “guerra do Brasil”. A partir de 1964, os militares utilizaram com frequência o discurso da guerra revolucionária como forma de legitimar sua intervenção nos assuntos políticos e para justificar o uso da violência, a perseguição de opositores, a cassação de mandatos, a supressão dos direitos da população e os crimes militares nos anos da ditadura.

### 2.3 PRIMEIRA FASE: A ADAPTAÇÃO DOS CONCEITOS FRANCESES

As guerras por independência na Indochina e depois na Argélia provocaram um enorme desgaste nos exércitos franceses. A derrota da França alimentou o delírio de outros militares com a crença de que o Ocidente estaria presenciando uma nova forma de dominação mundial. Um desses militares foi o tcor. Hermes de Araújo de Oliveira, que entre 1958 e 1959 ocupou a cátedra de professor de Geografia e História Militar na Academia Militar de Portugal, logo após ter sido o subchefe do Comando do Estado-Maior de Moçambique, onde entrou em contato com as ideias francesas. Ao retornar à Portugal, escreveu que essa nova forma de guerra seria uma tentativa comunista para destruir os valores tradicionais, a religião cristã, o sistema democrático ocidental, as liberdades individuais e a propriedade privada, usando para isso uma ação “muito diferente do que o ocidente persiste em chamar de ‘guerra’, que ataca o ocidental por toda a parte e o esmaga mesmo onde é nitidamente mais forte: **a guerra revolucionária**.”<sup>152</sup>

Tanto o tcor. Hermes de Araújo Oliveira quanto o gen. Humberto Buceta Martins, ambos integrantes da Academia Militar de Lisboa, realizaram vários ciclos de estudos e

<sup>150</sup> D’ARAÚJO *apud* MARTINS FILHO, 2008, op. cit, p. 41.

<sup>151</sup> OLIVEIRA, 1965, op. cit., p. 89.

<sup>152</sup> OLIVEIRA, Hermes de Araújo. **Guerra revolucionária**. 3º Ed. Rio de Janeiro: BIBLIEX, 1965. p. 26. Grifos do original.

conferências militares sobre os problemas políticos, sociais e econômicos que a guerra revolucionária supostamente teria causado nos países do Leste Europeu, do Norte da África, da Ásia e como essa guerra irregular seria uma forte ameaça aos “valores dos povos ocidentais”.<sup>153</sup>

O mundo suportou mais uma catastrófica guerra de caráter mundial; os vencedores, uma vez mais, perderam a paz e um novo e mais avassalador imperialismo materialista surgiu na Europa e na Ásia, mais intransigente, mais brutal do que o imperialismo germânico vencido em 1945, sob o rótulo de uma ideologia – o comunismo – que, se existiu, já extinguiu deixando apenas de pé a eterna ambição da hegemonia mundial<sup>154</sup>.

Esse “imperialismo materialista” citado por Martins, é uma referência a expansão da zona de influência soviética ao redor do mundo, que seria muito mais “intransigente” e “brutal” que os nazifascistas, pois, de acordo com Martins, o discurso comunista teria por objetivo apenas a ambição pela hegemonia global. Em um outro trecho do texto, as guerras enfrentadas pelos franceses aparecem citadas como forma de desqualificar as lutas anticoloniais através de um argumento claramente racista e eurocêntrico, o qual entende que essas lutas não seriam legítimas, pois esses povos “não haviam ainda atingido nem a plenitude da civilização nem a maturidade política de elites preparadas para a chefia”<sup>155</sup> e suas reivindicações seriam somente o resultado das técnicas psicológicas de manipulação das massas e da propaganda comunista.

O nacionalismo insofrido dos povos de cor, forjados e estimulados pela poderosa propaganda russa e chinesa nos africanos e asiáticos, que visam a luta das nações de cor contra as raças brancas do Ocidente, e que, afinal, não são mais do que instrumentos na planificação de uma gigantesca manobra estratégica.<sup>156</sup>

A maneira pelo qual o gen. Martins interpretou as lutas pela independência, negando sua legitimidade pela suposta manipulação comunista, apenas confirma a tese proposta por Fanon, de que os militares preferiram a “explicação clássica” para negar a realidade dos fatos e justificar a repressão, o racismo e a violência. Para sustentar suas teses, esses militares utilizaram de argumentos irracionais, de modo que o embasamento de suas afirmações foi meramente especulativo, de cunho político e ideológico, retroalimentado por outros militares, igualmente ideólogos. Desse modo, foi criada uma rede de desinformação e delírio para legitimar o discurso militar de que haviam inimigos infiltrados e que deveriam ser combatidos.

Da mesma maneira, a guerra revolucionária se tornou recurso discursivos para sustentar o emprego de medidas radicais e autoritárias no enfrentamento das oposições políticas. Contudo, se os argumentos são meramente uma construção discursiva e ideológica

<sup>153</sup> MARTINS, Humberto Buceta. *Prefácio*. In: OLIVEIRA, 1965, op. cit, p. 11-12.

<sup>154</sup> *Ibid.*, p. 18.

<sup>155</sup> *Ibid.*, p. 18.

<sup>156</sup> *Ibid.*, p.19.

compartilhada entre as instituições de poder e o inimigo interno não é realmente um inimigo, tampouco uma ameaça, então quem estaria sendo combatido por essas medidas autoritárias?

No livro *La guerre révolutionnaire - Les formes nouvelles de la guerre*, escrito pelo gen. André Beaufre e publicado em 1972, uma década após o fim da guerra franco-argelina, com a finalidade de apresentar as formas da “nova guerra” que teria pego os militares franceses de surpresa na Indochina e novamente apareceu na Argélia. Em seus escritos, Beaufre dá indícios de quem seriam esses inimigos, doravante chamado de subversivo, os quais possuem habilidades de alta performance e seriam extremamente perigosos, não pelo fato de usarem armas ou ações destrutivas, mas por ocuparem alguns locais de poder e realizarem certas atividades com prestígio social, capaz de aglomerar grupos inteiros em torno de suas ideias.

Para o gen. Beaufre, a teoria da guerra revolucionária seria um corpo de ideias criado por teóricos comunistas para formar uma mentalidade única em torno do desejo da luta de classes e, para isso, também necessita que “os combatentes não sejam apenas técnicos em armas, mas também, talvez ainda mais, chefes de apoiadores, líderes de multidão, agitadores políticos, sindicalistas, missionários”.<sup>157</sup> Ou seja, propagou-se a figura de um inimigo interno com características físicas e comportamentais extremamente genéricas, de modo que toda e qualquer liderança política e social pudesse ser considerada como um subversivo em potencial.

Para os militares brasileiros que buscavam um pretexto aparentemente coerente para legitimar a sua intervenção nos assuntos políticos do país, as táticas contidas na doutrina de guerra revolucionária foram oportunas. Por meio de um documento do EMFA contendo a transcrição de um ciclo de palestras sobre assuntos militares, foi possível identificar um dos primeiros estudos da guerra revolucionária no Brasil, apresentada pelo cel. Fragoso, em 1959.

O problema [da guerra revolucionária] extravasa de muito o campo puramente militar. É também extremamente complexo, e seu estudo só agora começa a ser feito entre nós. Por tudo isso, vamos apenas apresentar como que uma Introdução ao estudo da Guerra Revolucionária<sup>158</sup>.

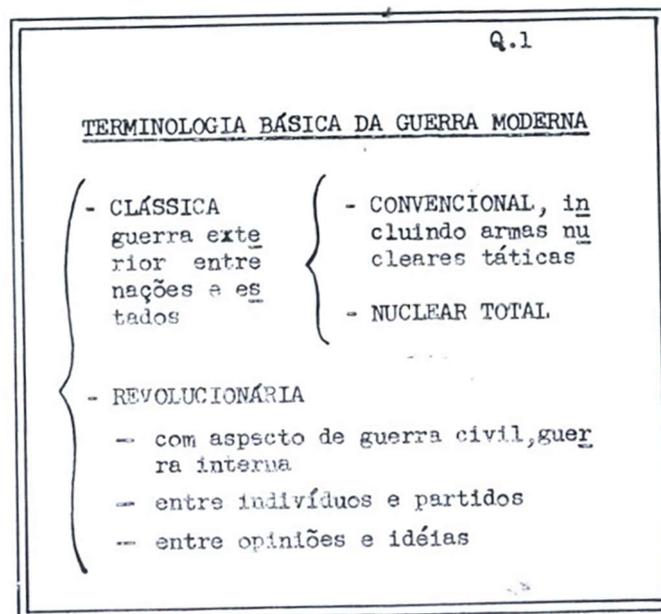
Esse documento transcrito pelo EFMA, intitulado de “*Introdução ao Estudo da Guerra Revolucionária*”, ficou sob domínio da ESG para compor a formação dos novos oficiais. O documento ressalta que a jornada de estudos militares ocorrerá em duas etapas subsequentes e de maneira complementar para esclarecer as principais questões que estão imbricadas pela

<sup>157</sup> No original: “[GR] requires that combatants not only be weapon technicians but also, perhaps even more, heads of supporters, crowd leaders, political agitators, unionists, [and] missionaries.” Cf. BEAUFRE, André. *La guerre révolutionnaire*. Les formes nouvelles de la guerre, Paris: Fayard, 1972. p. 90. Tradução livre.

<sup>158</sup> ESTADO-MAIOR DAS FORÇAS ARMADAS. *Introdução ao estudo da guerra revolucionária*. Conferência de Augusto Fragoso. Rio de Janeiro: Escola Superior de Guerra. 1959. p. 1. Grifos do original.

temática da guerra revolucionária. Para facilitar a visualização do ouvinte, apresentou-se na conferência a ilustração terminológica básica dessa nova guerra, conforme indica a Imagem 1.

**Imagem 1.** Ilustração da Terminologia Básica da Guerra Moderna.



Fonte: EMFA, 1959, p. 2.

Nessa imagem, destacam-se duas categorias terminológicas básicas sobre o fenômeno da guerra. Na primeira categoria está a “guerra clássica”, em referência a guerra regular. A segunda categoria é subsequente a primeira e subdivide-se em “guerra convencional” e “guerra nuclear total”. Na subdivisão convencional, há uma similaridade com os conceitos de Clausewitz, em que a guerra convencional é aquela que ocorre entre estados nacionais, por meio de seus exércitos oficiais, mas, nesse caso, as armas nucleares também foram incluídas. Na subdivisão “nuclear total”, o termo carrega os mesmos significados do conceito de guerra total, em que não somente os exércitos e as forças de Estado praticam a violência, como também toda a população e seus espaços de sociabilidade são considerados como parte do esforço de guerra.

Na segunda categoria, é apresentada a guerra revolucionária como uma forma de guerra inédita, visto que suas características de combate são irregulares. Na descrição da guerra revolucionária, o cel. Fragoso aponta para uma similaridade com a guerra civil, pois ela também seria um tipo de guerra interna que ocorre entre partidos e grupos nacionais, porém, a diferença é que a disputa ideológica na guerra revolucionária seria mais preponderante que a luta armada.

A transcrição documentada segue com o cel. Fragoso explicando que a guerra revolucionária, por ser um fenômeno relativamente novo e muito pouco estudado naquele momento, até mesmo entre os analistas franceses (precursores teóricos), seria apresentada por

“aproximações sucessivas”. Ou seja, a conferência não teria a pretensão de apresentar conclusões definitivas ou dogmáticas sobre a temática, ainda assim teria como objetivo, “apenas lançar aos vossos espíritos idéias gerais básicas que permitam o estudo da relevante questão”.<sup>159</sup>

[A guerra revolucionária] é a guerra conduzida do interior de um território controlado por uma autoridade de direito ou de fato, considerada como um inimigo por uma parte dos habitantes dêste território, ajudados e reforçados (ou não) do exterior, com o objetivo de tomar àquele autoridade [sic] o contrôlo do território ou, pelo menos, a paralisar sua ação<sup>160</sup>.

É importante mencionar que as concepções utilizadas nas fontes históricas desse primeiro momento da guerra revolucionária no Brasil possuem seus princípios indissociáveis da literatura francesa, sendo traduzidos e reproduzidos quase que na íntegra pelos militares brasileiros. Os autores franceses, todos de origem militar, são citados ao longo de todo documento para fundamentar os conceitos utilizados. Além disso, uma lista de referenciais teóricas aparece no documento como sugestão para os estudos militares que viriam a acontecer.

Qualquer estudo técnico com a pretensão de regulamentar os órgãos de Estado, especialmente para servir de orientação para as forças militares, deveria estar submetido ao processo metodológico de produção científica. Todavia, a transcrição analisada deixa claro que ao estudar a guerra revolucionária, os militares ignoraram o rigor científico e que “a desobediência aos preceitos metodológicos foi, porém, no caso, propositada”<sup>161</sup>. A justificativa da desobediência metodológica, segundo o cel. Fragoso, ocorreu pela necessidade de ampliar o conhecimento de base sobre a guerra revolucionária e só depois realizar um estudo científico.

Embora pareça uma justificativa plausível, o problema metodológico é ainda mais grave quando se observa a bibliografia francesa utilizada como referencial teórico, em que os principais autores citados (Jacques Hogard, Gabriel Bonnet, Charles Lacheroy, etc.) são veteranos das guerras coloniais, os quais formularam teses com base em observações pessoais no campo de batalha. Isto é, reflexões subjetivas e extremamente ideológicas, utilizando de narrativas persuasivas e recursos da linguagem para produzir um efeito convincente no leitor, como anedotas, metáforas e o apelo emocional para endossar as diretrizes consideradas “técnicas” para a atuação militar, porém, questionáveis, visto que não foi respeitado o devido processo científico de produção, divulgação e validação do conhecimento entre os seus pares.

De todo modo, quando as primeiras noções da guerra revolucionária chegaram ao Brasil, através do curso apresentado pelo cel. Augusto Fragoso, obras como a do cel. Gabriel Bonnet

<sup>159</sup> ESTADO-MAIOR DAS FORÇAS ARMADAS, 1959, op. cit. p. 3

<sup>160</sup> Ibid., p. 3-4.

<sup>161</sup> Ibid., p. 4-5.

e do tco. Hermes de Araújo Oliveira, rapidamente se disseminaram entre as divisões militares, em especial o livro escrito por Gabriel Bonnet, que é qualificado como uma obra “clássica” para os estudos da guerra revolucionária, o que demonstra sua recorrência entre os militares.

No estudo da GR, o papel desempenhado por Mao-Tsé-Toung, na Guerra da China, por todos reconhecido. O Coronel Bonnet, no seu livro já quase clássico, “Les Guerres Insurrectionnelles et Revolutionnaires”, dedica toda uma parte a Mao, estudando-o como homem, como chefe, como estrategista.<sup>162</sup>

No trecho, o cel. Bonnet buscou demonstrar como Mao Tse-Tung teria investido suas forças em uma guerra onde a ação psicológica teria sido um dos principais fatores para Revolução Chinesa. Na imagem 2, há uma síntese do que seria essa guerra revolucionária a partir da visão de alguns militares franceses, como o cmt. Jacques Hogard, que demonstra em seus escritos ter um profundo apreço pelas ideias autoritárias do gen. Chassin e do cel. Roger Trinquier.<sup>163</sup> Contudo, é a “equação de Bonnet” que realmente recebe o destaque dos militares brasileiros, pois aparece sendo utilizada para exemplificar o conceito de guerra revolucionária.

**Imagem 2.** Quadro com resumo do conceito de GR apresentado pelo cel. Augusto Fragoso.

<u>GUERRA REVOLUCIONÁRIA</u> (GR)	GR = Guerra Psicológica + Guerra Irregular + Guerra Clássica
GR = Guerra Psicológica (?)	GR = Guerra única do nosso tempo (Sò
GR = Guerra Insurrecional (?)	mente no seu quadro devem ser encaradas as operações militares
GR = Guerra Psicológica + Guerrilha	clássicas). (Cmt Hogard)
(Cel Bonnet)	

**Fonte:** adaptado de EMFA, 1959, p. 15.

Ao que se refere as condições de desenvolvimento das ações psicológicas da guerra revolucionária, em especial as estratégias que teriam sido usadas por Mao Tse-Tung, na China, o cel. Bonnet afirma que “toda guerra revolucionária inscreve-se, esquematicamente, num plano estratégico de três fases extremamente flexíveis [...] a defensiva estratégica, a fase de equilíbrio e a ofensiva estratégica”.<sup>164</sup> Nesta primeira fase, escreve Bonnet, “as forças de guerrilha sacrificam o espaço e preparam o apoio popular”<sup>165</sup>, é o momento da conspiração, da infiltração, da propaganda, da agitação social. É também o momento em que ocorrem as ações de sabotagens contra as autoridades, visando dividir as forças e formar núcleos revolucionários.

<sup>162</sup> Ibid., p. 6.

<sup>163</sup> François Dieu cita, em nota de rodapé, um conjunto de artigos escritos pelo Cmt. Hogard, pelo qual reuniu as reflexões do Gen. Chassin sobre a necessidade de combate à GR e às considerações do Cel. Trinquier sobre o uso de métodos repressivos no combate aos subversivos. Cf. DIEU, 2016, op. cit. p. 4.

<sup>164</sup> BONNET, 1963, op. cit. p. 188.

<sup>165</sup> Ibid. p. 188-189.

No segundo momento, a chamada “fase do equilíbrio”, Bonnet escreve que é quando as guerrilhas e os grupos armados buscam estabelecer o controle sob territórios e órgãos essenciais do país. “Trata-se já de obter um fim estratégico: o contrôle da maior parte do território, forçando o inimigo a restringir-se às cidades e guarnições”.<sup>166</sup> Já na terceira e última fase, a dita “ofensiva estratégica”, Bonnet observa que esse seria o momento no qual a ação psicológica seria intensificada enquanto as guerrilhas, aparentemente reduzidas e limitadas a poucos espaços, estariam, de fato, “desgastando aos poucos o adversário, antes de lhe desferir o golpe de misericórdia, numa contra-ofensiva geral, caracterizada pelo levantamento em massa”.<sup>167</sup>

O conjunto de reflexões elaboradas pelos militares franceses, tal como feita por cel. Bonnet, ocupou o imaginário da cúpula militar brasileira, sobretudo na década de 1960. Desde o curso realizado pelo cel. Fragozo, em 1959, tanto a ESG quanto o EMFA promoveram estudos específicos sobre a guerra revolucionária no Brasil, buscando identificar os aspectos e as formas nacionais que ela teria adquirido. Após a conferência realizada pelos militares e para os militares, surge a necessidade de adaptação da doutrina francesa às especificidades da realidade brasileira, como é indicado em uma nota de rodapé escrita pelo então Chefe do EME, que nomeou uma comissão para programar e coordenar os estudos sobre a guerra revolucionária.<sup>168</sup>

No breve governo de Jânio Quadros e ainda no conturbado governo de João Goulart, os estudos da guerra revolucionária continuaram e outros materiais foram produzidos. Agora de modo sistemático, no formato de doutrinas, manuais, apostilas e documentos de informações pelas instituições de formação militar, como a ESG, e pelas instituições de comando, como o EME e EMFA. As ideias francesas foram incorporadas pelos militares brasileiros, os quais acreditaram que o Brasil estava enfrentando a guerra revolucionária, onde o inimigo não seria mais o convencional soldado uniformizado que estaria lutando pelos interesses da sua pátria, mas sim contra o subversivo e sua atuação quase imperceptível, pois não usa de fardas ou de emblemas que o distingua da população em geral, podendo ser qualquer cidadão, basta que este cidadão esteja engajado em uma luta que combina os interesses da revolução marxista-leninista com as ações de controle ideológico. Essa noção aparece no documento elaborado pelo EMFA, em 1961, e intitulado de *Conceituação de guerra insurrecional, guerra revolucionária,*

---

<sup>166</sup> Ibid. p. 189.

<sup>167</sup> Ibid. p. 189.

<sup>168</sup> Na nota de rodapé, é mencionado que os conceitos da guerra revolucionária teriam sido apresentados em ciclos de estudos militares e tem relação com a guerra franco-argelina que havia eclodido no norte africano em 1954. Cf. ESTADO-MAIOR DAS FORÇAS ARMADAS, 1959, op. cit, p. 2.

*subversão (guerra subversiva), ação psicológica, guerra psicológica e guerra fria*,<sup>169</sup> doravante mencionado pela codificação “FA-E-01/61”. Esse documento teve como objetivo reunir os principais conceitos na literatura estrangeira sobre o inimigo e os aspectos dessa nova guerra.

NO BRASIL, o estudo sôbre a “Guerra Subversiva” dos franceses ou a “Guerra Não Convencional” dos norte-americanos ou a “Guerra Revolucionária” dos russos, acha-se em franca ebulição. Entretanto, o emaranhado de idéias com que o assunto se apresenta na literatura militar mundial vem ocasionando dúvidas e controvérsias terminológicas e doutrinárias que precisam ser dirimidas e eliminadas, para que possa ser alcançada a adequada compreensão do problema<sup>170</sup>.

De acordo com este documento, a doutrina militar estadunidense (que no texto aparece como norte-americana) divide a compreensão da guerra em três formas principais: a guerra convencional, a nuclear e a não-convencional. Já a doutrina militar do núcleo soviético divide a compreensão da guerra em duas formas: a revolucionárias/libertação e a guerra imperialista. Entretanto, por ser uma temática emergente na literatura militar estrangeira naquele contexto, os militares brasileiros encontraram divergências terminológicas e conceituais nas ideias de origem russa, estadunidense e, em particular, na literatura francesa, considerada de maior relevância para os estudos dessa nova forma de guerra, devido a experiência adquirida pelos franceses após serem derrotados nas guerras anticoloniais na região da Indochina e na Argélia.

É interessante destacar uma pequena mudança ocorrida no conceito de guerra revolucionária entre 1959 e 1961, em que há uma dilatação semântica que passa a incluir e dar maior ênfase ao papel do subversivo. O próprio documento apresenta em duas notas explicativas:

– **NOTAS DE 1955/56:**

Estudam a GUERRA REVOLUCIONÁRIA sob o título geral de GUERRA INSURRECIONAL, abarcando tôdas as guerras pré-comunistas, dêste tipo, desde a antigüidade greco-romano.

– **NOTAS DE 1958:**

Passaram a estudar a GUERRA REVOLUCIONÁRIA sob o título geral de GUERRA SUBVERSIVA<sup>171</sup>.

Para fundamentar esses conceitos, o documento indica como referência teórica o cel, Bonnet, o cmt. Hogard e tcor. Étienne, entre outros militares que trazem uma evidência anedótica de que o objetivo desses agentes subversivos seria tanto a subversão quanto a revolução: “A subversão”, explica o texto, “pode ser considerada como uma transferência

<sup>169</sup> ESTADO-MAIOR DAS FORÇAS ARMADAS. **Conceituação de guerra insurrecional, guerra revolucionária, subversão (guerra subversiva), ação psicológica, guerra psicológica e guerra fria.** FA-E-01/61. Rio de Janeiro, 1961.

<sup>170</sup> Ibid., p. 2.

<sup>171</sup> Ibid. p. 5.

psicológica, de uma população, de um universo político dado para um universo político diferente”.<sup>172</sup> Nessa lógica, a iniciativa revolucionária jamais poderia ocorrer por iniciativa popular, visto que a revolução comunista, nesses termos, só poderia acontecer por ação subversiva de poucos líderes que estariam guiando as massas por “manipulação psicológica”.<sup>173</sup>

Mas como funciona essa manipulação psicológica? Haveria alguma forma de contra-atacar? A resposta é sim, escreve o cap. André Souryis, citando o tcor. Étienne, afirmando que em “face a GR [guerra revolucionária], a Ação Psicológica faz parte integrante da Defesa Nacional”, afinal, essas ações “comportam o acionamento de um certo número de meios e processos técnicos modernos de ação coletiva”, citando como exemplo a “imprensa, rádio, cinema e processos que inspiram, simultaneamente, em métodos de pedagogia ativa e métodos de Relações Humanas”, especialmente pela intenção de “educar, informar e manter a moral”<sup>174</sup> dos exércitos, da população e das instituições para conter os malefícios da subversão. Tal como:

- 1º: **esquecimento dos valores de nossa civilização**, decadência e perda da consciência moral. É dessa forma que a insuficiência ou ausência da formação cívica levam ao “impatriotismo”, ao niilismo, ao egoísmo social, à indiferença, ao materialismo...

- 2º: **a conquista da população pelo adversário**. Êste se apóia numa organização e numa ideologia que afetam os aspectos da vida coletiva...<sup>175</sup>

Nota-se que os militares tomam para si a responsabilidade de dizer o que é ou não o anseio da população, pois cita “os valores de nossa civilização” em oposição ao “materialismo”, em clara referência ao marxismo. Essas ações psicológicas aparecem com recorrência nos textos militares, pois seriam táticas estratégicas para evitar a manipulação ideológica dos subversivos que estariam infiltrados na sociedade para converter as aspirações e os “valores da civilização”, visando obter o apoio da população ao projeto socialista. O fato é que através desse discurso de ação psicológica, os militares poderiam justificar sua intervenção em currículos escolares, na produção e divulgação cultural, midiática e até mesmo dava-lhes poderes para censurar informações que, por eles, fossem consideradas como produto do esforço comunista.

No ano de 1963, o EME promoveu o curso *Ação Educativa Contra a “GUERRA REVOLUCIONÁRIA”*<sup>176</sup>, de autoria do cel. Mario de Assis Nogueira, dividido em no mínimo quatro unidades temáticas, visto que no documento utilizado para esta análise somente estão disponíveis as unidades temáticas II, III e IV. Em termos lógicos, se constata a existência da

<sup>172</sup> Ibid. p. 7.

<sup>173</sup> Ibid. p. 8.

<sup>174</sup> Ibid. p. 9.

<sup>175</sup> Ibid. p. 10. Grifos do original.

<sup>176</sup> ESTADO-MAIOR DO EXÉRCITO. **Ação Educativa Contra a Guerra Revolucionária**. Curso apresentado pelo Cel. Mario de Assis Nogueira. Ministério da Guerra, Rio de Janeiro, 1963.

Unidade I, mas não é possível constatar a unidade V. De todo modo, o conteúdo disponível deste documento está organizado em: *Unidade II: Mobilização da Opinião Pública: Propaganda e Boatos*<sup>177</sup>; *Unidade III: Técnicas Revolucionárias – Psicológicas*<sup>178</sup>; e *Unidade IV: Preservação da Democracia, a Ação Psicológica, a Propaganda e Contrapropaganda*<sup>179</sup>.

Na unidade II do documento, são apresentados os conceitos básicos de propaganda e seus aspectos gerais, afirmando que a propaganda tem por objetivo modificar os *status* psíquico e as convicções, sejam elas religiosas ou/e filosóficas, seja pela força de impositiva ou pela sugestão indireta, direcionando as reflexões, as crenças e ideias básicas da vida humana. Em seguida, o conceito de boato é apresentado como uma informação parcial e distorcida da realidade, explorando os limites da interpretação para gerar um efeito de rápida disseminação.

De acordo com o texto, o boato seria a arma da guerra psicológica para mobilizar a opinião pública e estaria sendo espalhado principalmente por personalidades e instituições de prestígio social. Não uma, mas várias e ao mesmo tempo, criando uma rede de difusão em massa que aumentaria a credibilidade e reduziria as chances do boato ser posto em dúvida. A conclusão da unidade recomenda que esse artifício seja usado pelos militares. “Urge a criação nas Fôrças Armadas das Seções de Guerra Psicológica, para o combate ao COMUNISMO”<sup>180</sup>.

Nas unidades III e IV, o conteúdo do documento destaca os fundamentos psicológicos da propaganda soviética. “A URSS fala em paz [...] que significa guerra interna, os países democráticos estão na defensiva, e defensiva de expectativa, puramente passiva, porque mesmo a defensiva ativa psicológica, vem sendo roubada, paulatina, incessante, sub-repticiamente.”<sup>181</sup> Em vários momentos do discurso militar, os aspectos da guerra psicológica que estariam sendo utilizados pelos subversivos e que teriam inspiração no marxismo-leninismo aparecem citados.

Os três líderes marxistas LENIN, TROTSKY e STALIN preconizavam uma técnica de propaganda, que sempre trouxe sucesso: A GRANDE MENTIRA. Essa técnica consiste em um chefe de prestígio, em determinada ocasião psicológica, lançar uma falsidade, com convicção e com alarde. A grande Mentira, se fôr desmascarada já terá dado frutos, para o grupo interessado<sup>182</sup>.

Para evitar que essa “Grande Mentira” ganhasse força e se espalhasse, o cel. Nogueira sugeriu que os oficiais, participantes do curso militar, adotassem como base interpretativa das informações sociais um fluxograma, contendo alguns elementos considerados essenciais para reconhecer as propagandas, boatos e mentidas que estariam sendo divulgadas pelos comunistas.

---

<sup>177</sup> Ibid. p.1-36.

<sup>178</sup> Ibid. p. 37-88.

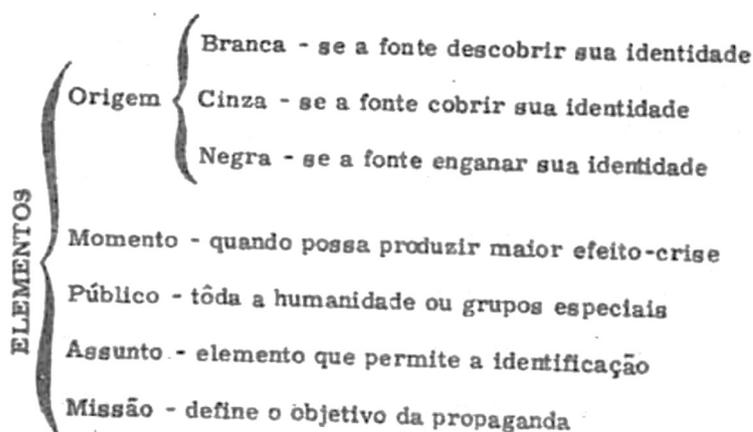
<sup>179</sup> Ibid. p. 89-123.

<sup>180</sup> Ibid. p. 34.

<sup>181</sup> Ibid. p. 41.

<sup>182</sup> Ibid. p. 44.

**Imagem 3.** Normas de Reconhecimento das Propagandas.



Fonte. EME, 1963, p. 45.

Se as ideias e opiniões da população seriam o alvo da guerra psicológica, então o maior perigo em uma guerra revolucionária seria o agente comunista, o dito subversivo, essa figura enigmática e que estaria infiltrada na sociedade para sabotar as autoridades constituídas. Esses subversivos aparecem frequentemente nos documentos militares. São pessoas consideradas instruídas pelo marxismo, com preparo psíquico, intelectual e emocional para assumirem funções estratégicas dentro e fora das instituições administrativas, sejam elas públicas ou privadas. Após ocuparem esses espaços, os subversivos dariam início a guerra psicológica para pressionar a população e convencê-la a aderir ao projeto revolucionário. Por ser uma figura sem um rosto definido, sem uniformes e descrito como um inimigo quase onipresente, esse subversivo poderia aparecer de diferentes modos e suas ações teriam várias consequências, dependendo da posição em que ocupa no projeto revolucionário. Porém, “um dos elementos mais perigosos na infiltração comunista é a que é feita pelo **criptocomunista**”, descrito como:

São os CRIPTOCOMUNISTAS que se infiltram, maneirosa e insidiosamente e depois de enquisitados, atraem ou aliciam outros “camaradas” que se disseminam, sub-repticiamente em todos os setores mais importantes da administração pública, repartições, chefias, comunicação, transportes, autarquias, associações de beneficência, magistério, etc.<sup>183</sup>

Percebe-se que a suposta infiltração do subversivo a toda e qualquer instituição administrativa, bem como sua identidade com características genéricas e extremamente abrangentes, facilmente poderia enquadrar qualquer pessoa com certa liderança social ou instituições, desde que tivessem suas ideias consideradas subversivas pelos critérios militares.

<sup>183</sup> Ibid. p. 73-74.

No início da década de 1960, vários acontecimentos nacionais e internacionais fizeram com que a doutrina de guerra revolucionária se popularizasse entre os militares. A implantação do socialismo na ilha cubana, a renúncia do Presidente Jânio Quadros, a pressão das classes populares para que o Congresso Nacional e o Presidente João Goulart aprovassem as reformas estruturais, são alguns dos fatores que agravaram a crise política, social e militar no Brasil. Nas forças armadas, o contexto geopolítico da guerra fria amplificou o argumento dos militares de que havia uma guerra ideológica sendo praticada pelos revolucionários comunistas, como forma de driblar a ameaça nuclear. Através da infiltração na sociedade, esses agentes comunistas provocariam desordem social e somente após as forças constitucionais terem perdido sua autoridade pública, as tropas comunistas surgiriam para dar o golpe revolucionário.

Quando João Goulart assumiu a presidência, logo anunciou que em seu plano de governo faria as reformas de base, isto é, um conjunto complexo de transformações nas áreas administrativa, tributária, eleitoral, constitucional, universitária e a reforma agrária, que teve melhor repercussão entre os movimentos populares que reivindicavam o direito à terra. Porém, esta repercussão não foi a mesma entre as classes dominantes do país, visto que a reforma anunciada colocava em risco os privilégios elitistas. O plano de governo de Goulart e a sua aproximação com Leonel Brizola, então governador do Rio Grande do Sul e também um líder das lutas camponesas, alimentou a paranoia militar de que havia uma ameaça comunista conspirando para tomar o poder, pois Brizola personificava os interesses de uma esquerda revolucionária e poderia facilmente ser enquadrado nas definições de subversivo dos militares.

As relações entre Jango [João Goulart] e seu cunhado Brizola eram tensas. Ora seu aliado à esquerda, fiador de sua posse em 1961, ora rompido com o presidente, Brizola era, ao lado de Francisco Julião, líder das Ligas Camponesas, a liderança mais à esquerda naquele contexto. Mais ainda que o Partido Comunista Brasileiro (PCB), que no início dos anos 1960 estava mais afeito ao gradualismo reformista do que ao voluntarismo revolucionário<sup>184</sup>.

Nos anos de 1960, a figura de João Goulart unificava as aspirações reformistas e desenvolvimentistas do país, devido a tradição do Varguismo,<sup>185</sup> que manteve o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) sob um programa político alinhado às classes de trabalhadores. E ao suceder o presidente Jânio Quadros, após ter renunciado em 1961, a proposta de Jango foi desenvolver a indústria nacional em conjunto com as reivindicações pela reforma agrária.

[Os movimentos pela reforma agrária exigiam] a radical transformação da estrutura agrária a partir da desapropriação do latifúndio improdutivo, da implantação do imposto progressivo, da distribuição gratuita de terras devolutas, legalização da

---

<sup>184</sup> NAPOLITANO, Marcos. **1964**: história do regime militar brasileiro. Editora Contexto, 2014. p. 34.

<sup>185</sup> Varguismo é um conceito que representa a adoração à figura de Getúlio Vargas e as características populares do programa político de seu governo.

situação de posseiros e elaboração de uma política agrícola de estímulo à pequena propriedade e legislação social para o trabalhador rural<sup>186</sup>.

Brizola, por sua vez, liderava a Frente de Mobilização Popular, um movimento dedicado a pressionar tanto os congressistas quanto o presidente pela execução das reformas que haviam sido anunciadas. De acordo com o historiador Marcos Napolitano, o governo Jango “travou duas batalhas decisivas no campo institucional”. Uma contra os parlamentares pela aprovação das reformas e outra com a crescente inflação que afetava o país. “Ambas foram perdidas”.<sup>187</sup>

Para o EME, essa ebulição política e social aparece indiretamente no discurso militar, sugerindo que as promessas de reformas como forma de resolver os problemas sociais seriam apenas ilusões para alienar as massas e garantir o controle e o acesso dos comunistas ao poder, conforme aparece na conclusão da unidade IV: “Grande número de democratas acredita, sinceramente, que os comunistas querem resolver os problemas [...] enquanto nós, os democratas, nada lhes dizemos. Calamos e deixamos os marxistas tentar iludir o povo”.<sup>188</sup> Para evitar essa constatação, o documento ainda sugere três ações urgentes para as forças militares:

Antes de chegarmos ao recurso extremo do emprego das armas, em situação sempre funesta para o país, devemos: 1º estudar detidamente o inimigo e seu armamento psicológico; 2º preparar o próprio armamento psicológico; 3º iniciar agora, e já um pouco tarde, a defesa da nossa democracia<sup>189</sup>.

A primeira das ações sugeridas pelos militares aparece descrita como já sendo realizada pelas forças armadas, enquanto as demais ações mencionadas, ao que tudo indica, tiveram desenvolvimento logo em seguida, visto que a guerra revolucionária extravasou os espaços de discussões militares e se tornou assunto público. Isso pode ter relação com a dificuldade de impedir a disseminação da propaganda ideológica e “ilusória” dos comunistas, diante dos inúmeros meios de comunicação existentes no país. Para isso, recomendou-se a criação de um amplo programa de contrapropaganda para transmitir em massa e de maneira coordenada as mensagens produzidas pelos militares, visando o “esclarecimento, a informação, com base na verdade”. Porém, “o fato de empregarmos o esclarecimento, não impede integralmente a **insinuação de um julgamento**, pelo fato de não ser elevado o nível cultural do nosso povo”.<sup>190</sup>

Através desse primeiro momento, os militares delegaram a si os poderes para julgar o que era bom ou não para a população, com o intuito de tutelar os interesses sociais a partir de seus próprios interesses. Até o golpe de 1964, o que se teve de discussão sobre a guerra

<sup>186</sup> NAPOLITANO, 2014, op. cit. p. 34.

<sup>187</sup> Ibid. p. 37.

<sup>188</sup> ESTADO-MAIOR DO EXÉRCITO, 1963, op. cit. p. 92.

<sup>189</sup> Ibid.

<sup>190</sup> Ibid. p. 94. Sublinhado do original.

revolucionária foi, na sua maioria, debates de caserna, ciclo de estudos militares e documentos informativos pelas instituições de Estado, sendo pouco ou quase nada de autoria civil. No entanto, após 1964, os conceitos da doutrina de guerra revolucionária aparecem na literatura, na imprensa, nas escolas e nos espaços não-militares, o que indica um novo momento histórico.

#### 2.4 SEGUNDA FASE: A PROPAGAÇÃO DOS CONCEITOS DE GUERRA

Nas primeiras semanas do ano de 1964, o então Secretário da Justiça do Governo do Estado do Rio Grande do Sul, José Antônio Aranha (Zuza Aranha), apresentou ao plenário da Assembleia Legislativa um depoimento com 18 laudas datilografadas, supostamente com indícios que confirmariam a existência de um projeto revolucionário colocado em desenvolvimento no país, como já havia sido denunciado pela imprensa em 1963, pelo jornalista e Chefe da Casa Civil, Plínio Cabral, mas que não repercutiu e nem recebeu atenção até 1964.

Estava em marcha um movimento revolucionário, tendo seus articuladores até marcado data para eclodí-lo, adiando-o por duas vezes”, sustentando que “o Governo do Estado havia abortado o golpe com medidas que tomou de forma secreta, mas que os aventureiros pretendiam levá-lo a cabo no início de janeiro”<sup>191</sup>.

Em seu depoimento, Zuza Aranha reafirmou que havia uma conspiração, conforme anunciada por Plínio Cabral, e destacou que os membros desse movimento revolucionário eram apenas peças no jogo de poder dos comunistas, cuja única missão seria a propaganda, a agitação social e a desmoralização do governo, sendo que “os verdadeiros chefes ou, o chefe verdadeiro, como tudo leva a crêr, permanece oculto no anonimato, hoje com o falso nome de ‘Oswaldo’ e amanhã com Pedro, João, como convém a qualquer conspiração”<sup>192</sup>. Com esse pronunciamento, o suposto “cabeça” por trás do movimento revolucionário, escondido sob a alcunha de Oswaldo<sup>193</sup>, ganhou as manchetes e foi o destaque de vários editoriais especulativos em torno da identidade desse líder comunista que estaria promovendo a revolução. Mas quem é Oswaldo?

“A inquieta interrogação está em tôdas as bocas: quem é ‘Oswaldo’, o misterioso chefe da ‘guerra revolucionária’ denunciada pelo Sr. Plínio Cabral?”<sup>194</sup>. Desde que este nome veio a público, o suposto líder da revolução comunista no Brasil – o “Oswaldo” – serviu de argumento

<sup>191</sup> CABRAL apud CALIL, Gilberto. Os integralistas e o golpe militar de 1964. *Revista História & Luta de Classes*, Rio de Janeiro, v. 1, p. 55-76, 2005. p. 65.

<sup>192</sup> ARANHA, José Antônio. *Conspiração tem um chefe (a quem Brizola obedece) usando falso nome “Oswaldo”*. Diário de Notícias, Porto Alegre, 08 de janeiro de 1964, p. 16.

<sup>193</sup> Personagem este que tem seu nome grafado como “Oswaldo”, “Oswaldo” ou “Oswaldos”, no plural, dependendo da fonte analisada.

<sup>194</sup> DIÁRIO DE NOTÍCIAS. *O Barrete do “Oswaldo”*. Editorial - Diário de Notícias, 00259. Ed. Porto Alegre, 09 de janeiro, 1964a, p 4.

para o discurso midiático explorar a suposta identidade desse líder revolucionário, aproveitando a oportunidade para também acusar os seus adversários políticos e aterrorizar a opinião pública.

“Os erros do sistema continental e o que possui de obsoleto não podem ser removidos à cubana, como querem os ‘Osvaldos’ nazi-comuno-fascistas da Rádio Mayrink Veiga e Adjacências”.<sup>195</sup> Nesse trecho do editorial publicado pelo Diário de Notícias de Porto Alegre, em 1964, é citado o Nazifascismo e o Comunismo como forma de desqualificar a emissora de rádio Mayrink Veiga, pois naquele contexto, esses ainda eram temas sensíveis no imaginário popular diante dos impactos provocados pela Segunda Guerra Mundial. Isso também facilitou a propagação de discursos incendiários e com a clara intenção de mobilizar a opinião pública contra a suposta revolução comunista que estaria sendo planejada pelos seus adversários políticos.

Reunidos pela Secretaria de Segurança Pública (SSP/RS), os supostos indícios da existência de um inimigo interno com o codinome de Osvaldo seriam apresentados pelo então secretário, Antonio Pires, logo após a fala de Zuza Aranha na Assembleia Legislativa. Essa narrativa ganhou força entre os grupos anticomunistas e serviu de argumento para o projeto golpista das forças armadas. Décadas mais tarde, o historiador Gilberto Calil investigou os indícios relatados na acusação de Zuza Aranha e conversou com Antonio Pires, o qual revelou:

No único e ligeiro encontro entre eu [Antonio Pires], José Antonio Zuza Aranha e Plínio Cabral para ajustamento dos ponteiros, acordou-se que se fosse necessário nominar o chefe da conspiração, este seria chamado de Otávio. **Zuza, no seu depoimento que antecedeu o meu em um dia, confundiu-se e nomeou Osvaldo em vez de Otávio.** Tive de confirmá-lo... O certo é que nunca existiu nem Osvaldo nem Otávio. Foi coisa de fértil imaginação<sup>196</sup>.

A confusão no pronunciamento de Zuza Aranha criou a figura do melindroso Osvaldo e o boato de sua existência deu munição para a artilharia editorial da imprensa anticomunista, que se beneficiou da situação para propelar uma narrativa ofensiva contra os adversários políticos. A personificação de Osvaldo nos discursos editoriais pode ter sido uma especulação midiática, mas, sem dúvidas, foi moldada nas estratégias da doutrina de guerra revolucionária para propagar a narrativa de que havia um inimigo interno infiltrado no país, somente aguardando o momento certo para insurgir contra o Estado e consolidar a revolução socialista.

Desde os anos de 1960, quando os primeiros estudos da guerra revolucionária são identificados no país, vários cursos de formação militar e conferências sobre a guerra revolucionária ocorreram dentro e fora dos quartéis, difundindo seus conceitos na sociedade civil. Conforme o datação dos documentos apresentados no Quadro 1, é possível perceber como

<sup>195</sup> DIÁRIO DE NOTÍCIAS. **O Conflito**. Editorial - Diário de Notícias, 00265. Ed. Porto Alegre, 15 de janeiro, 1964b. p. 4.

<sup>196</sup> PIRES *apud* CALIL, 2005, op. cit., p. 67. Grifado por mim.

o debate da guerra revolucionária atravessou praticamente toda a década de 1960 e 1970, inclusive fora dos espaços militares, como fica evidente no *Livro branco sobre a guerra revolucionária no Brasil*<sup>197</sup>, de autoria do jornalista Pedro Brasil, publicado em 1964 pela antiga Livraria do Globo S. A, de Porto Alegre, em que o autor reproduz, numa linguagem acessível, eloquente e quase na íntegra os mesmos conteúdos apresentados nos ciclos de estudos militares.

Para explicar o conceito de guerra revolucionária, Pedro Brasil reproduz a definição do cel. Augusto Fragoso, apresentada na conferência militar no ano de 1959, por onde ele afirma que “é a guerra que, apoiada por nas massas populares, conduzida por uma minoria atuante, utilizando contradições internas de um regime de govêrno [sic], encorajada ou apoiada do exterior, mobiliza os espíritos em torno de uma Idéia-Fôrça, visando apossar-se do Poder.”<sup>198</sup> Na conferência militar, Fragoso somente menciona o conceito de “Idéia-Fôrça”, mas não apresenta nenhum detalhe dos seus significados, deixando apenas uma descrição, pelo qual sugere que a “idéia-fôrça” é somente “uma ideologia bem adaptada às massas a conquistar”<sup>199</sup>.

Em contrapartida, Pedro Brasil se utiliza da liberdade poética nos textos de literatura para interpretar o conceito de “idéia-fôrça” para além da definição deixada por Fragoso. A prova disso é que Pedro Brasil, ao apresentar o conceito de “idéia-fôrça” ao leitor, explora as artimanhas discursivas e menciona determinados acontecimentos políticos e sociais para construir uma narrativa ideológica e direcionar a opinião pública contra certos grupos sociais.

Existindo a Idéia-Fôrça, torna-se fácil às minorias extremistas golpear as instituições, abalarem o organismo político-administrativo do país e iniciarem o estabelecimento de um nôvo Poder. [...] A “Idéia-Fôrça empregada no Brasil, “REFORMAS DE BASE”, não constitui nenhuma novidade, pois, já foi utilizada em outros países que sofreram as conseqüências [sic] do desenvolvimento do processo de Guerra Revolucionária<sup>200</sup>.

Ao citar a reforma de base como um exemplo do conceito de “Idéia-Fôrça”, o discurso de Pedro Brasil sugere uma reação ao leitor, podendo ser, entre inúmeras outras possibilidades, a aceitação de um posicionamento político contrário as reformas de base, mesmo que este evento possa não ter nenhuma relação com as ações revolucionárias. De todo modo, a escolha de Pedro Brasil em utilizar certos enunciados dentre tantos outros possíveis, não apenas reproduz a realidade discursiva criada pelo imaginário militar daquele período, como também expõe o jogo de forças em disputa e as intenções políticas e ideológicas de seus enunciadores.

<sup>197</sup> BRASIL, Pedro. **Livro Branco da Guerra Revolucionária**. Porto Alegre: Globo, 1964.

<sup>198</sup> ESTADO-MAIOR DAS FORÇAS ARMADAS, 1959, op. cit., p. 3-4.

<sup>199</sup> Ibid., p. 4.

<sup>200</sup> BRASIL, 1964, op. cit., p. 7.

De acordo com Foucault, os saberes são construções históricas que produzem efeitos de verdade e se revelam no exercício da função enunciativa, verbalizado ou materializado em práticas discursivas<sup>201</sup>. Isto é, a escolha de Pedro Brasil por um enunciado específico dentre tantos outros possíveis e em disputa, revela uma intenção política e ideológica de produzir uma realidade discursiva que dá legitimidade e também facilita o acesso de certos grupos ao poder.

Em outras palavras, todo enunciado dito ou escrito reproduz um vocabulário que se enquadra em um dado gênero discursivo (jurídico, político, educacional, religioso, jornalístico, científico, etc.), mesmo que o emissor não tenha consciência disso. Esses gêneros são formados em campos de representações simbólicas das atividades humanas, cada qual com suas regras, hierarquias, distinções, práticas e saberes em consenso ou em disputa por um lugar de poder.<sup>202</sup>

Dessa forma, quando se observa os enunciados da obra de Pedro Brasil, verifica-se que além da simpatia com as teses militares sobre a guerra revolucionária, o autor também se utiliza de uma estratégia retórica para sugerir uma reação interpretativa e previamente delineada ao interlocutor. Ou seja, ao se utilizar dos enunciados do gênero jornalístico e literário para produzir um saber informativo e cultural, Pedro Brasil, em sua obra, associa o movimento por reformas de base com a estratégia de “idéia-fôrça”, conceito esse que, para os militares, seria um indicativo da ação da guerra revolucionária. Ao citar esse conceito, Pedro Brasil deixa extravasar seu anticomunismo, além de deixar explícito que a sua intenção é convencer o leitor a se opor às reformas de base, pois, no imaginário do grupo que o autor integra, essa reforma anunciada pelo Presidente João Goulart representaria o avanço de uma das etapas da revolução.

Com efeito, a “ação psicológica” aparece com mais frequência no discurso da guerra revolucionária, apontando para as características de um inimigo que, cada vez mais, estaria ocupando espaços que não são, necessariamente, lugares físicos e concretos, mas dimensões performativas e políticas. Pode-se dizer que a doutrina de guerra revolucionária é um produto do imaginário militar que criou um arquétipo simbólico que se materializa através da linguagem. Esse arquétipo tem nas instituições literária, política, comunicativa, administrativas e sociais uma superfície fértil de (re)produção. Um arquétipo simbólico que se retroalimenta de “verdades” que naturalizam a negação da própria realidade coletiva para validar práticas discursivas que subvertem aquilo que realmente é por aquilo que se deseja ser.

---

<sup>201</sup> FOUCAULT, Michel. **Arqueologia do saber**. Trad. Luiz Felipe Baeta Neves, 7ª ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2009.

<sup>202</sup> SOBRAL, A. **Do dialogismo ao gênero**: as bases do pensamento do círculo de Bakhtin. Campinas: Mercado de Letras, 2009.

Por certo, as instituições político-administrativas de Estado contribuíram decisivamente para a construção desse arquétipo simbólico que projetou os interesses, medos, desejos e concepções militares também a população. Em um dos documentos de 1963, enviados ao EMA contendo uma proposta de modificação da *Concepção de Guerra*<sup>203</sup>, de autoria dos subchefes do EME e do EMAER, admite-se a existência de duas hipóteses de guerra para o Brasil: a hipótese preta e a hipótese branca. Tais hipóteses encontravam-se balizadas pelo Art. 4º da Constituição Federal de 1946, que considerava o uso da força militar apenas quando todos os esforços diplomáticos fossem esgotados, não restando outra alternativa que não fosse a guerra.

Por via de regra, a hipótese preta é colocada como uma situação que emerge junto ao antagonismo global, que tem “de um lado, as Nações Anticomunistas ou Mundo Livre e, do outro, o Bloco Comunista”<sup>204</sup>. Este último é considerado aquele que não segue as “regras convencionais” da guerra e rompe com os princípios éticos e morais da civilidade, objetivando, deste modo, “estender seu domínio a outras Nações”, através do contexto de “paz nominal”.<sup>205</sup>

A hipótese branca é caracterizada como “um conflito continental **sem conteúdo ideológico**, tendo o Brasil por adversários países do Continente, em particular, os limítrofes”<sup>206</sup>, podendo a guerra ocorrer em termos regulares ou irregulares, de modo que a não interferência das instituições diplomáticas internacionais, poderia fazer a guerra evoluir para a hipótese preta. Entretanto, a constatação óbvia de que não existe guerra sem conteúdo ideológico é mencionada no parecer de resposta enviado pelo c-alte. Antonio Junqueira Giovannini, subchefe da EMA.

A versão ora apresentada foi preconizada pelos Srs. Subchefes do Exército e da Aeronáutica no EMFA. O Subchefe da Marinha no EFMA discorda da versão por não terem nela sido observados pontos capitais [...] o que torna êsse documento irreal em face da situação nacional e internacional<sup>207</sup>.

Em face desta condição lógica, o subchefe da EMA indicou quatro tópicos para serem revisados, devendo ao documento final considerar o papel da Marinha nessas hipóteses de guerra, como também deve considerar – na hipótese branca – a função ideológica presente em todas as guerras, pois basta uma análise no continente para identificar “os centros irradiadores de subversão”, citando, como exemplo, “os potenciais países do continente, particularmente Cuba”<sup>208</sup>. Além disso, a revisão deveria considerar as características da guerra revolucionária e

<sup>203</sup> ESTADO-MAIOR DAS FORÇAS ARMADAS. *Concepção da Guerra*. Apresentado pelo CAlte Antonio Junqueira Giovannini. Rio de Janeiro, 1963.

<sup>204</sup> Ibid. p. 3.

<sup>205</sup> A “paz nominal” é um termo correlato à Guerra Fria”. Cf. Ibid. p. 3-4.

<sup>206</sup> Ibid. 8. Grifos pessoais.

<sup>207</sup> Ibid. p. 13.

<sup>208</sup> Ibid.

as estratégias de luta ideológica em ambas as hipóteses, pois, “só assim estará o documento ‘concepção de guerra’ adequadamente alicerçado e terá legítima e incontestável validade”<sup>209</sup>.

Esses estudos demonstraram que a guerra revolucionária se tornou preponderante durante os anos da guerra fria, de modo que uma nova concepção de guerra somente seria considerada se as disputas políticas e ideológicas fossem englobadas. Uma possível explicação para isso é a circulação da doutrina francesa no Brasil desde meados da década de 1950, tornando os assuntos políticos indissociáveis dos esforços de guerra. Essa concepção ocupou os espaços de estudos militares e transcendeu os quartéis para se tornar assunto popular, com evidências não-militares encontradas a partir de 1964, quando a guerra revolucionária aparece grifada em manchetes de jornais, páginas de livros, conteúdos publicitários ou citadas em propagandas radiofônicas e de telecomunicação, aparecendo nos mais variados espaços do cotidiano popular.

O subversivo “Osvaldo” foi um claro exemplo de como os conceitos da guerra revolucionária extravasaram os espaços militares. Mas a sua rápida assimilação pelas classes populares também se deu por outras duas razões. Por um lado, a incorporação dos conceitos da guerra revolucionária nas atividades institucionais do Estado fez com que essas ideias circulassem na sociedade como um discurso aparentemente técnico-institucional para que essas teorias mirabolantes recebessem credibilidade social. Por outro lado, os estudos militares dentro e fora dos quartéis popularizaram a guerra revolucionária entre escritores, jornalistas, publicitários e políticos anticomunistas que, por meio de uma linguagem didática, reduziram a complexidade teórica dos textos militares para torná-los acessíveis a um público ainda maior.

A partir dos anos de 1964, várias obras bibliográficas escritas para o público em geral foram publicadas por civis e militares. Textos escritos por civis sobre a guerra revolucionária, como é caso de Pedro Brasil e da equipe editorial do Diário de Notícias do Rio Grande do Sul, foram encontrados somente no ano de 1964, mas os textos escritos por militares para um público não-militar podem ser encontrados desde antes do golpe. Como é o caso dos “Livros para a juventude”, uma coleção de textos escritos em linguagem atrativa ao público infanto-juvenil.

A coleção foi escrita pelo cel. de Infantaria do QEMA, Francisco Ruas Santos, com título de *A guerra Revolucionária Comunista*<sup>210</sup>. Em leitura sumária, o livro traz em suas páginas iniciais a definição de alguns conceitos preliminares sobre o comunismo, marxismo, capitalismo, democracia, etc., e só depois explica como esses conceitos possuem relação com

---

<sup>209</sup> Ibid. p. 14.

<sup>210</sup> Os livros escritos pelo cel. Ruas Santos são mencionados por Pedro Brasil (BRASIL, 1964 op. cit.), levando a encontrar uma versão disponível no comércio digital. Cf. SANTOS, Francisco Ruas. **A Guerra Revolucionária Comunista**. Livros para a Juventude, Rio de Janeiro: Distribuidora Record de Serviço de Imprensa, 1964.

a chamada guerra revolucionária. Ao apresentar ao leitor o que seria essa guerra, cita exemplos da suposta atuação comunista no Brasil, onde estariam infiltrados, como estariam agindo, quais seriam suas intenções e, na conclusão, recomenda aos leitores algumas ações para enfrentá-los.

Desde as primeiras páginas, quando aparecem os tópicos para fundamentar os conceitos da teoria marxista, o posicionamento ideológico do autor é evidenciado na maneira em que suas ideias são enunciadas para conduzir o leitor. Em um dos trechos em que o autor se propõe a explicar a teoria econômica marxista, aparecem termos e jargões pejorativos propositalmente para que o leitor seja levado a formar uma opinião ideologicamente equivocada sobre o assunto.

**O grande mal** da doutrina marxista é que, para a inegável exploração que denunciou, tenha correspondido, na prática o sectarismo intransigente da ‘sua solução’, a qual implica, irremediavelmente, na **perda da Liberdade e da dignidade humana** [...] Em nome de uma pretensa libertação, o marxismo-leninismo transforma os homens em **escravos do Estado**. Em nome de uma **felicidade total ilusória**, tudo é subordinado aos interesses do Estado, encarnado por uma minoria, tal como acontece em todos os **regimes totalitários**.<sup>211</sup>

Pelo trecho, nota-se que a intenção do autor não foi apenas explicar a teoria marxista, mas foi, sobretudo, criar uma versão paralela dessa teoria. Para isso, foram usados termos depreciativos para provocar um terror ideológico no leitor e, dessa forma, forçá-lo a negar toda e qualquer tese que fosse atribuída aos comunistas. Entretanto, essa intenção aparece com maior evidência quando o assunto principal é enunciado. Para explicar a guerra revolucionária, o cel. Ruas Santos explica o funcionamento da guerra regular (em referência à Clausewitz) e como as armas nucleares impactaram esse tipo de confronto, forçando uma mudança nas estratégias de luta. Uma dessas mudanças teria sido a guerra revolucionária, que teria o objetivo de “dobrar a vontade do Estado por meio de outra forma de violência, a *violência espiritual*, a *conquista espiritual*, o *domínio espiritual* sobre a população, meio de submetê-la também fisicamente”.<sup>212</sup>

O cel. Ruas Santos ainda completa seu argumento com a preocupação da “coexistência pacífica” com os comunistas. “Os ignorantes, os idiotas, os ‘inocentes úteis’ e os criptocomunistas, apresentam-na como prova de que não há mais luta e que pode o mundo democrático confiar no comunista”<sup>213</sup>, mas, para o autor, seria impossível conviver democraticamente com os comunistas justamente pela existência dessa nova forma de guerra que ocorre silenciosamente. De acordo com Ruas Santos “a arma principal nessa nova forma de guerra é a *psicológica*, os projéteis são as *palavras* [e] os instrumentos são os do terror”.<sup>214</sup>

---

<sup>211</sup> Ibid. p. 29. Grifos meus.

<sup>212</sup> Ibid. p. 51.

<sup>213</sup> Ibid.

<sup>214</sup> Ibid.

O conceito da guerra revolucionária é reproduzido pelo autor com base em um dos documentos publicado em 1961<sup>215</sup>, mas, nesse caso, com uma linguagem didática, atrativa e persuasiva para explicar ao público alvo – o jovem – como funcionariam os mecanismos dessa nova guerra. Para isso, o cel. Ruas Santos menciona as cinco fases da guerra revolucionária, citadas pelo tcor. Hermes de Araújo Oliveira, mas reduzindo-as e adaptando-as para três: a 1ª fase seria a implantação, momento em que ocorreriam as infiltrações nas instituições administrativas e a impregnação ideológica entre as classes suburbanas, rurais, paupérrimas e de mais baixa escolaridade, devido a facilidade de angariar apoio; a 2ª fase seria a organização, pelo qual surgiriam grupos organizados e com suporte institucional (estrangeiro ou não) para dar recursos, apoio logístico, proteção e avançar com o programa revolucionário; por fim, a 3ª fase seria a militarização, quando as guerrilhas apareceriam com maior força contra as autoridades e governos para destituí-los, usando, para isso, a violência revolucionária sem receio, visto que, a essa altura, as massas já teriam sido conquistadas pelo discurso comunista.

Embora seja possível identificar o propósito do livro desde as primeiras linhas, o autor faz questão de expor seu objetivo nas páginas finais, ao escrever que “êste livrinho poderá servir, na falta de outro, de manual anticomunista” direcionado ao jovem para que eles “façam logo o que é preciso, procurando conhecer mais do que aquilo que afloramos páginas atrás”,<sup>216</sup> em clara referência ao tópico de preparação e mobilização, pelo qual sugere dicas aos jovens.

Em cada localidade deve existir *monitores de ação psicológica* democrática, na base de um por grupo social anticomunista (igreja, sindicatos, colégio, faculdade, quarteirão, etc). [...] O papel principal dêsse *dirigente* será o de coordenar as ações de endoutrinamento em sua área. Cada monitor preparará um grupo de novos monitores através da aplicação de um *manual anticomunista*. Os novos monitores assim formados formarão novos grupos e, dêsse modo, sucessivamente, até esgotar as possibilidades do endoutrinamento de preparação.<sup>217</sup>

O caráter didático com que o cel. Ruas Santos organiza suas ideias são de inegável eloquência, pois utiliza de uma estrutura de escrita com assertivas claras e objetivas. Mas apesar da elegância, o autor não esconde a intenção ideológica e doutrinária de seus comandos. Quando o autor sugere a criação de “monitores de ação psicológica” para que exerçam atividades de “endoutrinamento” anticomunista nas “igrejas, sindicatos, colégios, faculdades, quarteirão” e em toda comunidade, há uma evidente contradição, pois seriam exatamente as mesmas atividades que os miliares acusaram os subversivos comunistas de estar fazendo. Ora, se esse tal inimigo interno – o comunista – estaria infiltrado na sociedade para subverter o apoio da

<sup>215</sup> O documento mencionado é o FA-E-01/61, que traz as definições dos conceitos em torno da guerra revolucionária. Cf ESTADO-MAIOR DAS FORÇAS ARMADA, 1961, op. cit.

<sup>216</sup> SANTOS, 1964, op. cit, p. 83.

<sup>217</sup> Ibid. p. 77.

população mediante as atividades ideológicas de doutrinação, então os jovens monitores seriam uma espécie de subversivo anticomunista. O contraditório é que a atuação desses monitores não seria para impedir a doutrinação da população pelos comunistas, e sim de praticá-la antes deles.

Tanto na bibliografia militar quanto na literatura na popular, foram usados artifícios discursivos para explorar temas do imaginário social considerados *tabus* – como o aborto, o uso de drogas, a sexualidade, a pornografia, a concepção familiar, a moralidade religiosa, entre outros – e colocá-los dentro de uma agenda revolucionária, visando provocar a insatisfação popular contra as pautas sociais e políticas que fossem consideradas incompatíveis com os interesses das elites políticas e militares ou que ameaçassem os privilégios das classes dominantes. Esse discurso não apenas legitimou o Golpe de Estado em 1964, como tornou o anticomunismo uma política de Estado, pelo qual as forças armadas violaram os direitos constitucionais para perseguir qualquer oposição considerada um ameaça à segurança nacional.

Com base na questão levantada no início desta dissertação – como a doutrina de guerra revolucionária teria contribuído para transformar o Estado Brasileiro em uma máquina de guerra anticomunista – os indícios encontrados nos documentos militares apontam para a hipótese de que os militares usaram do discurso da guerra revolucionária para explorar o imaginário social e, assim, usufruir dos recursos do Estado, suas as instituições disciplinares, seus meios coercitivos, suas forças armadas para construir uma narrativa hegemônica que pudesse garantir os interesses das classes dominantes e silenciar (e eliminar) seus adversários.

Mediante as fontes analisadas, o que se provou foi que as instituições militares se apropriaram da doutrina de guerra revolucionária francesa e adaptaram-na para convencer a população de que haveria uma revolução comunista sendo planejada no país. Mas quem estava planejando? Quem eram os mentores desse plano? Onde eles estariam? Sem fatos, provas ou indícios que pudessem sustentar essas alegações, tudo o que restou aos militares foi explorar os tabus do imaginário social e assuntos conflitantes da sociedade, como forma de convencer a opinião pública que, de fato, haveria uma ameaça comunista no país. E pior, criou-se a narrativa de que essa ameaça comunista estaria sendo apoiada pelo presidente, visto que antes do golpe ocorrer, João Goulart havia anunciado amplas reformas e tardou em esclarecer quais seriam elas e de que forma elas ocorreriam.<sup>218</sup> O governo João Goulart se tornou alvo de opositores políticos e militares que não perderam a oportunidade de explorar o anticomunismo e atacá-lo.

---

<sup>218</sup> De acordo com o historiador Calor Fico, Jango teve sua imagem prejudicada anunciar reformas e “tardar muito a apresentar com clareza aquilo que demandava-as “reformas de base” que vinha anunciando como indispensáveis para o Brasil” e isso se tornou alvo das críticas de oposição. Cf. FICO, Carlos. **O Grande Irmão: da Operação Brother Sam aos anos de chumbo: o Governo dos Estados Unidos e a Ditadura Militar Brasileira**. Editora Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 2008, p. 69.

O uso do discurso anticomunista se mostrou uma estratégia eficiente para conquistar o apoio da opinião pública na criação de novos sistemas políticos e sociais ou de preservá-los. Nesse sentido, o imaginário se tornou um objeto de disputas, de lutas (e por que não de guerra?) pelo qual os agentes concorrentes tendem a utilizar todos os meios à sua disposição para conquistar *capitais*<sup>219</sup> (políticos, culturais, sociais, etc.) e impor as suas representações simbólicas como legítima, a fim de monopolizar sua visão e firmar dominância. E se o Estado for considerado como resultante de um processo de concentração de diferentes tipos de capital, como defende o sociólogo Pierre Bourdieu, então esse Estado também seria um tipo de *metacapital*.<sup>220</sup>

O Estado, à medida que acumula em grande quantidade diferentes espécies de capital, encontra-se dotado de um metacapital que permite exercer um poder sobre qualquer capital [...] o Estado, como detentor de um metacapital, é um campo dentro do qual os agentes lutam para possuir um capital que dê poder sobre os outros campos.<sup>221</sup>

Nessas condições, o Estado, sendo um campo detentor deste metacapital com amplos poderes para exercer força sobre os outros campos e capitais, se torna também um objeto de disputa por acesso ao seu imenso metacapital, sendo esse “um dos princípios unificadores do campo do poder é que as pessoas que dele fazem parte lutam pelo poder sobre o Estado, por esse capital que dá poder sobre a conservação e a reprodução das diferentes espécies de capital”<sup>222</sup>.

Tomando esses conceitos de Bourdieu, o anticomunismo no Brasil é um verdadeiro campo simbólico, composto por regras, hierarquias e disputa entre os membros que pertencem ou aqueles que buscam pertencer ao campo, bem como a luta para manter ou alcançar novas posições na hierarquia do campo. E como esse campo não é um espaço físico, nem estático, e sim um espaço simbólico, dinâmico, que se transforma e se constrói na interação com outros campos, expandindo ou retraindo suas fronteiras, também depende das condições externas, isto é, ao contexto sociohistórico que atravessa todos os campos e exerce força sobre eles.<sup>223</sup>

Dessa forma, quando o campo do anticomunismo interage com o campo do poder, a conquista do Estado consolidaria sua posição hegemônica, podendo exercer controle e força sobre os demais campos. Agora, se por intermédio das fontes documentais apresentadas foi possível demonstrar o anticomunismo enraizado no discurso militar, então é possível deduzir

---

<sup>219</sup> O sociólogo Pierre Bourdieu cunhou o conceito de capital cultural, mas que também pode ser econômico, social, político, entre outros que possuem valores determinados pelas regras e leis de cada campo de atividade humana e servem de ascensão ou manutenção da hierarquia dos membros que compõe esse campo. Cf. BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.

<sup>220</sup> BOURDIEU, Pierre. **Sobre o Estado**: cursos no Collège de France (1989-92). Editora Companhia das Letras, 2014.

<sup>221</sup> Ibid., p. 362.

<sup>222</sup> Ibid., p. 363.

<sup>223</sup> Ibid.

que após Golpe de Estado em 1964, o anticomunismo também foi institucionalizado e passou a orientar as decisões políticas de governo, visto que o autoritarismo rapidamente se alastrou pelas instituições de poder e o Estado Brasileiro acumulou denúncias de violência militar, perseguição política, desaparecimento e tortura de opositores, restrições no acesso à informação, entre outras ações que fizeram parte do cotidiano brasileiro por mais de duas décadas.

## CAPÍTULO 3. O ANTICOMUNISMO COMO PROJETO DE PODER

### 3.1 O MODELO DE ESTADO MILITAR

Com a destituição de João Goular, em 1964, um dos primeiros desafios para os golpistas foi encontrar legitimidade para manter o funcionamento do Estado e assegurar o controle social diante da instabilidade que se formou no país. Ranieri Mazzilli, que presidia a Câmara de Deputados, assumiu a Presidência da República provisoriamente, conforme previa o processo constitucional, buscando dar ao golpe um aparência de legalidade, pois, paralelamente, havia uma Junta Militar composta pelos ministros-chefes das Forças Armadas<sup>224</sup> governando o país.

Apesar do golpe ter sido articulado com o apoio de grupos sociais anticomunistas, além do apoio das elites políticas e da imprensa golpistas, não demorou para que movimentos organizados e grupos sociais legalistas – como a União Nacional dos Estudantes (UNE) – se manifestassem publicamente para convocar protestos contra o ato golpista e o governo ilegítimo que havia sido formado. Contraditados pela falta de legalidade, a expressão jurídica do novo regime foi formada pelos Atos Institucionais (AI), um tipo especial de poder que autorizou os militares a sobrepor o texto constitucional por meio de atos arbitrários, sem contrapesos legais.

A revolução vitoriosa se investe no exercício do Poder Constituinte. Este se manifesta pela eleição popular ou pela revolução. Esta é a forma mais expressiva e radical do Poder Constituinte. Assim a revolução vitoriosa, como Poder Constituinte, se legitima por si mesma... Os processos constitucionais não funcionaram para destituir o **governo, que deliberadamente se dispunha a bolchevizar o País**. Destituído pela revolução, só a esta cabe ditar as normas e os processos de constituição do novo governo e atribuir-lhe os poderes ou os instrumentos jurídicos que lhe assegurem o exercício do Poder no exclusivo interesse do País<sup>225</sup>.

Pelo preâmbulo do Ato Institucional nº 1, de 9 de abril de 1964, o destaque feito no texto coloca em evidência a visão militar de que havia uma ameaça comunista tentando “bolchevizar” o país, fazendo uma referência a agremiação partidária dos bolcheviques, que saíram vitoriosos da Revolução Russa de 1917. Tanto nesse ato, quanto nos outros que foram publicados ao longo dos vinte anos de ditadura, a falta de uma justificativa legítima que pudesse validar a intervenção militar nos assuntos políticos tornou o discurso da guerra revolucionária um importante recurso retórico para justificar os atos e as ações arbitrárias contra os adversários.

<sup>224</sup> A Junta Militar formada pelo alto-oficialato das Forças Armadas, em 1964, era composta pelo vice-almirante Augusto Rademaker Grünewald, da Marinha, o tenente-brigadeiro Francisco de Assis Correia de Melo, da Aeronáutica, e o general Artur da Costa e Silva, da Guerra.

<sup>225</sup> BRASIL. Presidência da República. **Ato Institucional nº 1, de 9 de abril de 1964**. Dispõe sobre a manutenção da Constituição Federal de 1946 e as Constituições Estaduais e respectivas Emendas, com as modificações introduzidas pelo Poder Constituinte originário da revolução Vitoriosa. Brasília: Planalto, Casa Civil, 9 de abril de 1964. Disponível em: [www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/ait/ait-01-64.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ait/ait-01-64.htm) Acesso em: 14 fev. 2021. Grifos meus.

No entanto, entre os próprios militares do alto-oficialato havia divergências em torno da qualidade democrática do golpe e do novo governo que tentava se consolidar. De acordo com o historiador João Roberto Martins Filho, havia, basicamente, dois grandes grupos com ideologias bem definidas e que se confrontavam em relação as decisões que deveriam ser tomadas. De um lado, haviam os militares com um posicionamento mais moderado, mais liberal e com percepção de que as ações de comando deveriam ser tomadas dentro das linhas da legalidade, enquanto, do outro lado, haviam os militares com um posicionamento mais incisivo, os chamados “linha-dura”, por defenderem o endurecimento do regime jurídico do Estado.<sup>226</sup>

Essa divisão também aparece na forma de conduzir o governo. Quando o sub-chefe do EMFA, o Marechal H. A. Castelo Branco foi escolhido para assumir a presidência, entre 1964 e 1967, fazia parte do primeiro grupo da classificação de Martins Filho – os liberais, os “legalistas” – e que também são chamados pelo historiador Marcos Napolitano de “grupo castelista” e “Sorbonne”, conhecidos por manterem um posicionamento político estratégico.<sup>227</sup>

Quando foi publicado o AI-1, houve uma tentativa de preservar o ordenamento do texto constitucional de 1946, apenas inserindo novos comandos a partir desse novo ato, pois havia a necessidade de dar uma expressão jurídica e uma suposta legalidade ao modelo de Estado que os militares tentavam construir. O AI-4, por sua vez, foi a tentativa de oficializar o regime de exceção. O Congresso Nacional foi convocado para que uma nova constituição fosse votada, de modo que as leis, atos e decretos já publicados pelos militares fossem incorporados, apenas como forma de manter uma aparência jurídica de legalidade. Mesmo com a intimidação e o risco de perderem o seu mandato, os parlamentares conseguiram incluir a garantia dos direitos fundamentais, ainda que fosse apenas uma formalidade, visto que o texto constitucional havia sido feito arbitrariamente, como forma de “assegurar a continuidade da obra revolucionária”.<sup>228</sup>

Embora se crie uma impressão de que havia um processo legislativo e constitucional em pleno funcionamento, desde que foi publicado o AI-1, a aventura golpista iniciou com o expurgo dos adversários políticos dentro do Congresso, cassando seus mandatos, perseguindo e interferindo no Poder Legislativo. O Congresso foi fechado e reaberto somente para manter uma aparência de legalidade. A autorização dada ao Poder Executivo para suspender os direitos políticos foi um forte instrumento repressivo para manter um Congresso alinhado aos militares.

Somente na Câmara dos Deputados, os Atos de nº 1, 2 e 4do autodenominado Comando Supremo da Revolução cassaram, já em abril de 1964, cerca de cinquenta

<sup>226</sup> MARTINS FILHO, João Roberto. **O palácio e a caserna**. São Carlos: Edufscar, 1995, p. 56.

<sup>227</sup> NAPOLITANO, Marcos. **1964: história do regime militar brasileiro**. Editora Contexto, 2014, p. 249.

<sup>228</sup> BRASIL. Presidência da República. **Ato Institucional de nº 4**, de 7 de dezembro de 1966. Coleção de Leis do Brasil - 1966, Página 3, Vol. 7. Brasília, 1966.

mandatos de deputados, cerceando diretamente parte significativa da oposição parlamentar e colocando sob ameaça todos os demais parlamentares, incluídos os apoiadores do golpe de Estado<sup>229</sup>.

Com efeito, a convocação dos parlamentares para a apreciação e aprovação dos atos oficiais não pode ser confundida com o processo legislativo habitual, pois os ritos democráticos e as formalidades constitucionais foram usadas estrategicamente para criar a dimensão performática da ditadura e, desse modo, dar uma aparência de legalidade às infrações e violações cometidas. O fato é que essa dimensão performática dificultou uma reação imediata da população, pois se havia uma aparência de legalidade, haviam também aqueles que, por conveniência ou simpatia, não admitiam a ação golpista e permitiram que os militares permanecessem ao poder. Além do mais, a apropriação dos recursos do Estado pelos militares facilitou o uso da chamada “psicopolítica” como estratégia de contraposição às críticas sociais.

No *Boletim Informativo de nº 2.448*, elaborado pelo Centro de Inteligência do Exército (CIE), em 25 de setembro de 1969, com a finalidade de dar conhecimento ao Ministro-Chefe do Exército sobre os assuntos que seriam temas do curso de formação militar – que viria a acontecer durante a Conferência de Chefes de Informações dos Exércitos Americanos – foi mencionado a situação do comunismo no Brasil e ao redor do mundo. O objetivo do curso seria demonstrar aos militares dos países latino-americanos como as ações revolucionárias e as suas táticas psicológicas estariam subvertendo os valores e princípios das sociedades de economia capitalista. Para realizar tal feito, esses comunistas estariam infiltrados nos mais variados espaços da vida cotidiana para difundir as ideias revolucionária e, portanto, obter apoio popular.

A infiltração nas entidades de classe foi consideravelmente diminuída depois de 1964, tendo os comunistas sofrido um forte revés com a perda de importantes cargos de direção. A infiltração nas sociedades - organizações sociais - é de forma a causar preocupações, particularmente pela ação que vem sendo desenvolvida pelo clero "progressista" e seus auxiliares leigos da AP.[Ação Popular] [...] [Por meio da propaganda] que vem sendo feita, quase continuamente, através de vasta literatura comunista tradicional ou mesmo de autores mais modernos, particularmente nos setores artísticos - culturais e universitários.<sup>230</sup>

No trecho, a infiltração subversiva estaria sendo realizada por membros do grupo da Ação Popular (AP), uma organização suprapartidária, fundada em 1962, com o objetivo de lutar pela reforma radical das estruturas do Estado. Em 1964, a AP aglomerou diversas organizações progressistas de acadêmicos, religiosos, movimentos juvenis e de trabalhadores urbanos e rurais para reivindicarem as demandas populares e enfrentarem a repressão da ditadura. Porém, de

<sup>229</sup> AZEVEDO, Débora Bithiah; RABAT, Márcio Nuno. **Parlamento Mutilado**: Deputados Federais cassados pela ditadura de 1964. Brasília: Biblioteca Digital da Câmara dos Deputados, 2012, p. 34.

<sup>230</sup> Relatório sobre a situação da “Organização Subversiva do PC”. In: CENTRO DE INTELIGÊNCIA DO EXÉRCITO. **Informação nº 2.448**. S/102. Informação, Rio de Janeiro, 25 set 1969. p. 18-19.

acordo com a versão dos militares, a AP seria uma grande “facção de esquerda”, pelo qual “os militantes intelectuais, estudantes e elementos do clero ‘progressista’, todos da classe média”, estariam usando da sua posição de privilégio para amplificar o discurso revolucionário e, desse modo, fazer circular as propaganda do “socialismo econômico e um marxismo adaptado, por êles chamado ‘marxismo cristão’, optando pela luta armada como meio de alcançar êsse fim”.<sup>231</sup>

No *Boletim Informativo n° 2.448* também é mencionado que após o golpe militar de 1964, os movimentos da Ação Popular foram monitorados pelas autoridades e teriam sido combatidos pelos militares assim como foram os grupos de guerrilheiros liderados por Carlos Marighela<sup>232</sup>. As guerrilhas eram temidas pelos militares e foram colocadas como prioridade de enfrentamento, pois, de acordo com a doutrina da guerra revolucionária, quando grupos armados surgissem na sociedade, este seria um indicativo de que os comunistas teriam avançado em uma das fases da revolução, conforme o esquema programático proposto pelo tcor. Oliveira.

**Quadro 3** – Esquema programático das fases da guerra revolucionária.

<b>GUERRA REVOLUCIONÁRIA</b>		
<b>Programa e esquema</b>		
<b>Fases</b>	<b>Destrutivas (-)</b>	<b>Construtivas (+)</b>
1. <sup>a</sup>	<b>Desagregação</b> da ordem estabelecida (greves, tumultos). <i>(alerta da opinião)</i>	<b>Seleção e formação de base dos quadros</b> – envio de emissários, propagandistas, condutores ( <i>activistas</i> ) – procura de <i>simpatizantes</i> que se tornem em <i>militantes</i> e depois em <i>quadros locais</i> .
2. <sup>a</sup>	<b>Intimidação</b> dos indivíduos e das multidões – terrorismo selectivo – sabotagem – guerrilhas <i>(batalha para a cumplicidade do «silêncio»)</i>	<b>Difusão da ideologia revolucionária na massa</b> <b>Impregnação psicológica</b> que utiliza todos os temas da propaganda – comício, desfiles monstros, «slogans» – repetição sistemática dos temas por todos os meios
3. <sup>a</sup>	<b>Desmoralização</b> de todos os meios políticos e militares do adversário – negação dos sucessos – ampliação dos insucessos – intoxicação – desenvolvimento do cepticismo – pôr em dúvida a boa fé dos dirigentes <i>conjuntamente</i> com propaganda intensiva orientada para o exterior (neutros em particular)	<b>Enquadramento das «massas»</b> (ou activação das MASSAS) – sindicatos – movimentos de juventude – sociedades diversas – comités locais e estabelecimento progressivo das HIERARQUIAS PARALELAS
4. <sup>a</sup>	<b>Eliminação</b> dos irreductíveis – deixa de haver quartel para os «duros» que resistiram às fases 2 e 3 – terrorismo «sistemático» substitui o «selectivo» – «batalha de esgotamento» – liquidações físicas – deportações – execuções em massa	<b>Edificações por zonas de novas estruturas</b> – autoridade de facto sobre certas regiões – mancha de azeite – governo provisório
5. <sup>a</sup>	<b>Conquista do Poder</b> e depois <b>Consolidação</b> Instalação da máquina do <i>PARTIDO</i> que substitui oficialmente o antigo regime	

**Fonte:** Adaptado de OLIVEIRA, 1965, op. cit., p. 92.

<sup>231</sup> Relatório sobre a situação da “Ameaça do Comunismo Interno. In: *Ibid.*, p. 7.

<sup>232</sup> *Ibid.*, p. 26.

De acordo com esse esquema, a conquista do poder somente se daria após a consolidação de todas as fases revolucionárias. Essas fases foram divididas em “ações destrutivas” e “ações construtivas”, sempre interligadas e interagindo entre si. Durante as duas primeiras fases, os subversivos tentariam provocar greves, tumultos e desordem para criar “desagregação” (fase 1) entre a população, visando explorar as debilidades e contradições para recrutar novos membros. De modo mais agressivo, o processo de “intimidação” (fase 2) se daria com atos de sabotagem, terrorismo e o surgimento de guerrilhas, que teriam por objetivo abalar e conquistar a população pelo medo, pelo “silêncio”. Para o tcor. Oliveira, este seria o momento dos comícios e propagandas com promessas irrecusáveis, que só o comunismo poderia cumprir.

E assim como ocorre na fase de intimidação, a fase de “desmoralização” (fase 3) seria o momento pelo qual os subversivos alimentam as divergências internas, destacam os antagonismos, exploram as fraquezas e incentivam o confronto para provocar desestabilidade nos poderes constituídos. Tal feito ocorreria para facilitar o “enquadramento das massas”, uma forma de recrutamento mais sutil, pois aconteceria dentro das instituições em que os subversivos estariam infiltrados. Como recurso alternativo ao recrutamento pacífico, a fase de “eliminação” (fase 4) seria uma medida extremamente radical, pois torna aceitável a perseguição e eliminação dos “irredutíveis” ao projeto comunista. Por fim, a fase de “conquista” (fase 5) seria o resultado das demais fases e teria como evento a transformação da organização político-partidária em uma organização político-administrativa do novo governo.

Em termos práticos, quando o *Boletim Informativo n° 2448* indica que a AP é uma associação de esquerda e seus membros são subversivos infiltrados, então a perseguição, a repressão e até mesmo a eliminação desses grupos encontraria legitimidade no discurso de contenção do avanço das fases revolucionárias. Percebe-se, portanto, que o uso do discurso da guerra revolucionária não apenas teria servido para manter uma aparência de legalidade ao governo militar, mas também, e sobretudo, para tornar aceitável a aniquilação dos opositores.

Em dezembro de 1973, o Centro de Informações de Segurança da Aeronáutica (CISA) enviou ao Ministério da Aeronáutica, através do *Boletim de Informação n° 165/CISA*, dois exemplares da obra *Psicopolítica - Técnica de Lavagem Cerebral*<sup>233</sup>, publicada inicialmente em 1966, do estadunidense Kenneth Goff, que teria se dedicado a analisar os métodos de dominação mental e psicológica que, de acordo com o autor, teria sido invenção dos soviéticos.

A Psicopolítica é a arte e a ciência de obter e manter um domínio sobre o pensamento e as convicções dos homens, dos funcionários, dos organismos e das massas e de conquistar as nações inimigas por meio do «tratamento mental». A Psicopolítica

<sup>233</sup> GOFF, Keneth. *Psicopolítica – Técnica de Lavagem Cerebral*. Buenos Aires: Editorial Nuevo Orden, 1966.

subdivide-se em várias categorias, cada uma das quais deriva, natural e logicamente da anterior. A primeira trata da constituição e anatomia do Homem, enquanto organismo político. A segunda é o estudo do Homem, enquanto organismo econômico que pode ser controlado por seus desejos. [...] A potência e o alcance da Psicopolítica não podem ser subestimadas, em especial quando se aplica em nações decadentes em virtude de um pseudo-intelectualismo, nas quais a exploração das massas combina-se facilmente com ações psicopolíticas e, particularmente, naquelas em que a cobiça dos regimes capitalistas ou monárquicos já tenham ocasionados grandes contingentes de neuróticos, que oferecem terreno fértil para a atividade das equipes peritas em Psicopolítica.<sup>234</sup>

É interessante notar que a eficiência da psicopolítica aparece relacionada ao baixo nível de escolaridade, descrito como “pseudo-intelectualismo”, o que facilitaria a conquista da opinião pública. Nessa mesma lógica, os comandantes das forças armadas acreditavam que a população brasileira mantinha um déficit educacional – o que era verdade, pois nos anos de 1960, cerca de 87% da população com mais de 15 anos não haviam sequer concluído o 1º grau escolar (atual ensino fundamental I e II)<sup>235</sup> – e, por isso, seriam incapazes de perceber a ameaça comunista em torno da sociedade. Diferentemente dos militares, que se consideravam instruídos, inteligentes e com perspicácia para não apenas identificar o perigo comunista, como também delegaram a si os poderes para determinarem o que era ou não interesse da população.

De todo modo, o simples envio das obras de Kenneth Goff é um indício insuficiente para afirmar que os militares tenham adotado as técnicas da psicopolítica. Porém, é possível estabelecer um paralelo entre os conceitos de “psicopolítica” e de “ação psicológica”, sendo este último o qual circulou com frequência nos cursos militares. Quando Goff define que o objetivo da psicopolítica é “conquistar as nações inimigas por meio do *tratamento mental*”,<sup>236</sup> há uma similaridade com o significado do conceito de ação psicológica nas doutrinas militares, o qual teria por objetivo a conquista dos corpos por meio da conquista das mentes e espíritos.<sup>237</sup>

Em ambos os casos, o subversivo possui funções bem determinadas. Para Goff, o subversivo usaria das técnicas de lavagem cerebral e da psicopolíticas para “quebrar” psicologicamente o inimigo, impossibilitando-o da batalha<sup>238</sup>. Para a doutrina de guerra revolucionária, os tcor. Oliveira cita que o objetivo da ação psicológica serve para impregnar e intoxicar a população, visando enfraquecê-la e depois cooptá-la<sup>239</sup>. Esses conceitos tomam uma

<sup>234</sup> Ibid. p. 28.

<sup>235</sup> Em 1960, 46% da população brasileira com mais de 15 anos era analfabeta, 41% tinha apenas o Fundamental 1ª fase, 10% com o Fundamental 2ª fase, 2% com o Ensino Médio (2º grau) e somente 1% com ensino superior. Cf. BRASIL. INEP. Estatísticas da Educação Básica no Brasil. Relatório para a Conferência Internacional de Educação em Genebra, 1996. Brasília: PNUD/IPEA, 1996. Disponível em: [https://download.inep.gov.br/publicacoes/institucionais/estatisticas\\_e\\_indicadores/estatisticas\\_da\\_educacao\\_basica\\_no\\_brasil.pdf](https://download.inep.gov.br/publicacoes/institucionais/estatisticas_e_indicadores/estatisticas_da_educacao_basica_no_brasil.pdf). Acesso em: 20 de jul. 2021.

<sup>236</sup> GOFF, 1966, op. cit. p. 28.

<sup>237</sup> OLIVEIRA, 1965, op. cit., p. 92.

<sup>238</sup> GOFF, 1966, op. cit. p. 32.

<sup>239</sup> OLIVEIRA, 1965, op. cit., p. 96.

proporção maior após a realização do Congresso Cultural de Havana, em janeiro de 1968, que reuniu intelectuais do mundo todo para debater a democratização do programa comunista.<sup>240</sup>

Na leitura dos militares, os congressistas de Havana teriam se reunido para formular uma nova estratégia revolucionária, tendo como objetivo aplicar as teorias marxistas-leninistas aos meios de produção cultural, como as escolas, universidades, igrejas, centros estudantis, instituições científicas, na escrita literária, na música, na arte, etc., visando conquistar o monopólio das referências simbólicas e culturais. A população, por sua vez, seria um alvo frágil e teriam pouco discernimento para identificar a manipulação ideológica dessa “equipe de inclinação marxista-leninista”, que, desde 1964, estaria se aproveitando dos “inocentes úteis”.<sup>241</sup>

Com a renúncia do Presidente Jânio Quadros em 1961, criou-se no país uma situação que pôs sob séria ameaça a manutenção da Democracia; O despreparo do Presidente que o substituiu e, por isso mesmo, o seu envolvimento progressivo por uma equipe de inclinação marxista-leninista e outros oportunistas ou «inocentes», levaram o Brasil à iminência de uma revolução comunista. Foram indícios mais que evidentes desse desvio dos rumos tradicionais da Nação.<sup>242</sup>

Esse trecho foi retirado do *Manual de Campanha C 100-20: Guerra revolucionária*, um documento que foi elaborado pelo EME para orientar o alto-oficialato militar, em 1968 – em pleno contexto do AI-5 – composto por vários textos teóricos e diretrizes estratégicas para enfrentar a guerra revolucionária. Na primeira metade desse manual, são apresentados ao leitor os conceitos, princípios, hipóteses e uma extensa contextualização da formação e evolução da guerra revolucionária pelo mundo, até chegar ao Brasil na década de 1960, momento em que os militares buscaram justificar suas ações golpistas, usando, para isso, uma narrativa dramática.

[...] Não faltaram às Forças Armadas brasileiras suas características já históricas de amor à legalidade. A decisão foi tomada corroborando um movimento indiscutível de opinião e depois que se verificou não ser mais possível qualquer contemporização, pois o país ficaria submetido a um perigo insuportável, com sérias possibilidades de ser atingida uma situação dificilmente reversível, de domínio total pelo comunismo<sup>243</sup>

O “amor à legalidade” citado pelas forças armadas ficou tão evidente após o golpe que foi necessário editar dezessete atos institucionais e cento e quatro atos complementares arbitrariamente para que as violações golpistas e as medidas ditatoriais pudessem encontrar uma aparência de legalidade. De todo modo, a segunda parte do manual é composta por recomendações para a organização institucional das Forças Armadas, além de oferecer

<sup>240</sup> MISKULIN, Sílvia Cezar. A Política Cultural no Início da Revolução Cubana: o caso do suplemento cultural *Lunes de Revolución*. **Revista Outubro**. v. 6, pp: 77-90, 2002.

<sup>241</sup> ESTADO-MAIOR DO EXÉRCITO, 1968, op. cit. p. 113.

<sup>242</sup> *Ibid.*, p. 113-114.

<sup>243</sup> *Ibid.*, p. 114.

orientações para o preparo das tropas e as situações de emprego das forças, incluindo descrições táticas e estratégicas para o enfrentamento do inimigo e as condições de risco a serem evitadas.

Em meados da década de 1960, os militares brasileiros já haviam elaborado sua própria versão da doutrina de guerra revolucionária, adaptando os conceitos franceses e as principais técnicas dessa nova guerra para identificar e enfrentar o suposto inimigo interno – o subversivo comunista – a partir das regras do seu próprio jogo. Entretanto, os militares franceses alertaram em suas teses que o aspecto biopsicossocial era fundamental para o sucesso da revolução, pois, sem o consentimento popular, somente a força manteria o governo socialista. Desse modo, a contrarrevolução militar, para ter efetividade, também deveria se preocupar com o aspecto biopsicossocial para aumentar sua vantagem contra os inimigos e preservar o controle social.<sup>244</sup>

Para produzir esse consentimento popular, os agitadores e subversivos<sup>245</sup> aparecem descritos como os responsáveis pela guerra psicológica, onde o terrorismo, a sabotagem, a emboscada, os distúrbios políticos e sociais, a mentira, o boato e a desinformação seriam alguns dos recursos utilizados com a finalidade de desmoralizar e enfraquecer as autoridades constituídas, deixando a população insegura, vulnerável e suscetível à intoxicação ideológica, visto que somente quando as mentes fossem conquistadas, haveria o enquadramento das massas.

Para que a semente seja bem sucedida, é necessário dominar a massa. Uma vez dominada, é possível inocular-lhe as idéias revolucionárias, conquistar-lhe a vontade e as energias. Submetida a doutrinação contínua, torna-se incapaz de retomar à sua habitual indiferença<sup>246</sup>.

O cel. Roger Trinquier, um dos precursores teóricos da doutrina de guerra revolucionária francesa e líder das tropas antiterrorista durante a Batalha de Argel, escreveu um livro sobre suas experiências nas guerras da Indochina e Franco-Argelina, publicado com o título de *La guerre moderne*,<sup>247</sup> em 1964. Seu conteúdo é uma espécie de receituário de táticas militares para identificar e eliminar os subversivos, e principalmente é composto por estratégias de atuação militar em assuntos políticos. Trinquier também é mencionado nos documentos militares<sup>248</sup> do início dos anos de 1960, porém, aparece apenas de forma superficial, sem que as suas ideias tenham sido analisadas com profundidade. Contudo, suas ideias são valorizadas

---

<sup>244</sup> Ibid., p. 108.

<sup>245</sup> Dentro do universo conspiratório dos militares, havia inúmeros personagens com atribuições específicas. Os agitadores são um dos tipos de subversivos que tem por objetivo propagandar a ideologia revolucionária, explorar as contradições internas e criar distúrbios, crises e sabotar a ordem para viabilizar a “semeadura”. Cf. Ibid.

<sup>246</sup> Ibid., p. 48.

<sup>247</sup> Nesta dissertação, foi utilizada a versão inglesa da obra, Cf.: TRINQUIER, 2006, op. cit.

<sup>248</sup> Cf. ESTADO-MAIOR DAS FORÇAS ARMADAS, 1961, op. cit. [e também] ESTADO-MAIOR DAS FORÇAS ARMADAS, 1963, op. cit.

e frequentemente citadas para fundamentar o Manual de Campanha C 100-20, publicado em 1968, visto que este documento oferece mais recomendações políticas do que táticas militares.

No capítulo onze da sua obra, Trinquier alerta para *the inadequacies of traditional warfare*, pelo qual as tropas deveriam se adaptar para enfrentar essa *nova guerra*, assim como o Estado, enquanto instituição de Poder, deveria ter em suas unidades de defesa a compreensão de que esse inimigo estaria praticando uma guerra diferenciada e apenas quando já tivesse conquistado importantes posições e apoio popular, seria o momento em que ele se apresentaria como inimigo, pois, a essa altura, já teria criado bases de poder paralelo e sua vitória seria certa.

O fato de que *a guerra moderna* não é oficialmente declarada, não significa que um estado de guerra não é geralmente proclamado. Isso permite que o adversário continue a tomar vantagem da legislação em tempo de paz para exercer suas atividades abertamente e secretamente. Ele se esforçará por todos os meios para preservar a ficção da paz, que é tão essencial para a busca de seu projeto<sup>249</sup>.

Nesse caso, portanto, o cel. Trinquier ressalta que as forças armadas, se desejam ter as condições para enfrentarem o inimigo, devem conscientizar os burocratas do Estado para adaptarem suas estruturas de poder para que estas funcionem como parte da máquina de guerra.

O fato de o Estado apoiar nossos adversários por não serem beligerantes, parece colocar as bases [de poder paralelo] fora do nosso alcance e deixa o inimigo completamente livre para receber sem interrupção os homens e materiais que permitirá que ele execute sua batalha em nosso território. Enquanto este considerável potencial de guerra não for destruído ou neutralizado, a paz, mesmo se completamente restaurada dentro de nossas próprias fronteiras, será precária e em perigo contínuo.<sup>250</sup>

Pelo que sugerem os fatos ocorridos no Brasil dos anos de 1960, o cel. Trinquier foi mais do que aparentemente uma referência teórica para os estudos militares da guerra revolucionária. Depois do golpe de 1964, a sequência de atos institucionais transformou o ordenamento jurídico e os dispositivos constitucionais em uma verdadeira artilharia contra os adversários políticos e críticos da ditadura, conforme aparece na conclusão do *Boletim Informativo n° 2.448*, do CIE:

A partir de dezembro de 1968, com a adoção do Ato Institucional n° 5 dispõe o Governo dos instrumentos legais eficientes para neutralizar a ação subversiva ou

---

<sup>249</sup> No original: *The fact that modern warfare is not officially declared, that a state of war is not generally proclaimed, permits the adversary to continue to take advantage of peacetime legislation, to pursue his activities both openly and secretly. He will strive by every means to preserve the fiction of peace, which is so essential to the pursuit of his design.* Ibid., p. 24. Tradução livre.

<sup>250</sup> No original: *The fact that the state which supports our adversaries is a nonbelligerent one seems to place these bases beyond our range and leave the enemy completely free to receive without interruption the men and materiel that will permit him to supply his battle on our territory. As long as this considerable war potential is not destroyed or neutralized, peace, even if completely restored within our own borders, will be precarious and in continual jeopardy.* Ibid., p. 77. Tradução livre.

revolucionária dos elementos anti-democráticos que insistem em perturbar a evolução do processo público brasileiro.<sup>251</sup>

A estratégia de tornar o Estado em um instrumento de combate aos opositores, implicaria em ações danosas para as instituições públicas e para a sociedade como um todo. Pouco tempo após o AI-5 expandir os poderes presidenciais, a violência de Estado se tornou um instrumento efetivo para repelir os grupos de oposição organizados e espalhados pelo país, além das impedir a circulação de campanhas e propagandas contra o governo, cujo foco era denunciar a censura, a intimidação política, o expurgo social e o desaparecimento de pessoas.

### 3.2 A OPERAÇÃO DE COMBATE AOS SUBVERSIVOS

Em setembro de 1969, sob o governo da Junta Militar<sup>252</sup>, o embaixador dos EUA no Brasil, Charles Burke Elbrick, foi sequestrado por membros Aliança Libertadora Nacional (ALN) e do Movimento Revolucionário 8 de Outubro (MR-8), que exigiam a libertação de militantes políticos que haviam sido presos e mantidos sob sigilo pela ditadura em troca da libertação do embaixador. Nas capas do jornal *Diário do Paraná*, que entraram em circulação a partir de 06 de setembro de 1969, foram noticiados que “o Departamento de Estado norte-americano manifestou profunda gratidão pela decisão do Governo brasileiro de libertar 15 presos políticos para garantir a liberdade do embaixador”.<sup>253</sup> Porém, a decisão em libertar esses presos não ocorreu por benevolência, pois, afinal, desde o início do golpe os militares revelaram sua face autoritária. A libertação ocorreu pelo desgaste da imagem do governo após as denúncias e relatos de torturas terem chamado a atenção da imprensa e órgãos internacionais.

Um dos casos de grande repercussão internacional foi o do camponês Manoel Conceição dos Santos, líder sindical dos trabalhadores rurais de Pindaré-Mirim, no Estado do Maranhão, que foi preso pelos militares após ser considerado um subversivo e por supostamente liderar o movimento da AP, que também foi acusado de realizar atos terroristas na capital do Maranhão. Manoel foi mantido em cárcere e as informações da sua prisão não foram divulgadas. Certos de que a prisão de Manoel atrairia denúncias da imprensa e das entidades internacionais pela defesa dos direitos humanos, como a Anistia Internacional, os militares colocaram em prática uma estratégia visando “contra-atacar” seus opositores e desmoralizá-los diante da opinião pública.

<sup>251</sup> Relatório sobre a situação da “Ameaça do Comunismo Interno” In: CENTRO DE INTELIGÊNCIA DO EXÉRCITO, 1969, op. cit., p. 53.

<sup>252</sup> A junta assumiu o poder logo após a morte do Gen. Costa e Silva e era formada pelo Almirante Augusto Rademaker, ministro da Marinha; o General Aurélio de Lira Tavares, ministro do Exército; e o Brigadeiro Márcio de Sousa Melo, ministro da Aeronáutica.

<sup>253</sup> DIÁRIO DO PARANÁ. **Nixon concentra atenção no embaixador Elbrick**. Nº 4.240, Ano VI, Curitiba, 06 set, 1969. p. 5

Essa estratégia foi elaborada a partir dos princípios de contrarrevolução militar, conceitos esses que integram as doutrinas de guerra, em especial o *Manual de Campanha C 100-20 – Guerra Revolucionária*, que dedica a segunda parte do seu corpo textual para apresentar “ações e medidas contra a guerra revolucionária”, por onde afirma que a contrapropaganda é uma das principais atividades de contrarrevolução, pois teria a finalidade de contra-atacar o adversário.

Cresce, pois, de importância o emprêgo da contrapropaganda, que se insere no quadro de utilização da Arma Psicológica. E, por isso mesmo, ela deixa de ser uma simples medida de contra-informação, para passar a ser uma ação planejada de Segurança Interna, integrada no Plano Político e objetivando o preparo psicológico da população.<sup>254</sup>

Essa estratégia foi planejada e executada pelos militares do CIE (Centro de Informação do Exército), que detinham uma certa autonomia em suas ações e nem sempre as informações produzidas por seus membros foram compartilhadas com o SNI, como ocorria com o CISA (Centro de Informações de Segurança da Aeronáutica) e com o CENIMAR (Centro de Informação da Marinha). De acordo com o gen. Ernesto Geisel, “o órgão mais forte era o do Exército, o CIE”,<sup>255</sup> justamente por planejar e executar ações sem conhecimento dos superiores.

O CIE passou, com a capa do Ministério do Exército, a atuar independentemente, e muitas vezes efetuou ações autônomas. Nós só vínhamos a saber o que estava acontecendo no CIE depois de ocorrido [...] O SNI informava sobre o que o CIE fazia, mas não tudo, porque havia muita coisa que o CIE fazia e não dizia. O grande erro dessa história toda foi a criação do CIE.<sup>256</sup>

No *Boletim Informativo n.º 2119*,<sup>257</sup> produzido pelo CIE e enviado ao gabinete do ministro-chefe do exército, em dezembro de 1974, há uma cópia do relatório de execução da estratégia de contraofensiva aos supostos comunistas que estariam atacando a imagem do governo. Essa estratégia foi denominada de “Operação Búfalo” e ocorreu entre 1972 e 1973, mas só foi comunicada ao SNI (Serviço Nacional de Informação) em 1974. Essa operação teria por objetivo “aproveitar o subversivo epigrafoado [Manoel] para desmascarar, perante a opinião pública nacional e internacional, a atividade de propaganda contra o BRASIL do MCI, através, particularmente, da ‘*Amnesty Internacional*’ e da ‘Fr-ente Brasileira de Informação’ (FBI).”<sup>258</sup>

Com os conceitos da guerra revolucionária circulando no país, as críticas das instituições internacionais recebidas pelo governo brasileiro, fez com que os militares acreditassem que

<sup>254</sup> ESTADO-MAIOR DO EXÉRCITO, 1968, op. cit. p. 129.

<sup>255</sup> D’ARAÚJO, Maria C.; CASTRO, Celso. (Org.) **Ernesto Geisel**. 3ª ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1997, p. 299

<sup>256</sup> *Ibid.*, passim, p. 283 e p. 475.

<sup>257</sup> CENTRO DE INTELIGÊNCIA DO EXÉRCITO. **Informação n.º 2.119**. S-103, Brasília, DF, 3 de dez 1974.

<sup>258</sup> *Idem*. **Ação com MANOEL CONCEIÇÃO DO SANTOS “Operação Búfalo”**. S/103, Rio de Janeiro: Ministério do Exército, 10 ago 1972, p. 1.

essas instituições estariam em complô com um suposto projeto revolucionário, chamado de Movimento Comunista Internacional (MCI) e que teria por objetivo expandir a zona de influência soviética sobre o mundo.<sup>259</sup> O fato é que não havia nenhum movimento conspiratório global como os militares acreditavam existir, mas sim uma frente ampla formada por entidades reunidas em torno da defesa dos direitos humanos ameaçados pelas ditaduras latino-americanas.

Essas organizações que aparecem mencionadas no boletim receberam inúmeras denúncias de prisões políticas, torturas e desaparecimentos de pessoas durante a ditadura no Brasil. A AMNESTY, que surgiu como um movimento para defender a liberdade de expressão e ao longo dos anos de 1960 e 1970, se transformou em um amplo movimento internacional de luta pela libertação de prisioneiros políticos de governos classificados como autoritários.<sup>260</sup>

Já a Frente Brasileira de Informação (FBI) foi formada por um grupo de brasileiros que foram exilados na Argélia, em 1969, tendo como objetivo denunciar a repressão e as violações dos direitos humanos cometidos pela ditadura militar no Brasil. O Grupo contava como o apoio de outras organizações internacionais, como Anistia e o Tribunal Bertrand Russel, criado para julgar crimes de guerra. Segundo a historiadora Greyce F. Nascimento, essa Frente Brasileira de Informação é considerada a maior frente de oposição à ditadura militar brasileira no exterior.<sup>261</sup>

### 3.2.1 MANOEL DA CONCEIÇÃO: DE CAMPONÊS À SUBVERSIVO

Em entrevista realizada pelos pesquisadores Alexandre Fortes e Marieta de Moraes Ferreira no ano de 2006, e publicada pelo CPDOC da Fundação Getúlio Vargas (FGV), Manoel conta um pouco da sua vida familiar e política. Nascido em 1935, na região de Pedra Grande, no interior do Maranhão, Manoel da Conceição do Santos teria crescido junto com seus pais e irmãos. Uma família de lavradores com uma casa pequena dentro de uma propriedade latifundiária, onde diz ter vivido do plantio e das atividades “nas terras dos chamados coronéis”.

A terra em que meu pai habitava, onde ele fez uma casinha e tinha um quintal, um sítio, era de herança dos avós, era própria; mas onde fazia a roça, trabalhava todo o ano era a terra dos donos, dos latifundiários. E lá eu nasci e me criei trabalhando na roça junto com meus pais e numa pequena oficina de ferreiro. Meu pai era ferreiro. Era ele que fazia as ferramentas para trabalhar na agricultura, como foice, machado, facão, enxada, cotéu, enfim, todas aquelas ferramentas para trabalhar na agricultura

<sup>259</sup> CAMPOS, Alzira; DIAS, Luiz Antonio; GODOY, Marília. A Internacional Comunista na interpretação os trotskistas brasileiros. **Revista Outubro** v. 31, pp.: 236-261, 2019.

<sup>260</sup> BUCHANAN, T. ‘The Truth Will Set You Free’: The Making of Amnesty International. **Journal of Contemporary History**. Vol. 37, no. 4, pp. 575-597, 2002.

<sup>261</sup> NASCIMENTO, G.F. **Frente Brasileira de Informações: imprensa e resistência no exílio**. III Seminário Internacional História do Tempo Presente, Florianópolis: UDESC, 2017, p. 2.

segundo a época, não é, no nosso atraso. E também consertava outras como arma de caça e fazia arma de caça. Enfim, essa era a profissão dele.<sup>262</sup>

Manoel relata que seu pai, por ser analfabeto e desconhecer os efeitos jurídicos que um acordo documentado poderia ocasionar, aceitou que Luís Soares, um fazendeiro da região, registrasse as terras da família como parte da sua propriedade. “Meu pai disse: ‘Como assim?’ [o fazendeiro] disse: ‘Eu vou registrar dentro dos meus terrenos, fica como minha, mas na verdade é de vocês, para filhos e netos, a vida inteira.’ Aí meu pai concordou”.<sup>263</sup> Em 1952, após a morte do fazendeiro, a esposa, Margarida Maria Alves, teria reivindicado a posse das terras e descumprido o acordo com a família de Manoel, exigindo que deixassem a propriedade.

Manoel diz ter migrado para Bacabal do Mearim, onde havia um acampamento com várias famílias ocupando terras em desuso e que seriam propriedades da União, fixando moradia até os anos de 1960, quando são novamente expulsos pelos supostos donos da terra, mas que, segundo Manoel, nunca antes haviam reivindicado a posse. Manoel relata ter ficado sem perspectiva e por isso buscou apoio na delegacia e nas instituições públicas da prefeitura de Babacal do Mearim, onde diz ter recebido a sugestão para criar uma associação rural.<sup>264</sup> A associação foi criada em 1955 para negociar a permanência das famílias nas terras, porém, Manoel relata que os jagunços – um tipo de capanga paramilitar – impediram as negociações:

Quando nós estávamos lá reunidos, num salão um pouco maior do que esse, que era o salão onde os moradores se reuniam para orar, cantar hino, essa coisa, e (ou)vimos o barulho de um carro lá na estrada de areia, estrada de barro. Quando chegou, era um caminhão, e dentro vinham uns vinte jagunços e o senhor Manacé Castro [o suposto dono das terras], todo mundo armado de revólver, espingarda e punhal, dizendo: “não corre ninguém porque morre”, e aí ninguém correu mesmo, não é.<sup>265</sup>

Segundo pesquisadora Maria Zaíra Turchi, os jagunços seriam vagantes sem terras, sem casa, uma espécie de cangaceiro, saqueando e invadindo propriedades, vivendo de agregado ou de favores aos latifundiários, fazendeiros e lideranças regionais do sertão, que lhe ofereciam um soldo em troca de proteção e mão armada, com predominância no início do século XX.<sup>266</sup>

No relato de Manoel, esses jagunços teriam provocado a morte de seus colegas da associação rural, obrigando-os a voltarem para Pirapemas, onde teria se juntado ao sindicato dos trabalhadores rurais para participar dos movimentos sociais que lutavam pelo direito à terra.

<sup>262</sup> SANTOS, Manoel da Conceição. **Manoel da Conceição Santos (depoimento, 2006)**. Rio de Janeiro, CPDOC/Fundação Getúlio Vargas (FGV), (2h 49min), 2019, p. 1-2.

<sup>263</sup> Ibid., p. 2.

<sup>264</sup> Ibid., p. 3.

<sup>265</sup> Ibid., p. 3

<sup>266</sup> TURCHI, Maria Zaíra. Jagunço e jaguncismo: história e mito no sertão brasileiro. **O público e o privado** v. 4, nº. 7, jan. jun, pp: 121-132, 2006.

Perguntado pelos pesquisadores se esse sindicato era reconhecido pelas autoridades ou tinha alguma relação com movimentos sociais, Manoel diz não saber, apenas sabia que era legalizado.

Era uma associação... Na época... Eu não sei bem assim, porque na época eu não estudava muito isso, não é. Eu estava mais por uma questão de revolta mesmo. Mas não sabia assim como é que era feito, não. Só sei que era legal. Ela tinha legalidade. Não era clandestina. Não era ilegal. E a notícia correu para São Luis porque a dita senhora Margarida Maria Alves, dona Guida, foi em Pirapemas, chegou lá, informou na Secretaria de Segurança Pública que havia chegado um bocado de comunistas no município de Pirapemas e estava tomando as terras de quem tinha lá as suas propriedades<sup>267</sup>.

Manoel diz ter saído de Pirapemas e ido em direção ao portal da Amazonas, junto com seus pais e outros companheiros que, assim como ele, teriam deixado o local após um incidente entre a associação rural e as forças policiais da região. Nos anos de 1960, Manoel diz ter conhecido o Movimento de Educação de Base (MEB), criado pelos membros da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) em parceria com o MEC, com o objetivo não só de alfabetizar as classes trabalhadoras, mas também de promover a conscientização social e política, usando a rede radiofônica e o apoio de voluntários da igreja católica e de estudantes.<sup>268</sup>

Foram várias as organizações educacionais que surgiram no Brasil dos anos de 1960, no auge das campanhas nacionais de alfabetização e no movimento da educação de adultos promovidos pelos seguidores de Paulo Freire. O ensino do MEB, juntamente com outras organizações educacionais, foram projetos sociais que surgiram junto com a formação de núcleos sindicais em regiões urbanas e suburbanas, com o apoio do Estado desde a época do varguismo, que usava dos programas e direitos sociais como estratégia de manutenção do poder.

De acordo com o historiador Marcelo Badaró Mattos, para que os projetos de reformas políticas e econômicas do varguismo avançassem entre as elites tradicionais do país, a mobilização dos sindicatos foi um importante sustentáculo do governo. Contudo, ao formar núcleos sindicais, também era formado uma consciência política potencialmente emancipadora, com capacidade de mobilizar os grupos sociais contra as injustiças e desigualdades estruturais.

A força política, a trajetória grevista ascendente e o crescimento do nível de mobilização alcançado pelo sindicalismo entre 1955 e 1964 explica-se, em grande parte, pelo surgimento de organizações paralelas ao sindicalismo oficial. Organizações paralelas de base (como comissões sindicais por empresa) intersindicais (como os pactos e as comissões regionais), ou de cúpula (como a CGT), que expressavam a tentativa de criar canais de mobilização para além dos limites da estrutura sindical montada pelo Estado nas décadas de 1930 e 1940.<sup>269</sup>

<sup>267</sup> SANTOS, 2019, op. cit., p. 5.

<sup>268</sup> DE SOUZA, Alderlene Lima; DA SILVA, Fabrício Valentim. Origem, prática educativa e evolução do Movimento de Educação de Base (MEB) em Itacoatiara-AM. **Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação** 9, nº. 1 pp.: 71-80, 2014.

<sup>269</sup> MATTOS, Marcelo B. **Trabalhadores e sindicatos no Brasil**. São Paulo: Expressão Popular, 2009, p. 96.

O mesmo ocorreu com o grupo de Manoel da Conceição que, por meio dos cursos do MEB, obtiveram o conhecimento básico para oficializar um dos primeiros núcleos sindicais dos trabalhadores rurais autônomos de Pindaré-Mirim, no ano de 1963, pelo qual puderam conhecer as lutas sociais das Ligas Camponesas no Estado do Pernambuco e reivindicarem o seu direito à terra através do programa de reforma agrária que foi anunciado pelo Presidente João Goulart. Quando veio a ditadura, por sua ligação com a igreja católica, o MEB foi uma das poucas organizações de educação popular que se manteve em funcionamento, pois reorganizou sua plataforma de ensino para valorizar assuntos alinhados ao catecismo e ao conservadorismo.<sup>270</sup>

Ainda assim, os militares proibiram as atividades do MEB em todo o Maranhão, assim como as atividades sindicais dos trabalhadores rurais autônomos que Manoel ajudou a formalizar em Pindaré-Mirim. Esse sindicato acabou sendo ocupado pelas tropas policiais, tendo as principais lideranças presas ou exiladas. Manoel diz ter fugido para São Luís por medo de também ser preso e só depois de meses escondido retornou ao povoado, mas não demorou para que a polícia expedisse o mandado de prisão, acusando-o de ser um “agitador camponês” e responsável por atos subversivos, conforme consta na ficha criminal divulgada pelos policiais.

Agitador camponês, com atividades subversivas desenvolvidas no Vale do Pindaré, interior do MARANHÃO, que se avolumaram a partir de 1962; pregava e utilizava a violência e o crime como solução para os problemas sociais existentes na área; arregimentou vários descontentes da região, normalmente, oriundos de desavenças pela posse de terras ou questões entre lavradores e fazendeiros; aos poucos passou a dar ao movimento uma conotação política-ideológica, chegando a constituir pequenos bandos armados de guerrilheiros comunistas.<sup>271</sup>

Manoel comenta sobre esse episódio da prisão, explicando que depois de voltar de São Luís, alguns comerciantes e companheiros de Pindaré-Mirim o aconselharam a comparecer na delegacia para responder às acusações e resolver a confusão, mas conta que ficou encarcerado.

Aí me prenderam, na hora, meteram na cadeia. Passei trinta dias na cadeia, preso. Só que eles faziam o seguinte: me prendiam, passava três, quatro, cinco, seis dias, soltavam; aí, quando eu ia saindo na cidade, tornavam a prender de novo. Aí trazia de novo, no chicote, até na cadeia.<sup>272</sup>

Quando foi solto, Manoel diz ter se reunido com os trabalhadores rurais de Pindaré e proposto a formação de um novo grupo colaborativo para o apoio contra as repressões policiais, pois tanto a sede do sindicato quanto a organização do MEB haviam sido ocupadas e proibidas de realizarem as suas atividades. Em 1966, Manoel foi novamente acusado de estar formando

<sup>270</sup> PAIVA, Vanilda. **História da educação popular no Brasil: educação popular e educação de adultos**. 6ª ed. São Paulo: Edições Loyola, 2003.

<sup>271</sup> Anexo dos antecedentes criminais. In: CENTRO DE INTELIGÊNCIA DO EXÉRCITO. **Informação nº 2.338**. S/103, Rio de Janeiro: Ministério do Exército, 18 set 1972, p. 3.

<sup>272</sup> SANTOS, 2019, op. cit., p. 11.

um grupo de guerrilha subversiva, tal como o movimento da AP que, entre os militares, era vista como uma facção comunista que estaria arregimentando a população para a causa revolucionária. Manoel foi classificado pelos militares como uma das principais lideranças subversivas do Maranhão, sendo novamente preso em 1968, num dos episódios que resultou na amputação da sua perna direita, em consequência de um ferimento à bala não tratado na prisão.

Entre 1968 e 1972, lutou ao lado das ligas camponesas e foi um dos militantes engajados na AP, um dos grupos no Maranhão que mais fez pressão contra a ditadura, em pleno contexto do AI-5 e da crise política que acentuava as disputadas nos quartéis. Com a ascensão do gen. Médici ao comando da república, a repressão militar foi intensificada contra as associações e organizações consideradas subversivas, levando à prisão inúmeros trabalhadores da região de Pindaré-Mirim, inclusive Manoel. Sem divulgar paradeiros ou a condição desses presos, o fato chamou a atenção da comunidade nacional e internacional, pois, nesse período, as denúncias de violência policial, de censura à informação e de tortura cometida pelos militares se avolumaram.

### 3.2.2 A OPERAÇÃO BÚFALO: UM CAPÍTULO DA REPRESSÃO

Com a perseguição de opositores e manifestantes considerados pelos militares como agitadores sociais e líderes subversivos, houve um aumento na pressão pública feita por organizações nacionais e internacionais para que os presos políticos fossem libertos, fato esse que alimentou a paranoia militar de que havia uma conspiração comunista internacional para derrubar o poder no Brasil e, dessa forma, garantir o sucesso da revolução socialista. Temendo pela violência e tortura contra os presos, essas organizações internacionais, como a Liga Suíça de Direitos Humanos, o Comitê Britânico contra a Ditadura no Brasil, a Anistia Internacional e autoridades públicas, como foi o caso do Papa Paulo VI, fizeram diversas intercessões ao governo brasileiro para pedir a liberdade dos presos políticos, incluindo Manoel da Conceição.

Na ocasião, a doutrina de guerra revolucionária afirmava que os subversivos infiltrados no país estariam recebendo auxílio do exterior para intensificar a crise interna criada por eles mesmos, com a finalidade de produzir um clima revolucionário e, assim, estimular a insurreição.

**Criação do clima revolucionário:** Aqui é feita a ampliação, por «infiltração», da organização revolucionária e a criação da «situação revolucionária» pela exploração dos antagonismos internos já agravados na ação exterior. São desencadeados os movimentos grevistas, as sabotagens, desordens, tumultos, motins, protestos e tôdas as manifestações contrárias à ordem vigente, que a revolução procura destruir. Há difusão das «palavras de ordem» para «intoxicar» os indiferentes e os neutros oportunistas<sup>273</sup>.

<sup>273</sup> ESTADO-MAIOR DO EXÉRCITO, 1968, op. cit., p. 13-14.

Com essa percepção, os movimentos sociais, as lutas camponesas e as mobilizações políticas contra a ditadura se enquadravam nesse perfil subversivo. E quando as organizações internacionais se manifestaram publicamente para pressionar o governo brasileiro, exigindo a liberdade e a preservação dos direitos dos presos políticos, os militares acreditaram estar diante de uma campanha de intoxicação para criar a chamada “situação revolucionária”. Conforme o Quadro 3, essa estratégia de intoxicação faz parte da 3ª fase destrutiva da guerra revolucionária, pelo qual os subversivos buscariam “desmoralizar” as autoridades e a credibilidade do governo.

Por desmoralização, o *Manual de Campanha C 100-20* traz uma conceituação bastante enfática, afirmando que esta é uma atividade destrutiva que tem por finalidade o enfraquecimento das bases institucionais da sociedade e de seu sistema jurídico-legal de defesa.

É a desmoralização que, negando os êxitos, exagerando os insucessos, introduzindo e ampliando a descrença sobre a equânime distribuição de justiça, desacreditando a boa fé dos dirigentes, provocando represálias violentas tendentes a impopularizar o governo, contestando a moralidade de medidas governamentais, atirando subordinados contra superiores, lança os agentes do poder na dúvida quanto às razões que os obrigam a permanecerem ligados ou fiéis ao regime em vigor<sup>274</sup>.

A desmoralização seria uma tática com ampla capacidade de persuasão da opinião pública e não aparece descrita como algo exclusivo dos inimigos comunistas, tornando seu uso também aplicável pelos militares, como é possível verificar durante o período em que o camponês Manoel da Conceição esteve preso pelos agentes do CIE. Por ser acusado de liderar supostas facções subversivas do Maranhão e por sua prisão ter mobilizado uma grande quantidade de organizações nacionais e internacionais, os militares enxergaram a oportunidade de utilizar politicamente a prisão de Manoel para desmoralizar publicamente essas organizações.

Denominada de Operação Búfalo, os militares do CIE elaboraram um programa de ação psicológica com as mesmas finalidades de desmoralização pública das organizações sociais contrárias à ditadura, buscando retirar a legitimidade das críticas dos opositores para fortalecer a tese de que por trás das denúncias, haveria um movimento comunista articulado para propagar informações falsas, boatos e mentiras como forma de intoxicar a opinião pública e, desse modo, alimentar as contradições, crises e desavenças internas para conquistar o apoio da população.

A questão é que para realizar esse programa de ação, os militares submeteram Manoel da Conceição a extremas condições físicas e psicológicas, além de omitirem informações que deveriam ser públicas sobre a sua localização e as condições de sua prisão. Manoel foi sequestrado no Maranhão e levado pelos militares para a Delegacia de Ordem Política e Social de São Paulo (DOPS/SP), onde foi interrogado e submetido à sessões de tortura física e

---

<sup>274</sup> Ibid., p. 27.

psicológica, com abusos de poder e requintes de crueldade, pois além de ter ficado 48 dias preso, sem a possibilidade de defesa, também foi mutilado e teve que urinar mediante uso de sonda.<sup>275</sup>

O CIE, sabendo do valor de MANOEL CONCEIÇÃO para o MCI e, em particular, para a AP, solicitou o silêncio sobre sua prisão e destino, fato que vem inquietando o esquema preparado por essas organizações. A Auditoria Militar da 10ª CJM, em Fortaleza, após novas diligências empreendidas pelo DOPS/MA, determinou, em 01 Ago 72, a prisão preventiva do subversivo, tendo, por isso, solicitado ao Sr. Cmt da 100 RM a presença do mesmo, para instrução do processo, no dia 23 Ago 72, surgindo, assim a necessidade de prosseguir a ação.<sup>276</sup>

A operação psicológica elaborada pelo CIE foi executada no segundo semestre do ano de 1972 e teve início com o sequestro de Manoel pelos agentes do DOPS/MA. De acordo com os documentos do CIE, o programa de ação foi dividido em três fases principais: a **inquietação**, a **provocação** e o **desmascaramento**. Na primeira fase, a da **inquietação**, o objetivo foi sequestrar Manoel da Conceição e ocultar a sua prisão da pública para provocar reações das organizações de defesa dos direitos humanos. Na segunda fase, a da **provocação**, planejava-se divulgar na imprensa simpatizante com a ditadura o adiamento proposital da audiência pública de Manoel, mantendo-o preso para simular a sua impossibilidade de comparecer ao julgamento, visto que a intenção seria “provocar a reação das Sociedades que, certamente, porão em dúvida essa informação alegando ser a mesma uma cobertura do suposto assassinato do subversivo”.<sup>277</sup>

Nesse interstício entre a divulgação da mentira pela imprensa e a sua popularização na opinião pública, os militares relatam terem aplicados as atividades psicológicas para preparar o “búfalo”, codinome dado ao próprio Manoel, “tentando convencê-lo a participar, voluntariamente, de uma ação desmoralizante daquelas Sociedades Internacionais”, que ainda seria planejada. Mas em caso de não colaboração, os militares sugerem “movimentar o alvo para a Guanabara, visando conseguir uma ação sobre o mesmo, mais contínua e mais eficaz.”<sup>278</sup>

Essa ação “mais eficaz” relatada como parte da operação, foram as torturas às quais Manoel foi submetido quando esteve no DOPS/SP, onde ficou sob responsabilidade do delegado Sérgio Fernando Paranhos Fleury, tendo em sua equipe o cel. Carlos Alberto Brilhante Ustra e o delegado Alcides Singillo. Em 2012 ambos foram denunciados pelo Ministério

<sup>275</sup> CENTRO DE INTELIGÊNCIA DO EXÉRCITO. **Informação nº 2.338**. S/103, Rio de Janeiro: Ministério do Exército, 18 set 1972, p. 6.

<sup>276</sup> CENTRO DE INTELIGÊNCIA DO EXÉRCITO. **Ação com MANOEL CONCEIÇÃO DO SANTOS “Operação Búfalo”**. S/103, Rio de Janeiro: Ministério do Exército, 10 ago 1972, p. 2.

<sup>277</sup> Ibid.

<sup>278</sup> Ibid., p. 3.

Público Federal de São Paulo por ocultação de cadáver, sequestro, violência policial e tortura durante a ditadura, mas, devido a Lei da Anistia,<sup>279</sup> não foram punidos pelos crimes praticados.

Por fim, a terceira fase foi chamada de **desmascaramento**, pelo qual os agentes do CIE buscariam dar publicidade a auditoria de Manoel com a contribuição da imprensa golpista, através de jornalistas previamente selecionados que fariam a cobertura dos fatos sem perguntar ou entrevistar Manoel, pelo qual deveriam apenas contextualizar as críticas contra o governo feitas pelas entidades internacionais e, em seguida, dariam ênfase a boa condição de Manoel.<sup>280</sup>

O boletim informativo também cita que, se o “alvo” colaborar com a ação, seria possível “programar para o futuro, uma entrevista dele a uma emissora de TV, à revista ‘O Cruzeiro’ e a alguns jornais do Rio, São Paulo e do Nordeste”,<sup>281</sup> canais estes que mantinham um discurso público alinhado com governo militar e, por isso, já vinham divulgando os antecedentes criminais do acusado e suas supostas ações terroristas no interior do Estado do Maranhão para fazer com que a opinião pública enxergasse em Manoel uma figura de subversivo revolucionário.

A data prevista para a execução da fase de “desmascaramento” foi 20 de setembro de 1972 e antes de apresentar Manoel ao público, os militares relataram ter feito um “teste” para avaliar o comportamento do “búfalo” após ele ter sido submetido a tortura psicológica, como forma de verificar sua reação diante das perguntas sobre a sua vida e sua experiência na prisão. A conclusão do texto foi que “os contatos feitos com o ‘BUFALO’ apresentaram bons resultados”, pois levaram os militares a concluírem que ele “não é comunista, mas, marxista”.<sup>282</sup>

Na visão dos militares, ser declarado como comunista representaria que Manoel ainda estaria engajado nas lutas revolucionárias atribuídas ao grupo da AP. Por ter sido reconhecido como marxista, isso significaria que Manoel seria apenas um “simpatizante” das teorias comunistas, mas não estaria comprometido com os movimentos sociais, pois, em sua resposta, teria relatado estar “descontente” com a AP, por ver seu nome e imagem serem usadas contra o governo sem o seu devido consentimento<sup>283</sup>. Além do mais, para garantir o sucesso da operação, um oficial militar se disfarçou para realizar uma sondagem, pelo qual teria confrontado Manoel com alguns “fatos”, que na verdade eram falas distorcidas para convencer

---

<sup>279</sup> BRASIL. **Lei nº 6.683, de 28 de agosto de 1979**. Concede anistia e dá outras providências. Diário Oficial da União [da] república Federativa do Brasil, Brasília, DF, 28 ago. 1979. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/L6683.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L6683.htm). Acesso em: 23 jul. 2021.

<sup>280</sup> CENTRO DE INTELIGÊNCIA DO EXÉRCITO. **Ação com MANOEL CONCEIÇÃO DO SANTOS “Operação Búfalo”**. S/103, Rio de Janeiro: Ministério do Exército, 10 ago 1972, p. 3.

<sup>281</sup> Ibid.

<sup>282</sup> Idem. **Relatório Periódico**. S/103, Rio de Janeiro, 11 set 1972, p. 3.

<sup>283</sup> Ibid., p. 4.

Manoel de que a população estaria revoltada contra ele por seu nome ter sido assunto de campanhas difamatórias contra o Brasil, sem mencionar, é claro, as críticas contra a ditadura.

Para desestabilizá-lo emocionalmente, esse oficial teria utilizado como argumento a situação de penúria, de miséria e o descontentamento da esposa e filhos de Manoel, levando-o a não querer rever a família por estar envergonhado. O oficial relata que Manoel teria se voltado contra os grupos sociais que estariam utilizando o seu nome e imagem sem o seu consentimento, fato este que dava aos militares o argumento que precisavam para afirmar publicamente que essas organizações de direitos humanos internacionais teriam se aproveitado de Manoel apenas como forma de colocar a população contra o governo e não se preocupavam realmente com ele.

Tendo isso planejado, os militares do CIE prepararam as informações que seriam divulgadas pela imprensa jornalística, radiofônica e televisiva com recomendações de como os jornalistas deveriam realizar a entrevista com Manoel, incluindo o roteiro de locução, a descrição das cenas que deveriam ser exibidas, a expressividade comportamental que o locutor deveria ter ao fazer as questões pré-definidas, entre outras recomendações com a intenção de sugerir as respostas de Manoel e criar uma impressão pública de que os militares agiram dentro de suas atribuições legais e o governo estaria sendo vítima de uma campanha difamatória por grupos comunistas que utilizaram da prisão do “subversivo” como alicerce para a revolução.

O CIE realizou, de Mar a 30 de Set 72, a “OPERAÇÃO BÚFALO” tendo como protagonista o subversivo MANOEL DA CONCEIÇÃO DOS SANTOS e como objetivo o desmascaramento e a desmoralização pública da “Amnesty Internacional”, cuja atividade de difamação contra o BRASIL no exterior vinha crescendo em ritmo assustador. A referida operação teve um êxito compensador<sup>284</sup>.

No relatório enviado ao SNI, os militares do CIE relataram que obtiveram êxito na operação búfalo, avaliando o sucesso pela quantidade de cartas recebidas em suas embaixadas.<sup>285</sup> Contudo, as acusações da Anistia Internacional e da Frente Brasileira de Informação contra a ditadura militar se avolumaram de tal maneira que foram aceitas como denúncia pelo Tribunal Internacional Bertrand Russell, criado em 1966 pelo britânico Bertrand Russell, com o objetivo de analisar e julgar, primeiramente, os crimes de guerra no Vietnã, cometidos pelos franceses e estadunidenses e, em 1974, o tribunal aceitou as denúncias e abriu uma nova investigação para apurar os crimes cometidos pelas ditaduras latino-americanas.<sup>286</sup>

<sup>284</sup> Idem. **PARECER e Operação Búfalo II**. S/103, Rio de Janeiro: Ministério do Exército, 02 out 1972. p. 7.

<sup>285</sup> Antes da operação, o Centro de Informações do Exterior (CIEEX) informa ter recebido 2.569 cartas intercedendo por Manoel da Conceição dos Santos e após a operação, foram recebidas 71. In: Idem. **Informação nº 897**. S/103, Rio de Janeiro, 18 jul 1973. p. 7.

<sup>286</sup> O Tribunal Russell foi um evento organizado pelo britânico Bertrand Russell e junto com diversos intelectuais de renome, como o francês Jean-Paul Sartre, dedicado a investigar os crimes de guerra, inicialmente na guerra entre EUA e os Vietnã, e mais tarde os crimes cometidos pelas ditaduras latino-americanas. Cf. TOSI, Giuseppe,;

Mesmo assim, em outubro de 1973, a Operação Búfalo II foi anunciada. Semelhante a primeira, essa segunda operação teve por objetivo “antepor-se à propaganda do ‘II Tribunal Bertrand Russel’, visando atacar sua legitimidade, seus organizadores e continuar se contrapondo as manifestações públicas da Anistia Internacional. Para tal feito, Manoel foi novamente elencado como alvo dessa nova operação, pois na visão dos militares, desde que ele havia sido solto da prisão, teria realizado atividades subversivas e atos terroristas no Maranhão.”<sup>287</sup>

Em anexo ao programa de ação da operação búfalo II, o CIE inseriu um documento intitulado *Informações para a Imprensa*<sup>288</sup>, contendo as notícias pré-elaboradas e o uso de textos informativos em que se destaca a afirmação militar de que as críticas e denúncias contra a ditadura são, na verdade, componentes de uma conspiração comunista global contra o rápido desenvolvimento econômico do Brasil e sua posição de destaque no cenário internacional. Esse discurso fica evidente no excerto enviado pelos militares do CIE ao jornal Folha de São Paulo, com a manchete “*Desenvolvimento Brasileiro Provoca Reação do Comunismo Internacional*”.

Os êxitos do BRASIL após a Revolução de 1964 têm sido motivo de progressiva reação em determinados setores do Movimento Comunista Internacional (MCI) [...] O vertiginoso progresso brasileiro e sua afirmação no mundo ocidental, consequentes de uma política corajosa de maior aproximação com países da América, da Europa e da África, passaram a ser motivo de contestação em alguns países europeus. Organizações e militantes profissionais do Movimento Comunista foram mobilizados para uma extensa programação, visando atingir o BRASIL e obscurecer a sua excelente realidade.<sup>289</sup>

Percebe-se que através do texto há uma postura enfática, dura e que claramente revela o descontentamento dos militares diante das inúmeras críticas recebidas. Em um dos trechos conclusivos, o CIE acusa as agências internacionais de estarem caluniando o país e reafirma aquele mesmo discurso adotado para legitimar o golpe de 1964, o qual associa o interesse político, elitista e anticomunista dos militares como se fosse o posicionamento majoritário, homogêneo e hegemônico da sociedade brasileira, conforme o trecho a seguir: “saibam esses promotores de calúnia que, a despeito do trabalho que realizam, o BRASIL aí está em pleno desenvolvimento, firme no seu propósito de nação cristã, democrática e anti-comunista.”<sup>290</sup>

A operação búfalo foi um das ações realizadas pelos militares como parte de uma estratégia mais ampla de um projeto anticomunista, conforme prescreviam as doutrinas e

---

FERREIRA, Lúcia de Fátima G. **Brasil, violação dos direitos humanos—tribunal Russell II**. João Pessoa: Editora da UFPB, 2014.

<sup>287</sup> Ibid., p. 2.

<sup>288</sup> Anexo intitulado “Informações para a imprensa”. In: Idem. **Ação com MANOEL CONCEIÇÃO DO SANTOS “Operação Búfalo”**. S/103, Rio de Janeiro: Ministério do Exército, 10 ago 1972.

<sup>289</sup> Ibid., p. 44.

<sup>290</sup> Ibid., p. 46.

manuais de combate a guerra revolucionária. Como é caso do *Manual de Campanha C 100-20*, publicado em 31 de outubro de 1968, poucos antes do AI-5 entrar em vigor, contendo diretrizes estratégicas, métodos e táticas de repressão para o combate do inimigo interno, o “subversivo”.

O Manual está dividido em duas partes, sendo a primeira composta por capítulos conceituais e teóricos em relação as origens e ao processo de desenvolvimento das guerras revolucionárias pelo mundo; a segunda parte é composta por orientações táticas de como contra-atacar a ameaça comunista no país. Dois artigos se destacam entre os demais, pois demonstram o raciocínio utilizado para identificar as *Atividades Destrutivas e Construtivas*<sup>291</sup>.

As atividades destrutivas teriam por objetivo “atingir a ordem social e seus defensores, através da desagregação, desmantelamento e desintegração da sociedade, visando à conquista da população e, também, a dificultar ou impedir qualquer resistência à ação revolucionária.”<sup>292</sup> No campo da ação, essas atividades foram classificadas e organizadas em “desmoralização, corrupção, intoxicação, dissolução, intimidação, eliminação”,<sup>293</sup> e recebem essa classificação destrutiva pelos efeitos negativos que poderiam causar na população e nas instituições sociais.

Como um complemento das atividades destrutivas, cita-se o aparecimento das atividades construtivas, “na medida em que se processa a destruição da estrutura social existente, os revolucionários iniciam a construção da «nova sociedade»”<sup>294</sup>. Esta construção, conforme o manual, seria dada por técnicas de mobilização popular para criar o desejo de luta.<sup>295</sup>

### 3.3 A ESTRATÉGIA DE ELIMINAÇÃO DE ADVERSÁRIOS

Quando os militares tomaram poder, a construção do inimigo interno se deu pela remodelaram os dispositivos regimentais e constitucionais do Estado para criar um regime jurídico-administrativo da ditadura, onde o conceito de subversivo foi tipificado como crime, embora não tenha uma definição clara de quais características lhe dariam tal rótulo. No *Manual C 100-20*, os militares elaboraram uma categoria ampla para enquadrar os subversivos, formada por uma diversidade de perfis sociais, onde qualquer pessoa, consciente ou inconscientemente, direta ou indiretamente, poderia ser acusada de praticar ou cooperar com os atos subversivos<sup>296</sup>.

---

<sup>291</sup> ESTADO-MAIOR DO EXÉRCITO. 1968, op. cit. p. 27-43.

<sup>292</sup> Ibid., p. 27.

<sup>293</sup> Ibid.

<sup>294</sup> Ibid., p. 34.

<sup>295</sup> Ibid.

<sup>296</sup> Ibid., p. 19.

**Quadro 4.** As categorias e subcategorias de auxiliares subversivos do MCI.

<b>Categoria</b>	<b>Subcategoria</b>	<b>Descrição</b>
Auxiliares Subversivos	Cripto-comunistas	São comunistas não confessos, por medo ou conveniência. Caracteriza-os o fato de ocultarem a sua ideologia, manifestando-se, contudo, em tôdas as ocasiões, favoráveis ao comunismo.
	Simpatizantes	São pessoas que, ainda não comunistas, são condescendentes ou parcialmente adeptas de suas causas e objetivos, ou de seus defensores. Os simpatizantes constituem talvez o grupo mais numeroso de auxiliares, formando o grosso das massas lideradas pelos comunistas.
	Oportunistas	São os que, por interêsse pessoal ou receio, associam-se à ação partidária, auxiliam-na e procuram obter vantagens.
	Inocentes úteis	São aqueles que se prestam às manipulações dos comunistas, por vaidade, desconhecimento ou inconsciência.
	Companheiros de viagem ou aliados	São os «amigos», elementos não comunistas, alguns mesmo de objetivos contrários aos dos comunistas, mas que se aliam a êstes para a conquista de determinados objetivos em comum.
	Agentes de influência	São pessoas, comunistas ou não, colocadas em posições tais, no jornal, no magistério, no clero, na administração pública ou empresarial, etc, capazes, por seus pronunciamentos ou ações, de alcançar ressonância favorável para os objetivos do MCI.

**Fonte:** Adaptado de EME, 1968, op. cit. p. 19.

Considerando o Quadro 4, a classificação criada pelos militares possui uma abrangência conceitual que impossibilita separar aqueles considerados subversivos da população em geral. Essa flexibilidade dos conceitos dava aos militares a liberdade para rotular como subversivo todo e qualquer cidadão crítico ao regime ditatorial, mas, principalmente, de utilizar dessa imprecisão semântica como estratégia para intimidar as lideranças populares, as manifestações sociais, greves, comícios, passeatas e outras situações que pudesse mobilizar a população.<sup>297</sup>

As teses, categorias e classificações militares apresentadas pelo Manual de Campanha C 100-20, aparecem de uma forma mais didática na apostila do curso de formação de militares do *Estágio de Aspirantes R-2*, promovido pelo 5º Grupo de Artilharia de Campanha Autopropulsado (5º GAC AP). A diferença da linguagem utilizada para os mesmos conceitos se explica pelo público alvo dos conteúdos. Enquanto o Manual é dedicado aos oficiais do EMFA, a apostila tem por finalidade instruir o baixo-oficialato, trazendo um conteúdo menos técnico, com mais redundância e numa linguagem acessível, utilizando figuras de linguagem, metáforas e analogias para exemplificar os comportamentos das tropas e os comandos de ação.

Nesta dissertação, foi utilizado uma cópia impressa dessa apostila, mas pela deterioração do documento não foi possível identificar, nem precisar a data de sua publicação, mas é possível

<sup>297</sup> Ibid. p. 122.

presumir que a sua publicação ocorreu depois dos anos de 1968, pois as referências bibliográficas que são utilizadas para fundamentar o conteúdo da apostila foram publicadas somente após 1968, cuja referência principal foi o *Manual C 100-20*. Tal constatação se dá pelo fato da apostila trazer em seu corpo textual os conteúdos organizados em capítulos, mas que, na realidade, são os mesmos conteúdos encontrados nos artigos que compõem os capítulos do *Manual C 100-20*. A diferença da apostila está na interpretação didática aplicada aos conteúdos, fazendo o uso de uma linguagem rica em detalhes e com testes de conhecimentos sobre o tema.

A apostila apresenta ao militar em formação as possíveis áreas de atuação dos guerrilheiros revolucionários, dividida-as em cores, de acordo com o grau de risco e ameaça para a sociedade e instituições de Estado. Em seguida, o militar em formação é questionado sobre qual das áreas (vermelha, amarela ou verde) ele deve priorizar nas operações de combate, trazendo, logo abaixo da questão, a resposta comentada, justificando o motivo dela ser a correta.

Muito bem! Claro que é a VERMELHA, pois é a área que está sob o controle eficaz das F. [forças] da guerrilha, onde ela dedobra seus QG, PC e tem suas bases e suprimentos, e portanto ela deve ter prioridade no desenvolvimento das operações de combate. A segunda prioridade [é] a área AMARELA, que é uma área de disputa. [...] Como o Sr. sabe, a guerrilha é um segmento fugaz, que atua dispersa em uma ampla área. A localização de suas bases bem como o valor exato dos seus efetivos não é uma tarefa fácil.<sup>298</sup>

Percebe-se que, pelo discurso utilizado, os militares foram insistentes ao tentar convencer o leitor de que o país estaria vivendo, de fato, o risco de uma revolução comunista, liderada por subversivos tão bem infiltrados e com tática eficientes que somente se colocariam em exposição quando já tivessem conquistado o apoio da população em importantes espaços sociais. Nessa etapa, o perigo para a Segurança Nacional seria tão grande que o aparecimento de guerrilhas seria o indicativo de que os revolucionários estariam próximos do golpe final. O fato dessas ideias circularem no Brasil desde os anos de 1960 fez com que os militares criassem dispositivos jurídicos para dar uma suposta legalidade às suas conspirações e, assim, também poderiam dar uma aparência de legalidade no uso da violência contra seus adversários, mesmo sem haver fatos consistentes ou racionais que comprovassem um perigo à segurança nacional.

De acordo com a apostila, “o problema essencial para o governo origina-se do fato de o perigo real sempre se mostrar à nação desproporcional às exigências de uma reação adequada. O perigo potencial é enorme, mas se torna difícil prova-lo com os fatos disponíveis.”<sup>299</sup> Nesse caso, “reconstruir ou reforçar a máquina política” seria a linha de ação mais apropriada para os

<sup>298</sup> Operações de Combate. In: 26º GAC. **Estágio de Aspirantes R-2: Guerra Revolucionária**. 5º GAC AP/Núcleo de Bia Escolar, Fl 1-6, Guarapuava, 1970. p. 02.

<sup>299</sup> Ibid., p. 3.

objetivos militares, “pois permite fazer pleno uso das possibilidades do govêrno, estabelecendo condições que coloquem a população a favor dos princípios defendidos pela democracia.”<sup>300</sup>

Em outras palavras, os militares usaram dos recursos do Estado como instrumento de guerra por acreditarem que os conflitos políticos e sociais internos tratavam-se de sinais de que haveria uma revolução comunista em pleno desenvolvimento no país. O anticomunismo, portanto, foi naturalizado pelas classes dominantes e institucionalizada no governo através de um projeto nacional de curto e longo prazo, visando combater a suposta hegemonia das esquerdas nas instituições de produção cultural, de conhecimento, nos centros de comunicação, nas agremiações juvenis, partidárias e sociais, nos sindicatos, nas organizações não governamentais (ONGs) e locais onde os subversivos teriam o controle sobre os bens nacionais.

Esse mesmo argumento é encontrado no relatório especial de informações produzido pelos militares do CISA, em março de 1973, reforçando a necessidade de se utilizar a máquina do Estado para combater os comunistas que já estariam infiltrados e subvertendo a população pela manipulação ideológica. Além do mais, o Congresso Cultural de Havana, de 1968, foi citado como referência no argumento militar para afirmar que os comunistas estariam exercendo o controle por duas principais linhas de ação: a guerra revolucionária fria e a quente.

A maior parte dos esforços do contra-subversivo na guerra revolucionária “quente” tendem a estabelecer u’a [sic] máquina política nas zonas rurais a fim de isolar o subversivo para sempre da população. Essa estratégia é, igualmente, válida na guerra revolucionária “fria”, e é de mais fácil execução preventiva do que quando o subversivo já assumiu o controle da população.<sup>301</sup>

Assim como a lógica das disputas ideológicas do contexto da bipolarização mundial, a guerra revolucionária também foi classificada em “fria” e “quente”, onde o *status* de maior ameaça não seria em sua forma “quente”, e sim na sua forma “fria”. Do ponto de vista militar: “a guerra revolucionária ‘fria’, [seria] quando a atividade do subversivo permanece de todo legal e não-violenta;”, por outro lado, a “guerra revolucionária ‘quente’, [seria] quando a atividade do subversivo torna-se francamente ilegal e violenta.”<sup>302</sup> Nesse caso, o surgimento das guerrilhas, as greves em massa e as manifestações estudantis que, em muitos casos, acabou em confronto com as forças policiais, estariam enquadradas na categoria de guerra revolucionária quente, pois havia uma intenção de causar distúrbios e abalar o governo ilegítimo dos militares.

A guerra revolucionária fria é um conceito que surge na *Teoria e Prática da Contra Rebelião*, escrito pelo cel. David Galula durante a guerra franco-argelina, mas teve seu sentido

---

<sup>300</sup> Ibid., p. 4.

<sup>301</sup> CENTRO DE INFORMAÇÕES DE SEGURANÇA DA AERONÁUTICA. **Relatório Especial de Informação nº 1**. Mar/CISA, Brasília: Ministério da Aeronáutica, 1973. p. 25.

<sup>302</sup> Ibid., p. 22.

apropriado e reesignificado pelos militares brasileiros após considerarem que essa ofensiva revolucionária teria uma escala maior depois da realização do Congresso Cultural de Havana.

No confuso ambiente da luta psicológica, no mundo atual, não basta que o soldado seja adestrado e dotado de moral. É necessário também que sua mente – o verdadeiro campo de batalha da guerra revolucionária – seja esclarecida pelos ensinamentos dos mais experientes, para fortalecer-se contra a facciosa propaganda do inimigo interno que procura confundi-la, com a finalidade de dividir, objetivo essencial ao sucesso da ação subversiva. [...] [Por meios ideológicos, os subversivos] doutrinam em nome da democracia, dos direitos do homem e da liberdade, conceitos de que se utilizam, apenas, até conseguirem o poder, quando apressam-se a suprimir esses direitos, porque, mantendo-os, não poderiam sustentar-se.<sup>303</sup>

Desde que as guerrilhas rurais e urbanas adotaram a luta armada como forma de enfrentamento da ditadura, houve um recrudescimento militar do Estado e a guerra revolucionária quente foi o principal alvo da repressão. Quando o sistema de segurança pública foi incorporado na hierarquia militar, formou-se uma grande estrutura repressiva que potencializou as liberdades de ação policial e, conseqüentemente, também a violência policial.<sup>304</sup> Porém, criou-se uma fachada de legalidade para a sustentar a violência militar e a impunidade foi garantida aos agentes que cometessem flagrantes violações. A militarização da segurança pública agravou os problemas sociais causados pela cultura policial de abuso de poder, abuso de autoridade e do racismo estrutural presente nas atividades de repressão, além de oferecer aos militares um potente instrumento de controle social e de intimidação política.

### 3.4 O CONGRESSO CULTURAL DE HAVANA

Entre 4 e 12 de janeiro de 1968, aconteceu o Congresso Cultural de Havana, realizado em Cuba, onde se reuniram mais de quinhentos intelectuais de setenta países, expondo a simpatia da comunidade científica internacional pela Revolução Cubana, alçando Che Guevara, Fidel Castro e outras lideranças socialistas como símbolos de militância pela transformação social, diferente dos métodos repressivos a totalitários utilizados pela URSS. De acordo com a historiadora Silvia Cezar Miskulin, “o Congresso Cultural de Havana tinha como objetivo reforçar o engajamento político de escritores e artistas e fortalecer a concepção das produções culturais como parte da luta anti-imperialista, em prol das revoluções e do Terceiro Mundo”.<sup>305</sup>

Após a consolidação da revolução de 1959, Cuba se tornou um modelo de sociedade que se mobilizou e conquistou sua independência política, econômica e cultural do

<sup>303</sup> Ibid., p. 2.

<sup>304</sup> BRETAS, Marcos Luiz; ROSEMBERG, André. A história da polícia no Brasil: balanço e perspectivas. **Topoi (Rio de Janeiro)**, v. 14, n.º. 26 pp: 162-173, 2013.

<sup>305</sup> MISKULIN, Sílvia Cezar. O ano de 1968 em Cuba: mudanças na política internacional e na política cultural. **Esboços: histórias em contextos globais** v. 15, n.º. 20, pp.: 47-66, Florianópolis: UFSC, 2008. p. 49.

imperialismo estadunidense, fazendo com que Che Guevara se tornassem ícones da cultura popular da geração dos anos de 1960 pelo seu protagonismo revolucionário e seu “espírito aventureiro”. Para os historiadores Mendes e Silva, o “caráter sonhador, lutador, disciplinado, jovial e, ao mesmo tempo determinado e firme em seus propósitos, [fizeram com que Che Guevara fosse] praticamente transformado num mito que impactou não só o Brasil, como a América Latina e o Mundo, sendo um dos grandes personagens das manifestações de 1968.”<sup>306</sup>

Uma das pautas desse congresso foi o debate crítico em torno da vanguarda artística, já que essas produções culturais eram endereçadas a uma pequena parcela elitista da sociedade e de difícil acesso pelas classes populares. O ideal defendido pelos congressistas seria uma difusão cultural pela integração de jovens, intelectuais, cientistas e produtores culturais que tornassem a práxis, a consciência e a luta de classes como objetos culturais ao invés das reflexões teóricas formais, complexas e academicistas. Conforme Miskulin, se por um lado a URSS exercia força política e econômica no Comunismo Internacional, Cuba havia se tornado o fascínio da “nova esquerda” e o epicentro irradiador da cultura revolucionária pelo mundo.<sup>307</sup>

Para as ditaduras latino-americanas, sem surpresa, o Congresso Cultural de Havana representou a ascensão de uma nova frente revolucionária. De um ponto de vista prático, os conceitos de guerra revolucionária ajudaram a legitimar o uso indiscriminado da violência. Contudo, quando os grupos de guerrilha foram exterminados, os militares redirecionaram os seus canhões para a cultura, ciência, informação, educação e até mesmo a linha progressista da igreja católica, por entenderem que o Congresso de Havana expandiu a atuação do subversivo.

O proletariado, o campesinato e as demais classes populares revolucionárias são os herdeiros históricos das melhores tradições culturais. Unicamente pela via da tomada do poder político e da revolução socialista, encabeçada por aquelas classes, será possível desenvolver ilimitadamente, sem os anteriores entraves da luta de classes, uma extensa e rica cultura genuinamente nacional. [...] Queremos concluir, expressando que o exemplo de Lenin se mantém e se manterá vivo na prática revolucionária dos povos; que defenderemos a revolução contra todos os inimigos e perigos, com nosso trabalho e com nossa vida se for necessário, e queremos dizer ao mundo que o grito de guerra de nosso Comandante "Che" Guevara foi escutado, que estamos dispostos - com nossas mãos e nossas gargantas eivadas de ódio e paixão revolucionária - a deixar nossos instrumentos de trabalho, tomar as armas e entrar os cantos guerreiros com o matraquear das metralhadoras e novos gritos de guerra e de vitória.<sup>308</sup>

O trecho acima foi retirado da declaração conjunta assinada pelos integrantes do Congresso de Havana e aparece traduzido nos documentos do EMFA e no relatório do Projeto

<sup>306</sup> MENDES, Alberto Dias; SILVA, Alex Conceição V. Intelectuais e Poder: O impacto de Che Guevara no Brasil. **XXVIII Simpósio Nacional de História**. Florianópolis, 2015. p. 3.

<sup>307</sup> MISKULIN, S. C. **Os intelectuais cubanos e a política cultural da Revolução (1961-1975)**. Tese de Doutorado Universidade, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas de São Paulo, São Paulo, 2005.

<sup>308</sup> Declaração Geral do Congresso Cultural de Havana *Apud* MACIEL; NASCIMENTO, 2012, op. cit., p. 221.

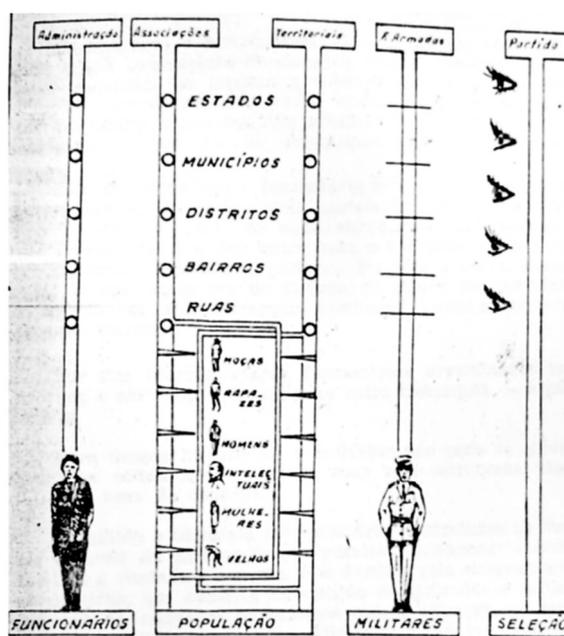
ORVIL. Como o próprio título indica, o Projeto ORVIL (palavra “livro” escrita ao contrário), foi um relatório que teve por objetivo descrever os acontecimentos da ditadura pela visão dos militares, que justificaram os crimes cometidos pelo mesmo discurso da guerra revolucionária.

No relatório do ORVIL, o Congresso Cultural de Havana é considerado como um ponto de transição pelo qual os comunistas estariam tentando conciliar a luta armada pela luta revolucionária cultural, isto é, uma virada estratégia para conquistar o apoio popular através da impregnação ideológica, da propaganda comunista, da “marxistização da teologia”, da doutrinação escolar e universitária, usando dos conceitos de revolução social criados pelo marxismo, a fim de “romper o monopólio cultural da chamada civilização ocidental cristã”.<sup>309</sup>

Por meio da tática de “conquista dos corpos e das mentes”, os revolucionários buscariam disciplinar e enquadrar as massas populares na “hierarquia paralela” do governo Comunista, onde cada indivíduo assumiria uma função designada pelo Partido, de acordo com as suas características e aptidões, sem poder deixar o partido ou reivindicar outras possibilidades.<sup>310</sup>

Na imagem 4, a hierarquia do Partido Comunista seria composta por **funcionários** (os responsáveis pela burocracia administrativa), pela **população** (organizada em associações de moças, rapazes, homens, intelectuais, mulheres, velhos; e espalhadas pelo território: nas ruas, bairros, distritos, municípios, Estados), pelos **militares** (representando as forças armadas) e os **Selecionados** (composto de membros de grande importância para o partido, são as lideranças).

**Imagem 4.** Quadro da Hierarquia Paralela do Partido Comunista.



Fonte: EME, 1968, op. cit., p. 39

<sup>309</sup> MACIEL; NASCIMENTO, 2012, op. cit., p. 138.

<sup>310</sup> OLIVEIRA, 1965, op. cit., p. 94

A existência de uma hierarquia paralela do partido comunista, ao menos em tese, não dependeria, necessariamente, do sucesso da luta armada, pois no período pré-revolucionário e durante as atividades subversivas, o partido já exerceria sua força de controle e de organização sobre o Estado, expandindo sua rede de influência na mesma medida em que novos espaços fossem conquistados. Dessa forma, quando o cidadão for “apanhado em tal rede, vê-se obrigado à obediência e ao esforço de guerra, porque, graças às técnicas de *enquadramento*, que levam à criação do sistema das *hierarquias paralelas*, os corpos foram conquistados e dominados”<sup>311</sup>.

Entretanto, “um tal sistema, que destrói toda a célula orgânica e entrega o indivíduo sem defesa aos seus tiranos, não seria, contudo, suficiente por si só. A revolução não se contenta em dominar os corpos.”<sup>312</sup> Diferente da técnica de conquista dos corpos, a “conquista das almas” é descrita como um processo de “domesticação” da mente humana, isto é, “as energias, vontades, entusiasmos, potência de amor e de ódio, que se torna indispensável conquistar também, pois nada disso pode ficar fora da guerra.”<sup>313</sup> Nesse sentido, as atividades subversivas de agitação social, as campanhas de desmoralização, a intoxicação das instituições e órgãos de autoridade, a dissolução de valores e crenças, a intimidação pela violência, a mentira, o boato e a manipulação das informações para desinformar e confundir a opinião pública são alguns dos instrumentos de ação psicológica que os comunistas estariam usando para conquistar as almas.

Ambas as técnicas de conquista (corpo e alma) não aparecem em ordem sequencial, tampouco dependem uma da outra e podem ser desenvolvidas simultaneamente, sem que uma exclua a outra. No entendimento militar, faltava conciliar a cultura com a luta armada e isso não demorou acontecer. Quando houve o Congresso Cultural de Havana, ficou claro que os comunistas teriam cooptado os intelectuais, cientistas, estudantes, missionários, artistas e influenciadores sociais que poderiam, por meio de seus livros, canções, palestras e suas produções artísticas e culturais, conquistarem a consciência, ou melhor, a “alma” da população.

A repercussão foi imediata e a censura midiática e cultural, que já era uma prática comum desde a tomada do poder, em 1964, foi intensificada pela repressão militar. Em 12 de setembro de 1969, em plena vigência do AI-5, que concedia superpoderes ao Poder Executivo, a Junta Militar que governava o país incluiu, via o Decreto-Lei nº 869/1969, as disciplinas de Educação Moral e Cívica (EMC), Organização Social e Política Brasileira (OSPB) e Estudos de Problemas Brasileiros (EPB) como obrigatórias em todos os níveis e modalidades de ensino

---

<sup>311</sup> Ibid., p. 99.

<sup>312</sup> Ibid.

<sup>313</sup> Ibid., p. 100

no país. Para os militares, essa mudança curricular teria por objetivo levar o estudante “a adquirir hábitos morais e cívicos, através da consciência de princípios e do desenvolvimento da vontade, para a prática constante dos atos decorrentes, fazendo-o feliz e útil à comunidade”<sup>314</sup>.

Contudo, a real finalidade da mudança curricular foi banir as disciplinas pertencentes ao campo das Ciências Humanas e inibir o desenvolvimento do pensamento crítico e analítico, censurando conteúdos considerados políticos, polêmicos ou que aparentassem estar “infectados” por ideias subversivas. Basicamente, as informações ensinadas pelas disciplinas tradicionais (História, Sociologia, Filosofia e Geografia) foram suprimidas e os conteúdos foram estrategicamente selecionados para que os estudantes só tivessem acesso ao conhecimento autorizado pelos militares, ou seja, nada que pudesse ser associado ao marxismo, ao comunismo ou assuntos que colocassem o governo no alvo de problematizações e de estudos cientificamente conduzidos, inibindo, portanto, o processo pedagógico reflexivo e autônomo.

É curioso observar como a proposta curricular criada pelos militares possui uma contradição intrínseca. Quando as novas disciplinas escolares foram criadas, a missão era se contrapor a suposta estratégia de aparelhamento intelectual e cultural das esquerdas revolucionárias, às quais estariam utilizando das técnicas de controle dos corpos e das almas. Entretanto, os fatos demonstraram que apesar dos militares atribuírem essas técnicas aos comunistas, foram eles que, efetivamente, colocaram essas ideias em práticas, pois já estavam no controle do governo e o aparelhamento político e ideológico ocorreu desde os anos de 1960.

A mudança curricular educacional deixou em evidencia que a preocupação das forças armadas não era evitar que a população fosse vítima de uma doutrinação ideológica, mas sim evitar que os comunistas fizessem a doutrinação antes que os militares, tanto é que foi criado a sua própria versão doutrinária. Se os revolucionários teriam por objetivo integrar a população na hierarquia paralela do partido comunista, os militares fariam o enquadramento das massas pela hierarquia militar, expandindo os domínios da caserna pela imposição de um *ethos militar*<sup>315</sup> como política pública. Nessa lógica, a população civil e suas instituições não-militares estariam submetidos aos mesmos códigos de condutas exigidos dos militares, de modo

---

<sup>314</sup> SERVIÇO NACIONAL DE INFORMAÇÃO. **INFORMAÇÃO Nº 208/AFZ/SNI**. Irregularidades no disciplinamento da referida matéria na UFCE. Agência de Fortaleza, 24 de maio de 1972.

<sup>315</sup> Entende-se por Ethos Militar os artifícios retóricos que as instituições militares utilizam para descrever as características atribuídas a si mesmas, impondo aos militares essas características mediante doutrinas e normas de condutas, pois assim seriam reconhecidos por essas instituições. Cf. AUCHLIN, A. *Ethos et expérience du discours: quelques remarques*. In: WAUTHION, M; SIMON A. C. (éds). **Politesse et idéologie**. Rencontres de pragmatique et de rhétorique conversationnelle. Louvain: Peeters, 2001.

que a insubmissão é considerada como um crime, conforme indica o relatório de informações de nº 589, produzido pelo CIE e que relata a *Impregnação ideológica em colégios religiosos*.<sup>316</sup>

Em agosto de 1980, esse relatório foi enviado ao Ministro do Exército, contendo informações de que algumas direções escolares estariam permitindo que os professores se aproveitassem das brechas encontradas nos temas recomendados pela Comissão Nacional de Moral e Cívica, com intuito de atacar o governo militar e fazer proselitismo político marxista.

De algum tempo pra cá, vêm se avolumando informes e informações sobre a pregação ideológica, evidentemente de cunho marxista, nas escolas secundárias, incidindo essa pregação em significativo número de escolas católicas. Os temas propostos nas sessões de Educação Moral e Cívica e Religião, nada têm a ver com esses assuntos, sendo em sua maioria ou na totalidade, relativos a temas políticos polêmicos, como: “Multinacionais”, “Pobreza”, “Mortalidade Infantil”, “Dívida Externa”, “Mordomia”, “Torturas”, etc, cuja abordagem conduzida por professores “engajados”, se faz de maneira facciosa, numa clara impregnação psicológica, predispondo os jovens a um antagonismo ou mesmo revolta em relação ao governo e, por extensão, ao regime.<sup>317</sup>

O que de fato provocou a preocupação nos militares foi, justamente, a função problematizadora da educação, pois na medida em que os alunos adquirissem consciência da sua realidade e da realidade em que o país estava enfrentando, o engajamento contrário a ditadura seria um processo inevitável. Os militares acreditaram que os professores estariam corrompendo a mente dos adolescentes, visando “garantir o engajamento e a comunização do jovem, mesmo antes de seu ingresso na Universidade”.<sup>318</sup> Essa tese conspiratória se alimentou das teorias da guerra revolucionária circulando no imaginário militar e encontrou forte amparo ideológico entre a classe dominante. Nesse caso, o discurso de que haveria uma conspiração comunista no Brasil foi utilizado como pretexto para preservar os privilégios de certos grupos elitistas e, assim, impedir o avanço das pautas populares, mesmo que para isso fosse necessário negar a própria realidade, independente dos fatos ou argumentos contrários, pois a convicção é processo extremamente subjetivo, um ato de fé daquele que crê e não admite ser contraditado.

Se somarmos a estes fatos, a conhecida atuação de esquerda clerical, nas vilas periféricas das grandes cidades e no meio rural, é lícito concluir-se que estamos presenciando um trabalho insidioso de pregação marxista, tendo por base e alvo a juventude e os mais necessitados, visando a médio prazo um confronto de proporções e consequências imprevisíveis, mercê de uma opinião pública nacional desinformada, mal informada e manipulada pelos Órgãos de Comunicação Social de há longo tempo infiltrados.<sup>319</sup>

<sup>316</sup> CENTRO DE INTELIGÊNCIA DO EXÉRCITO. **Informação nº 589. S-102/A3/CIE**. Brasília: Ministério do Exército, 13 de ago 1980.

<sup>317</sup> Ibid., p. 2.

<sup>318</sup> Ibid.

<sup>319</sup> Ibid., p. 3.

No trecho, o argumento para legitimar a intervenção militar nas instituições de ensino mantém a acusação de que as instituições sociais de formação intelectual, moral e os meios de comunicação foram corrompidos pela infiltração comunista, apelando para que o EME tome providências com urgência, “a fim de antepor-se com possibilidade de sucesso à crescente escalada da subversão”.<sup>320</sup> Uma das providências tomadas pelas forças armadas foi a suspensão de livros didáticos e conteúdos essenciais para a formação acadêmica, mas que na visão dos militares, não passariam de pregação ideológica marxista ou que estaria afrontando as bases cristã do povo brasileiro, como indica o Informe de nº 349, do CISA, denunciando o professor “Mario” por informar aos alunos que “Não existe Deus”, “Não existe Cristo” e por “alegar que devemos viver o momento”<sup>321</sup>. O mesmo ocorre na acusação do informativo de nº 208, produzido pelo SNI, em 1972, em que trata das irregularidades no ensino de Moral e Cívica.

O Departamento de Sociologia da Faculdade de Ciências Sociais e Filosofia, a quem cabe a tarefa da codificação da disciplina ESTUDO DE PROBLEMAS BRASILEIROS [...] é chefiado pelo Professor ANDRÉ HAGUETE, que em suas aulas [...] atacava o governo e elogiava os atos subversivos. [...] o Professor ANDRÉ se pronunciou, arguciosamente, contra dogma de fé da Igreja Católica, inclusive se reportando, embora mui superficialmente, em termos de descrença ou incredulidade, à virgindade de N. Senhora, fazendo coro com a ala esquerdista da Igreja, que procura destruir valores espirituais.<sup>322</sup>

Esse relato de irregularidade teria ocorrido na Universidade Federal do Ceará, onde o professor André Haguete, no uso da sua autonomia docente, teria desviado de finalidade quando usou da disciplina de Estudos de Problemas Brasileiros para propor reflexões acerca da mitologia do catolicismo. Isso teria provocado a fúria dos militares do SNI por entenderem a atitude do professor como um ato de incredulidade e uma afronta aos dogmas da igreja, além de ser considerado uma ação comum entre a “ala esquerdista da igreja”. Os militares denunciaram que essa seria uma tática comunista de “massificação” e uma atitude de “inversão de valores”.<sup>323</sup>

A denúncia enviada pelo SNI ao ministro-chefe do Exército procurou justificar a intervenção militar nas escolas, universidades e centros de estudos para eliminar os “focos de subversão”, sendo que a real ameaça teria sido o ceticismo dos professores e suas reflexões em torno da crença cristã. Para os oficiais mais moralistas e conservadores, a religião cristã não deveria ser objeto de problematização e seus estudos só seriam admitidos por meio da catequização. Os professores foram enquadrados como subversivos infiltrados – tal como se

<sup>320</sup> Ibid.

<sup>321</sup> CENTRO DE INFORMAÇÃO DE SEGURANÇA DA AERONÁUTICA. **Informe nº 349**. DEOPS/SP, 6ª DN, São Paulo, 17 nov 1970.

<sup>322</sup> SERVIÇO NACIONAL DE INFORMAÇÃO, 1972, op. cit., p. 5.

<sup>323</sup> Ibid.

propagou na opinião pública desde meados dos anos de 1960 – para tornar aceitável a perseguição, intimidação e até mesmo a eliminação desses grupos considerados “indesejáveis”.

É notório que o discurso dos militares não chegou a toda população, mas convenceu grupos tradicionais da elite política e de boa parte da classe média urbana que, ameaçadas pelo avanço das políticas públicas de reformas populares, encontraram no discurso de defesa da democracia um subterfúgio para apoiar a repressão da ditadura e manter conservado seus privilégios elitistas. Mesmo com o autoritarismo, a violência generalizada e os crimes militares estampados nas manchetes nacionais e internacionais, essa mesma elite não se sentiu ameaçada, mas, pelo contrário, boa parte esteve representada em seus desejos antidemocráticos, pois na linha de frente, as forças militares estavam combatendo as classes indesejáveis politicamente e interrompendo os programas de reformas sociais que ajudariam a reduzir a desigualdade no país.

Muitos membros das elites civis com um longo histórico de participação na vida pública perderam o seu poder decisório e foram substituídos por militares quando houve a ampliação e concentração de poderes nas mãos das forças armadas. Na medida em os anos foram passando e os militares permaneceram no cenário político pela suposta necessidade de continuar a “revolução democrática de 1964”, deixaram muitos descontentes. Carlos Lacerda, um ferrenho crítico dos governos petebistas e um anticomunista por excelência, foi um dos articuladores midiáticos do golpe e pretendia disputar as eleições de 1965, mas foi impedido pela suspensão das eleições diretas. Lacerda rompe com os militares e escreve a “*carta a um amigo fardado*”.

Eis que a Nação chegou ao ponto que a todo custo quisemos evitar. Você saiu do quartel em 1964 para garantir a realização de eleições livres e diretas, a existência de um Congresso sem coação e o funcionamento de um governo representativo, sem ditadura. Hoje não temos eleições diretas e livres. O Congresso andou fechado. E agora, estamos em plena ditadura<sup>324</sup>.

A diminuição do apoio das elites políticas não impediu o recrudescimento da violência, da repressão de Estado ou do controle autoritário do país para preservar o poder e a imagem dos militares. Afinal, a realidade factual não teve força para substituir o lugar ocupado pela guerra revolucionária no imaginário militar. O delírio conspiratório se tornou ainda mais grave quando o Congresso Cultural de Havana teria, supostamente, criado uma nova forma de luta ideológica para promover o projeto revolucionário pelo mundo. Como forma de combater essa nova ameaça, os militares investiram na doutrinação fardada para desmobilizar as forças

---

<sup>324</sup> O texto é mencionado no prefácio da obra de Lacerda, afirmando ter sido publicado em 1966 no “Diário de Minas”, “Jornal da Tarde”, “Tribuna da Imprensa” e “O Estado”. Cf.: LACERDA, Carlos. *Cartas a um amigo fardado*. In: Idem. **Crítica e Autocrítica**, 1ª ed., Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 1966.

políticas antagônicas nos espaços de formação educacional e de produção artística, cultural, intelectual, com a finalidade de criar consensos e consolidar um projeto de Brasil anticomunista.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao finalizar esta dissertação, é possível afirmar que um dos grandes pilares da ditadura militar brasileira foi a conspiração da chamada guerra revolucionária presente no imaginário social desde os anos de 1960, dando embasamento para que políticas públicas antidemocráticas e autoritárias fossem executadas pelas autoridades de Estado. A tese conspiratória de que o mundo ocidental, seus valores democráticos, cristãos e liberais estariam sendo ameaçados pela expansão global do comunismo criou um ambiente de luta por sobrevivência. Além do mais, as lutas anticoloniais na Ásia, na África e a consolidação da revolução cubana na América Central, foram eventos reverberaram no Brasil, especialmente quando as classes populares começaram a reivindicar seus direitos e exigir que o Estado realizasse uma ampla reforma social. Esses são alguns dos fatores que alimentaram o medo e o delírio das elites políticas e militares no país, fazendo com que os discursos golpistas ganhassem apoio pela promessa de segurança nacional.

É claro que o contexto da guerra fria foi propício para o surgimento de teses conspiratórias de ambos os lados do mundo, mas, pelos indícios na bibliografia militar francesa, a doutrina de guerra revolucionária foi um tipo de conspiração com grande valor estratégico. Essa doutrina se utilizou do imaginário anticomunista para obter apoio da opinião pública e silenciar os focos insurrecionais dos povos colonizados que reivindicavam a independência de seus territórios na Indochina e também na Argélia, ambas espoliadas pelo colonialismo francês.

O ponto mais expressivo das ideias francesas foi a inclusão da dimensão política dentro das atribuições de competência militar. Desse modo, a luta armada foi considerada apenas um instrumento da verdadeira disputa: a guerra das ideias, das narrativas, das construções simbólicas, dos discursos, uma guerra que estaria ocorrendo nos espaços das relações políticas, o que tornava legítimo a intervenção militar nesses assuntos. E num país como o Brasil, marcado historicamente pelas intervenções militares na política de Estado, a ideia de politização militar, prescrita pela doutrina francesa, encontrou os anseios das Forças Armadas Brasileiras.

A guerra revolucionária ocupou o imaginário militar e sua doutrina circulou entre as instituições de inteligência, formação e comando das forças armadas, às quais descreveram a crise política e social enfrentada pelo Brasil, nos anos de 1960, como a ascensão do comunismo, tal como teria ocorrido em Cuba no período pré-revolucionário. Assim, a doutrina de guerra revolucionária permitiu que os militares produzissem um tipo de inimigo interno que passou a ser explorado pelo discurso anticomunista. Esse discurso ia de encontro aos interesses das classes dominantes e, portanto, dava legitimidade para que os militares intervissem no Estado.

Pelo que os indícios documentais levaram a crer, os militares se utilizaram do discurso da guerra revolucionária estrategicamente para executar seu próprio projeto de Brasil. Para isso, propagandearam na opinião pública a tese de que haveria uma força comunista colocando em risco a segurança nacional. Essa força seria composta por inimigos internos que estariam infiltrados na sociedade e nas instituições sociais. Um inimigo que não usava fardas, bandeiras ou características que pudessem diferenciá-lo da população em geral, podendo ser qualquer pessoa, grupo ou até mesmo uma ideia, desde que essa ideia fosse considerada como subversiva.

O imaginário de guerra revolucionária extravasou dos quartéis para as mídias de comunicação e informação, que fizeram sua parte ao alimentar o ódio, o medo e as inseguranças da população com notícias falsas, boatos, mentiras, informações distorcidas e manipuladas estrategicamente para criar um contexto em que fosse aceitável expurgar e exterminar os grupos indesejáveis. A proposta dos militares foi construir uma rede de apoio entre as classes políticas, os setores empresariais e a classe média-alta para manter seus privilégios elitistas contra o avanço das reformas sociais reivindicada pelas classes populares. Para sustentar essa rede de apoio, uma complexa e sofisticada estrutura repressiva foi projetada para enfrentar os adversários políticos. O teor moralista e ideológico das campanhas anticomunistas conseguiu demonizar a figura do subversivo na opinião pública, esse inimigo rotulado de imoral, de perverso, de terrorista, um inimigo sem farda e que estaria infiltrado no país para destruir as bases da sociedade brasileira e conquistar o apoio das mentes para fazer a revolução comunista.

Por meio da redação dos manuais de guerra e dos documentos de informação produzido pelos (e para) os militares, destacam-se duas percepções em consonância e que não se excluem mutuamente. Por um lado, haviam aqueles com o imaginário de guerra tomado pelas disputas ideológicas e convictos na luta contra os inimigos comunistas que podiam ser encontrados em toda e qualquer parte, nem que para isso fosse preciso utilizar meios violentos com o objetivo final de preservar a democracia e as virtudes brasileiras. Por outro lado, havia a percepção estratégica daqueles que tinham consciência de que a permanência das forças armadas no governo não seria aceitável diante da opinião pública sem que houvesse uma base de legalidade.

Essa segunda percepção parece ter sido a mais preponderante na década de 1970, quando as forças armadas perderam o apoio de importantes setores da sociedade e o governo se tornou alvo de críticas nacionais e internacionais pelos escândalos de violência, prisão e morte de presos políticos no país. Sem apoio, a repressão militar já não conseguia impedir as greves gerais, as passeatas estudantis, as manifestações sociais e a insurgência da população contra a continuidade da ditadura. É claro que essas duas percepções não foram estáticas e tiveram em confluência em vários momentos, como ocorreu logo após a tomada de poder, em abril de 1964,

quando foram alterados os dispositivos legais e constitucionais, criando o próprio regime jurídico da ditadura e produzindo uma falsa impressão de legalidade em suas práticas violentas.

Através desses mecanismos, os militares delegaram poderes a si mesmos para determinar qual era ou não a identidade brasileira, reduzindo toda a diversidade étnica e cultural do país em um seletivo grupo historicamente privilegiado, composto por famílias tradicionalmente cristãs, de classe média-alta, detentora de propriedades, anticomunista por excelência e com grande participação na vida política e econômica do país; e, do outro lado, os “indesejáveis”, os insubmissos, os inconformados com as injustiças sociais, com as desigualdades econômicas, com a exploração das classes oprimidas, mas que foram silenciados, marginalizados e criminalizados por terem sua luta rotulada de subversão, tal como ocorreu com Manoel da Conceição dos Santos, um camponês sindicalista que lutou pela reforma agrária e foi vítima da ditadura, onde teve seus direitos, sua mente e seu corpo violados pelos militares.

Não é demais concluir, portanto, que o projeto de Brasil anticomunista conduzido pelas forças armadas foi delineado pelo imaginário da guerra revolucionária e que a presença prolongada dos militares no governo impactou a formação intelectual da geração estudantil que viveu sob o período da ditadura. A ameaça da guerra psicológica e da revolução cultural que supostamente haviam sido deliberados como o novo objetivo do Congresso Cultural de Havana, em 1968, deu aos militares argumentos para impor a sua doutrina militar nas grades curriculares sob a forma de Educação Moral e Cívica. Essa disciplina deveria ser o contraposto ideológico de uma suposta “doutrinação comunista” nas escolas. A doutrina por si só já é um problema, pois prevê a formação disciplinar, hierarquizada e não admite a insubmissão crítica do aluno, uma visão incompatível com as tendências pedagógicas apropriadas para o desenvolvimento intelectual dos estudantes. Houve restrição ao acesso de conteúdos e assuntos políticos relacionados às Ciências Humanas por serem considerados “marxistas” ou interpretados como “pregação ideológica”, impedindo o estudante de construir uma visão crítica da sua realidade.

Embora os militares não tenham deixado de utilizar a violência como força de repressão, o uso das estratégias psicossociais nos projetos educacionais e culturais de doutrinação ideológica restringiram a percepção da realidade da juventude sobre os problemas políticos, sociais e econômicos do país, pois suprimiu as atividades reflexivas e analíticas proporcionadas pelas Ciências Humanas em valorização de uma conduta escolar disciplinada e hierarquizada, tal como ocorre nos quartéis. Se o *ethos* militar se aplica na sociedade, então se presume que as características que se exige do combatente, como a disciplina, a ordem, a submissão aos valores e a hierarquia, são alguns dos elementos que também passam a ser exigido da população civil.

Diante do exposto, esta dissertação reuniu diversas fontes documentais produzidas pelos órgãos de informação e pelas instituições de formação e comando das três forças armadas, entre os anos de 1959 e 1985, um recorte temporal e histórico que abrange todo o período da ditadura militar no Brasil, em confluência com as crises políticas, militares e sociais provocadas pelo contexto da guerra fria. O objeto de análise foi o discurso da guerra revolucionária no Brasil e como seus conceitos foram utilizados estrategicamente pelos militares e pelas classes políticas para preservarem seus privilégios e obterem apoio para o seu projeto de Brasil anticomunista.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

### ➤ FONTES DOCUMENTAIS E BIBLIOGRÁFICAS

26º GAC. **Estágio de Aspirantes R-2: Guerra Revolucionária**. 5º GAC AP/Núcleo de Bia Escolar, Fl 1-6, Guarapuava, 1970.

ARANHA, José Antônio. **Conspiração tem um chefe (a quem Brizola obedece) usando falso nome “Oswaldo”**. Diário de Notícias, Porto Alegre, 08 de janeiro de 1964.

BRASIL, Pedro. **Livro Branco da Guerra Revolucionária**. Porto Alegre: Globo, 1964.

BRASIL. Escola Superior de Guerra. **Doutrina Básica**, Rio de Janeiro: ESG, 1979

BRASIL. Presidência da República. **Ato Institucional nº 1, de 9 de abril de 1964**. Brasília: Planalto, Casa Civil, 9 de abril de 1964. Disponível em: [www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/ait/ait-01-64.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ait/ait-01-64.htm). Acesso em: 14 fev. 2021.

BRASIL. Presidência da República. **Ato Institucional de nº 4**, de 7 de dezembro de 1966. Coleção de Leis do Brasil - 1966, Página 3, Vol. 7. Brasília, 1966.

BRASIL. **Lei nº 6.683, de 28 de agosto de 1979**. Concede anistia e dá outras providências. Diário Oficial da União [da] república Federativa do Brasil, Brasília, DF, 28 ago. 1979. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/L6683.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L6683.htm). Acesso em: 23 jul. 2021

BRASIL. INEP. **Estatísticas da Educação Básica no Brasil**. Relatório para a Conferência Internacional de Educação em Genebra, 1996. Brasília: PNUD/IPEA, 1996. Disponível em: [https://download.inep.gov.br/publicacoes/institucionais/estatisticas\\_e\\_indicadores/estatisticas\\_da\\_educacao\\_basica\\_no\\_brasil.pdf](https://download.inep.gov.br/publicacoes/institucionais/estatisticas_e_indicadores/estatisticas_da_educacao_basica_no_brasil.pdf). Acesso em: 20 de jul. 2021.

BRASIL. Presidência da República. **Ato Institucional de nº 5**, de 13 de dezembro de 1968. Diário Oficial da União, Col. 1., p. 10801. Brasília, 1968.

BEAUFRE, André. **La guerre révolutionnaire**. Les formes nouvelles de la guerre, Paris: Fayard, 1972.

BONNET, Gabriel. **Guerras insurrecionais e revolucionárias**. 1º ed. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 1963.

BUNDY, McGeorgy. Memorandum to members of the special group. In: National Security Files. **Meetings and Memoranda nº 124 [NSAM-124]**. Washington DC: John F. Kennedy Presidential Library and Museum, 1962.

CENTRO DE INFORMAÇÕES DE SEGURANÇA DA AERONÁUTICA. **Relatório Especial de Informação nº 1**. Mar/CISA, Brasília: Ministério da Aeronáutica, 1973.

CENTRO DE INFORMAÇÃO DE SEGURANÇA DA AERONÁUTICA. **Informe nº 349**. DEOPS/SP, 6ª DN, São Paulo, 17 nov 1970.

CENTRO DE INTELIGÊNCIA DO EXÉRCITO. **Informação nº 2.448**. S/102. Informação, Rio de Janeiro, 25 set 1969

CENTRO DE INTELIGÊNCIA DO EXÉRCITO. **Informação n.º 2.119**. S-103, Brasília, DF, 3 de dez 1974.

CENTRO DE INTELIGÊNCIA DO EXÉRCITO. **Ação com MANOEL CONCEIÇÃO DO SANTOS “Operação Búfalo”**. S/103, Rio de Janeiro: Ministério do Exército, 10 ago 1972.

CENTRO DE INTELIGÊNCIA DO EXÉRCITO. **Relatório Periódico**. S/103, Rio de Janeiro, 11 set 1972.

CENTRO DE INTELIGÊNCIA DO EXÉRCITO. **Informação nº 2.338**. S/103, Rio de Janeiro: Ministério do Exército, 18 set 1972.

CENTRO DE INTELIGÊNCIA DO EXÉRCITO. **PARECER e Operação Búfalo II**. S/103, Rio de Janeiro: Ministério do Exército, 02 out 1972.

CENTRO DE INTELIGÊNCIA DO EXÉRCITO. **Informação nº 897**. S/103, Rio de Janeiro, 18 jul 1973.

CENTRO DE INTELIGÊNCIA DO EXÉRCITO. **Informação nº 589. S-102/A3/CIE**. Brasília: Ministério do Exército, 13 de ago 1980.

CHASSIN, Lionel-Max. **A conquista da China**. Trad. Flávio Pinto Vieira, São Paulo: Editora Saga, 1966.

COUTO E SILVA, Golbery. **Planejamento estratégico**. Brasília: UnB, 1981.

DIÁRIO DE NOTÍCIAS. **O Barrete do “Osvaldo”**. Editorial - Diário de Notícias, 00259. Ed. Porto Alegre, 09 de janeiro, 1964a

DIÁRIO DE NOTÍCIAS. **O Conflito**. Editorial - Diário de Notícias, 00265. Ed. Porto Alegre, 15 de janeiro, 1964b.

DIÁRIO DO PARANÁ. **Nixon concentra atenção no embaixador Elbrick**. Nº 4.240, Ano VI, Curitiba, 06 set, 1969.

ESTADO-MAIOR DO EXÉRCITO. **Ação Educativa Contra a Guerra Revolucionária**. Curso apresentado pelo Cel. Mario de Assis Nogueira. Ministério da Guerra, Rio de Janeiro, 1963.

ESTADO-MAIOR DO EXÉRCITO. **Guerra Revolucionária**. Manual de Campanha C 100-20. Rio de Janeiro, 1968.

ESTADO-MAIOR DAS FORÇAS ARMADAS. **Introdução ao estudo da guerra revolucionária**. Conferência de Augusto Fragoso. Rio de Janeiro: Escola Superior de Guerra. 1959.

ESTADO-MAIOR DAS FORÇAS ARMADAS. **Conceituação de guerra insurrecional, guerra revolucionária, subversão (guerra subversiva), ação psicológica, guerra psicológica e guerra fria**. FA-E-01/61. Rio de Janeiro, 1961.

ESTADO-MAIOR DAS FORÇAS ARMADAS. **Concepção da Guerra**. Apresentado pelo Calte Antonio Junqueira Giovannini. Rio de Janeiro, 1963.

FRAGOSO, A. **Doutrina Militar Brasileira: Bases para sua Formulação**. Rio de Janeiro: ESG, 1959.

GALULA, David. **Pacification in Algeria 1956-1958**. Santa Monica: RAND Corporation, 1963.

GALULA, D. **Teoria e prática da contra-rebelião**. Rio de Janeiro: GRD, 1966.

GOFF, Keneth. **Psicopolítica – Técnica de Lavagem Cerebral**. Buenos Aires: Editorial Nuevo Orden, 1966.

LACERDA, Carlos. *Cartas a um amigo fardado*. In: Idem. **Crítica e Autocrítica**, 1ª ed., Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 1966.

MACIEL, Lício; NASCIMENTO, José Conegundes. **ORVIL - Tentativas de tomada do Poder**. São Paulo: Schoba, 2012.

NEMO. Sugestões para o estabelecimento de uma doutrina. **Mensário de Cultura Militar**, Rio de Janeiro, XI, n. 126, 1959.

MARTINS, Humberto Buceta. *Prefácio*. pp. 11-22, In: OLIVEIRA, Hermes de Araújo. **Guerra revolucionária**. 3º Ed. Rio de Janeiro: BIBLIEX, 1965.

OLIVEIRA, Hermes de Araújo. **Guerra revolucionária**. 3º Ed. Rio de Janeiro: BIBLIEX, 1965.

SANTOS, Francisco Ruas. **A Guerra Revolucionária Comunista**. Livros para a Juventude, Rio de Janeiro: Distribuidora Record de Serviço de Imprensa, 1964.

SANTOS, Manoel da Conceição. **Manoel da Conceição Santos (depoimento, 2006)**. Rio de Janeiro, CPDOC/Fundação Getúlio Vargas (FGV), (2h 49min), 2019.

SERVIÇO NACIONAL DE INFORMAÇÃO. **INFORMAÇÃO Nº 208/AFZ/SNI**. Irregularidades no disciplinamento da referida matéria na UFCE. Agência de Fortaleza, 24 de maio de 1972.

TRINQUIER, Roger. **Modern warfare: A French view of counterinsurgency**. [1964] Greenwood Publishing Group, 2006.

#### ➤ ENDEREÇOS ELETRÔNICOS

BOLSONARO, Jair Messias. **Vídeo-Pronunciamento**. In: ADAD, Lelia. *PR @jairbolsonaro : “Vcs são o meu exército! Nós juntos somos a expressão da democracia no Brasil! O nosso entendimento, a minha lealdade ao povo brasileiro, o meu temor à Deus, a nossa união, nos libertará da sombra do comunismo e do socialismo!” #BrasilPeloVotoAuditavel*. Brasília, 01 ago 2021. Twitter: @AdadLelia. Disponível em: <https://twitter.com/AdadLelia/status/1422163741303611397>. Acesso em: 05 ago. 2021.

BOLSONARO, Jair. **Live de quinta-feira com o Presidente Bolsonaro (18/04/2019)**. Youtube, 18 de abr. 2019. Disponível em: <https://youtu.be/J9u1Cl49xlw>. Acesso em: 13 de out. 2021.

BRASIL. Câmara dos Deputados. **Projeto de Lei nº 1.595, de 19 de março de 2019**. Dispõe sobre as ações contraterroristas, altera as Leis nº 10.257, de 10 de julho de 2001, e nº 9.807, de 13 de julho de 1.999, e dá outras providências. Brasília: Câmara dos Deputados, 2019, p. 02. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/propostas-legislativas/2194587>. Acesso em: 13 de out. 2021.

CHURCHILL, Winston. **Churchill's "Iron Curtain" Speech, "Sinews of Peace"**. History and Public Policy Program Digital Archive, Washington: Digital Archive, march 05, 1946. Disponível em: <http://digitalarchive.wilsoncenter.org/document/116180>. Acesso em 16 de jun. 2021.

CLAUSEWITZ, Carl von. **Da Guerra**. Trad. Luiz Carlos Nascimento e Silva do Valle. Versão online. Disponível em: <http://almanaquemilitar.com/site/wp-content/uploads/2014/02/Da-Guerra-Carl-Von-Clausewitz.pdf>. Acesso em: 14 fev. 2021

HUGO, Vitor. **Importância da aprovação do Projeto de Lei nº 1.595, de 2019, a respeito do estabelecimento de ações contraterroristas, e da alteração das Leis de nºs 10.257, de 2001, e 9.807, de 1.999. Apelo ao Presidente Arthur Lira de reinstalação da Comissão Especial destinada ao exame da propositura**. Discurso – Sessão 57.2021. Brasília: Câmara dos Deputados: DETAQ, 26 de maio, 2021, s/p. Disponível em:

[https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop\\_discursos?idProposicao=2194587&nm=VI TOR+HUGO&p=PSL&uf=GO#](https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_discursos?idProposicao=2194587&nm=VI TOR+HUGO&p=PSL&uf=GO#) Acesso em: 13 out. 2021.

MARX, Karl. **Glosas críticas marginais ao artigo “O rei da Prússia e a reforma social. De um prussiano”**. (1844). Domínio Público, online. 2012, p. 13. Disponível em: <https://url.gratis/5Tst7o> Acesso em: 11 nov. 2020.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. Conselho de Direitos Humanos. **Análise do Projeto de Lei nº 1595/2019**. Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos (ACNUDH-ROSA), Santiago, 25 de maio de 2021. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-permanentes/cdhm/arquivos/onu-pl-terrorismo/view>. Acesso em: 13 de out. 2021.

TRUMAN LIBRARY. **Background Essay on Decision to drop the Atomic Bomb**. Harry S. Truman Library & Museum, Washington: online-collection, 2021. Disponível em: <https://www.trumanlibrary.gov/library/online-collections/decision-to-drop-atomic-bomb>. Acesso em: 15 set. 2021.

TRUMAN LIBRARY. **Public papers of the presidents: Harry S. Truman, 1965**. Harry S. Truman Library & Museum, Washington: online-collection, 2021. Disponível em: <https://www.trumanlibrary.gov/library/online-collections/decision-to-drop-atomic-bomb>. Acesso em: 15 set. 2021.

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO. **Carta do Atlântico – 1941**. Documentos Internacionais da Sociedade das Nações (1919 a 1945), Acervo da Biblioteca Virtual de Direitos Humanos, São Paulo, 2021. Disponível em: <http://www.direitoshumanos.usp.br/index.php/Documentos-Internacionais-da-Sociedade-das-Na%C3%A7%C3%B5es-1919-a-1945/carta-do-atlantico-1941.html>. Acesso em 15 de jun. 2021.

#### ➤ REVISTAS, ARTIGOS, TESES, DISSERTAÇÕES E PERIÓDICOS

ANSART, Pierre. Em defesa de uma ciência social das paixões políticas. **História: questões e debates**. v.17, n.33, p.145-164, jul./dez. 2001.

BELLINTANI, Adriana Iop. **O Exército Brasileiro e a Missão Militar Francesa: instrução, doutrina, organização, modernidade e profissionalismo (1920-1940)**. 700 f. Tese (doutorado) em História, PPGH/Universidade de Brasília, Brasília, 2009.

BRETAS, Marcos Luiz; ROSEMBERG, André. A história da polícia no Brasil: balanço e perspectivas. **Topoi (Rio de Janeiro)**, v. 14, nº. 26 pp: 162-173, 2013.

BUCHANAN, T. ‘The Truth Will Set You Free’: The Making of Amnesty International. **Journal of Contemporary History**. Vol. 37, no. 4, pp. 575-597, 2002.

CALIL, Gilberto. Os integralistas e o golpe militar de 1964. **Revista História & Luta de Classes**, Rio de Janeiro, v. 1, p. 55-76, 2005.

CAMPOS, Alzira; DIAS, Luiz Antonio; GODOY, Marília. A Internacional Comunista na interpretação os trotskistas brasileiros. **Revista Outubro** v. 31, pp.: 236-261, 2019.

COTRIM, Livia Cristina de Aguiar. **Marx: política e emancipação humana 1848-1871**. f. 1024. Tese de Doutorado, Programa de Estudos Pós-Graduados em Ciências Sociais, São Paulo: PUC-SP, 2007.

DA SILVA, Ricardo Oliveira. Revolução, história e tempo. **Revista História: Debates e Tendências**, v. 15, nº. 1, pp: 252-268, 2015.

- DE GEER, Lars-Erik. The radioactive signature of the hydrogen bomb. **Science & Global Security**, v. 2, n.º. 4 pp.: 351-363, 1991.
- DE SOUZA, Alderlene Lima; DA SILVA, Fabrício Valentim. Origem, prática educativa e evolução do Movimento de Educação de Base (MEB) em Itacoatiara-AM. **Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação** 9, n.º. 1 pp.: 71-80, 2014.
- DIEU, François. La doctrine de la guerre révolutionnaire. **Res Militaris: revue européenne d'études militaires** v. 6, n.º. 2, 2016.
- FONSECA, Raquel da Silva da. Guerré Revolutionnaire: fundamentos da doutrina e sua presença no Brasil. **Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH**, São Paulo, julho/2011.
- KHALTURIN, Vitaly I. et al. A review of nuclear testing by the Soviet Union at Novaya Zemlya, 1955–1990. **Science and Global Security**, v. 13, n.º. 1-2, pp.: 1-42, 2005.
- MARTINS FILHO, João Roberto. A Influência doutrinária francesa sobre os militares brasileiros nos anos de 1960. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. Vol. 23 n.º 67. Junho de 2008.
- MARTINS FILHO, João Roberto. A conexão francesa: da Argélia ao Araguaia. **VARIA HISTÓRIA**, V. 28, n.º. 48, p. 519-536: jul/dez, Belo Horizonte, 2012.
- MENDES, Alberto Dias; SILVA, Alex Conceição V. Intelectuais e Poder: O impacto de Che Guevara no Brasil. **XXVIII Simpósio Nacional de História**. Florianópolis, 2015.
- MISKULIN, Sílvia Cezar. A Política Cultural no Início da Revolução Cubana: o caso do suplemento cultural Lunes de Revolución. **Revista Outubro**. v. 6, pp: 77-90, 2002.
- MISKULIN, Sílvia Cezar. **Os intelectuais cubanos e a política cultural da Revolução (1961-1975)**. Tese de Doutorado Universidade, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas de São Paulo, São Paulo, 2005.
- MISKULIN, Sílvia Cezar. O ano de 1968 em Cuba: mudanças na política internacional e na política cultural. **Esboços: histórias em contextos globais** v. 15, n.º. 20, pp.: 47-66, Florianópolis: UFSC, 2008.
- MOURÃO, Ronaldo Rogério de Freitas. Hiroshima e Nagasaki: razões para experimentar a nova arma. **Scientiae Studia**, v.3, n. 4, pp: 683-710, 2005.
- NASCIMENTO, G.F. **Frente Brasileira de Informações: imprensa e resistência no exílio**. III Seminário Internacional História do Tempo Presente, Florianópolis: UDESC, 2017
- PAIERO, Denise Cristine. **Mídia e Terror: A construção da imagem do terrorismo no jornalismo**. 259 f. Tese de Doutorado em Comunicação e Semiótica. Universidade Católica de São Paulo, São Paulo: PUC-SP, 2012.
- SAINT-PIERRE, Héctor Luis. Considerações sobre a teoria da guerra revolucionária de Mao Tsé-Tung. **Revista Crítica Marxista**, v. 1, p. 162-177, São Paulo, 1997, p. 164. Disponível em: [http://www.unicamp.br/cemarx/criticamarxista/4\\_Saint\\_Pierre.pdf](http://www.unicamp.br/cemarx/criticamarxista/4_Saint_Pierre.pdf). Acesso em: 07 jun. 2020.
- TURCHI, Maria Zaíra. Jagunço e jaguncismo: história e mito no sertão brasileiro. **O público e o privado** v. 4, n.º. 7, jan. jun, pp: 121-132, 2006.
- VILLATOUX, Marie-Catherine. Aux origines de la 'guerre révolutionnaire': le colonel Lacheroy parle. **Revue historique des armées**, n.º. 268, pp. 45-53. 2012.

➤ BIBLIOGRAFIA

- ALVES, Maria Helena Moreira. **Estado e Oposição no Brasil (1964-1984)**. Petrópolis: Editora Vozes, 1985.
- ALPEROWITZ, G. **Atomic diplomacy: Hiroshima and Potsdam**. The use of the atomic bomb and the American confrontation with the Soviet power. London: Secker and Warburg, 1965.
- ARENDDT, Hannah. **Da violência**. (1964). Brasília: ed. da Universidade de Brasília, 1970.
- ARON, **Penser la guerre, Clausewitz**. I: l'âge européen. Paris: Gallimard, 1976
- AZEVEDO, Débora Bithiah; RABAT, Márcio Nuno. **Parlamento Mutilado: Deputados Federais cassados pela ditadura de 1964**. Brasília: Biblioteca Digital da Câmara dos Deputados, 2012, p. 34.
- BENJAMIN, Cesar. *A fênix russa na Segunda Guerra Mundial*. In: JÚKOV, Georgy. **A Decisão da Segunda Guerra Mundial: Moscou, Stalingrado, Kursk, Berlim**. Rio de Janeiro: Editora Contraponto, 2020.
- BLOCH, Marc. **Apologia da História ou O Ofício de Historiador**. Trad. André Telles. Jorge Zahar Editor Rio de Janeiro, 2002.
- BLOCH, Marc. **A Estranha Derrota**. São Paulo: Editora Schwarcz-Companhia das Letras, 2011.
- BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.
- BOURDIEU, Pierre. **Sobre o Estado: cursos no Collège de France (1989-92)**. Editora Companhia das Letras, 2014.
- CARDOSO, Nilton César Fernandes. *Dilema de Segurança*. In: SAINT-PIERRE, Héctor Luis; VITELLI, Marina Gisela. (Org). **Dicionário de segurança e defesa**. São Paulo: Editora Unesp Digital, 2018.
- CHOMSKY, Noam. **Novas e Velhas Ordens Mundiais**. São Paulo: Scritta, 1996.
- COGGIOLA, Osvaldo. **A revolução chinesa**. São Paulo: Moderna, 1985.
- COMBLIN, Joseph. **A Ideologia da Segurança Nacional: O Poder Militar na América Latina**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.
- COOX, Alvin. **Japan: The Final Agony**. New York: Ballantine Books Inc., 1970.
- D'ARAÚJO, Maria C.; CASTRO, Celso. (Org.) **Ernesto Geisel**. 3ª ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1997.
- ENGELS, Friedrich; KAUTSKY, Karl. **O socialismo jurídico**. São Paulo: Boitempo, 2012.
- ENGELS, Friedrich. **Anti-dühring**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2017.
- ESTADO-MAIOR DO EXÉRCITO. **Glossário de termos e expressões para uso no Exército**. Manual de Campanha C 20-1, 4ª ed, Brasília, 2009.
- FANON, Frantz. **Os Condenados da Terra**. Trad. José Laurênio de Melo. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1968.
- FANON, Frantz. **Em Defesa da Revolução Africana**. Trad. Isabel Pascoal, Lisboa: Editora Livraria Sá da Costa, 1980.

- FANON, Frantz. **Pele negra máscaras brancas (1952)**. Título original: "Peau noire, masques blancs". Salvador: EDUFBA, 2008.
- FICO, Carlos. **O Grande Irmão: da Operação Brother Sam aos anos de chumbo: o Governo dos Estados Unidos e a Ditadura Militar Brasileira**. Editora Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 2008.
- FOUCAULT, Michel. **Microfísica do Poder**. 24<sup>o</sup> ed. Rio de Janeiro: Editora Graal, 2007.
- FOUCAULT, Michel. **Arqueologia do saber**. Trad. Luiz Felipe Baeta Neves, 7<sup>a</sup> ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2009
- GRACE, Katja. **Danger of Nuclear Weapons: A Case Study in Risk Mitigation**. Berkeley, CA: Machine Intelligence Research Institute, 2015.
- GREENE, G. **O americano tranquilo**. Tradução de Cássio de Arantes Leite. 2. ed. São Paulo: Biblioteca Azul, 2016.
- HARBI, Mohammed. **Les archives de la révolution algérienne**. Paris: Éditions Jeune Afrique, 1981
- HILL, Christopher. **A Revolução Inglesa**. São Paulo: Cia. das Letras, 1990.
- JUDT, Tony. **O século XX esquecido: lugares e memórias**. Lisboa: Edições 70, 2009..
- KISSINGER, Henry. **Diplomacia**. São Paulo: Saraiva, 2012.
- KOSELLECK, Reinhart. **Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos**. Rio de Janeiro: Contraponto: Ed. PUC-Rio, 2006.
- KUHN, T.S. **A estrutura das revoluções científicas**. São Paulo: Perspectiva, 1998.
- LANGLOIS, Charles Victor; SEIGNOBOS, Charles. **Introdução aos estudos históricos**. São Paulo: Renascença, 1946.
- LASLETT, Peter. Social change and revolution in the tradicional world: with an attempt to expunge the phrase 'The English Revolution'. In: LASLETT, Peter. **The world we have lost: further explored**. London: Routledge, 2000.
- LEFEBVRE, H. **O Pensamento de Lenine**, 2<sup>a</sup> ed., Lisboa: Moraes, 1975
- LENIN, Vladimir I. **O Estado e a Revolução: a doutrina do marxismo sobre o Estado e as tarefas do proletariado 1917**. Obras Completas de V. Lenine, 5<sup>o</sup>. ed, São Paulo: Ed. Avante, 1977.
- LENIN, Vladimir I. **1905 – Jornadas Revolucionárias**. Trad. Contagem: História, 1980.
- MANDEL, Ernest. **O Significado da Segunda Guerra Mundial**. São Paulo, Ática, 1982.
- MARCONI, Paolo. **A censura política na imprensa brasileira (1968-1978)**. São Paulo: Global Editora e Distribuidora LTDA, 1980.
- MARTINS FILHO, João Roberto. **O palácio e a caserna**. São Carlos: Edufscar, 1995.
- MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Manifesto comunista**. São Paulo: Boitempo, 2010.
- MARX, K. **O Capital**. Livro I. São Paulo: Boitempo, 2013.
- MATTOS, Marcelo B. **Trabalhadores e sindicatos no Brasil**. São Paulo: Expressão Popular, 2009.
- MAZRUI, A.A; WONDJI, C. **História geral da África, VIII: África desde 1935**. Brasília: UNESCO, 2010.

- MEYNIER, Gilbert. **Histoire intérieure du FLN 1954-1962**. Paris: Librairie Arthème Fayard, 2002.
- MINH, Ho Chi. **A Resistência do Vietnam: Textos Políticos (1922-1967)**. 1ª ed. Trad. Edio Vieira. Rio de Janeiro: Gráfica Editora Larmmert, 1968.
- NAPOLITANO, Marcos. **1964: história do regime militar brasileiro**. Editora Contexto, 2014.
- PAIVA, Vanilda. **História da educação popular no Brasil: educação popular e educação de adultos**. 6ª ed. São Paulo: Edições Loyola, 2003.
- PONS, Silvio. **A revolução global: história do comunismo internacional, 1917-1991**. Rio de Janeiro: Contraponto Editora; Brasília, 2014.
- PORTELLI, Hugues. **Gramsci e o bloco histórico**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.
- PO-TA, Chen; **Mao Tsé-tung na Revolução Chinesa**. 2ª ed. São Paulo: Edição Nova Cultura, 2018.
- REIS FILHO, Daniel Aarão. **A revolução Chinesa**. 2ª ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1981.
- REIS FILHO, Daniel Aarão. A Revolução e o Socialismo em Cuba: ditadura revolucionária e construção do consenso. In: QUADRAT, Samantha; ROLLEMBERG, Denise (org.). **A Construção Social dos Regimes Autoritários – Brasil e América Latina**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010, p. 363-392.
- RHODES, R. **The Manhattan Project: Making the Atomic Bomb**. In: Touchstone Books, 1988.
- SÁ MOTTA, Rodrigo Patto. **Em guarda contra o perigo vermelho: o anticomunismo no Brasil (1917-1964)**. São Paulo : Perspectiva, 2002.
- SAINT-PIERRE, Héctor Luis. **A política armada: fundamentos da guerra revolucionária**. UNESP, 2000.
- SCHLESINGER JR., Arthur Meier. **Os Ciclos da História Americana**. Rio de Janeiro: Civilização Bra., 1992.
- SOBRAL, A. **Do dialogismo ao gênero: as bases do pensamento do círculo de Bakhtin**. Campinas: Mercado de Letras, 2009.
- THOMPSON, Edward Palmer. **Exterminismo e guerra fria**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1985.
- TOSI, Giuseppe,; FERREIRA, Lúcia de Fátima G. **Brasil, violação dos direitos humanos – tribunal Russell II**. João Pessoa: Editora da UFPB, 2014.
- TROTSKY, Leon. **La Internacional comunista despues de Lênin**. La Paz: Biblioteca socialista, 1993
- TSE-TUNG, Mao. **Obras Escolhidas de Mao Tse-Tung**. V. 2, 2ª. Ed, São Paulo: Alfa Ômega, 1975.
- YAZBEK, Mustafa. **Argélia, a guerra e a independência**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1983.
- YAZBEK, Mustafa. **A Revolução Argelina**. Ed.Unesp, São Paulo. 2010.

Autorizo a divulgação integral deste trabalho no banco de dados do PPGH/UNICENTRO.

Autorizo apenas a divulgação do resumo e do *abstract* no banco de dados do PPGH/UNICENTRO.

Irati(PR), 24 de novembro de 2021.



Alcir de Lima